



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINSCAMPUS DE ARAGUAÍNA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DE CULTURA ETERRITÓRIO**

DISLAINE DIAS DOS SANTOS

**MARIAS, ANTÔNIAS E RAIMUNDAS: MEMÓRIAS DE MULHERES
CAMPONESAS NA LUTA PELA TERRA NO ASSENTAMENTO GLEBA
COLORADO, RIACHINHO (TO)**

ARAGUAÍNA, TO

2022

Dislaine Dias Dos Santos

**Marias, Antônias E Raimundas: Memórias De Mulheres Camponesas Na Luta
Pela Terra No Assentamento Gleba Colorado, Riachinho (To)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Cultura Território, da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) Campus Universitário de Araguaína, como requisito para a obtenção de grau em mestrado

Orientadora: Profa. Dra. Rejane C. Medeiros de Almeida

ARAGUAÍNA, TO

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

S237m SANTOS, DISLAINE DIAS.

Marias, Antônias E Raimundas: Memórias De Mulheres Camponesas Na Luta Pela Terra No Assentamento Gleba Colorado, Riachinho (To). / DISLAINE DIAS SANTOS. – Araguaína, TO, 2022.

114 f.

Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Araguaína - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em Estudo de Cultura e Território, 2022.

Orientador: Rejane C. Medeiros de Rejane C. Medeiros de Almeida

1. MULHER. 2. LUTA. 3. CAMPO. 4. TERRITORIO . I. Título

CDD 306

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Dislaine Dias Dos Santos

Marias, Antônias E Raimundas: Memórias De Mulheres Camponesas Na Luta Pela Terra No Assentamento Gleba Colorado, Riachinho (To)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Cultura Território, da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) Campus Universitário de Araguaína, como requisito para a obtenção de grau em mestrado

Orientadora: Profa. Dra. Rejane C. Medeiros de Almeida

Data de aprovação: 08/08/2022

Banca Examinadora



Documento assinado digitalmente
REJANE CLEIDE MEDEIROS DE ALMEIDA
Data: 08/11/2022 09:57:46-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Profa. Dra. Rejane C. Medeiros de Almeida - UFNT (Orientadora) UFT



Documento assinado digitalmente
REJANE CLEIDE MEDEIROS DE ALMEIDA
Data: 08/11/2022 10:04:34-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Prof. Profa. Dra. Kênia Gonçalves Costa UFNT



Documento assinado digitalmente
REJANE CLEIDE MEDEIROS DE ALMEIDA
Data: 08/11/2022 10:02:11-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Prof. Dr. Olivia Macedo Miranda de Medeiros- UFNT



Documento assinado digitalmente
REJANE CLEIDE MEDEIROS DE ALMEIDA
Data: 08/11/2022 09:58:52-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Prof. Dr. Betânia Oliveira Barroso - UEMA

Primeiramente dedico esse trabalho a minha mãe Irany Iva dos Santos dias e Maria das graças francisca dos anjos, minha avó, mulheres do campo que sofreram na luta pela terra e são exemplos de vida. Dedico esse trabalho a todas as mulheres do campo que lutam todos os dias por sua liberdade no ambiente rural, mulheres negras, brancas que já sofreram violência física ou psicológica por serem mulheres. Dedico esse trabalho para as mulheres que já morrerem na luta pela terra, mulheres guerreiras que tenho orgulho de dedicar esse trabalho. Dedico a produtora rural que dedica sua vida pelo campo. Dedico a vocês mulheres, crianças e jovens do campo. Reforma agrária já.

AGRADECIMENTO

Agradeço primeiramente a Deus por ter me ajudado a chegar aqui, por ter me dado forças quando pensei em desistir.

Agradeço aos meu pais e a minha irmã por nunca desistir de mim, pois a jornada foi difícil, mais sem a ajuda deles nunca chegaria aqui.

Agradeço aos meus amigos, alguns que moram longe e outros perto, mas sempre me apoiavam na medida que podiam, especialmente Mariene Barbosa Miranda e Paloma Periera da Silva, que desde o primeiro momento da jornada no mestrado mesmo longe me apoiou muito.

Quero agradecer em especial Igor Reis, pois foi um dos elos importantes que me fez entrar e permanecer no mestrado, sem sua ajuda e apoio não teria conseguido chegar até aqui.

Agradeço a minha turma pois sempre estávamos juntos, mesmo a distância.

Agradeço ao programa de mestrado por essa oportunidade de ter uma relação de amor e odio, mas venci. Obrigado.

“A felicidade pode ser encontrada mesmo nas horas mais difíceis, se você se lembrar de acender a luz”, Alvo Dumbledore em “Harry Potter e o Prisioneiro de Azkaban”.

RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivo compreender por meio das narrativas das mulheres pioneiras e mulheres que tiveram e ainda tem participação na formação do assentamento Gleba Colorado localizado no município de Riachinho – TO, no período que compreende a década de 1980 até o ano de 2021, na perspectiva de analisar de forma interdisciplinar a trajetória socioespacial, compreendendo seu território, territorialidade, identidade e memória a partir de relatos dessas mulheres militantes do campo e sua representação. Nesse sentido, cabe a seguinte pergunta: como essas mulheres têm contribuindo para o desenvolvimento e formação do assentamento? Inicialmente a pesquisa contaria com quatro mulheres pioneiras do assentamento e três mulheres que tiveram participação pós-ocupação do mesmo, infelizmente apenas duas mulheres pioneiras ainda se encontram vivas morando dentro do assentamento, as mesmas por dificuldades na fala e no lembrar da época, devido à idade e problemas de saúde, apresentaram algumas dificuldades no momento da pesquisa, porém de todas as formas elas procuraram descrever a luta pela terra. Em relação a metodologia da pesquisa adotamos os seguintes procedimentos: levantamento bibliográfico e documental. O método da pesquisa é história oral com técnicas de histórias de vida, utilizando como base teórica as obras de Portelli (1997), Alberti (1996) e Thompson (1992). O resultado da pesquisa apontou para o fato de que a luta pelo assentamento rural não foi uma caminhada fácil, as lutas começaram desde a ocupação da terra, luta pela água, luz, educação, tudo vivenciadas sobre ameaças de serem expulsas ou mortas por pistoleiros. Foram tempos difíceis. Mas, a conquista da terra e a construção do território e produção das territorialidades foram construídas com a força e luta das mulheres camponesas.

Palavras chaves: Mulher camponesa; Territorialidade; Representação; Luta pela terra.

ABSTRACT

This research aimed to understand through the narratives of pioneer women and women who have had and still have participation in the formation of the settlement Gleba Colorado located in the municipality of Riachinho - TO, in the period from the 1980s until the year 2021, from the perspective of analyzing in an interdisciplinary way the socio-spatial trajectory, understanding its territory, territoriality, identity and memory from the reports of these women activists in the field and their representation. In this sense, the following question arises: how have these women contributed to the development and formation of the settlement? Unfortunately, only two of the pioneer women are still alive and living in the settlement. Due to their age and health problems, they presented some difficulties at the time of the research, but they tried to describe the struggle for land. In relation to the research methodology, we adopted the following procedures: bibliographic and documental research. The research method is oral history with life history techniques, using as theoretical basis the works of Portelli (1997), Alberti (1996) and Thompson (1992). The result of the research pointed to the fact that the fight for the rural settlement was not an easy path, the struggles started since the occupation of the land, the fight for water, electricity, education, all lived under threats of being evicted or killed by gunmen. Those were difficult times. But the conquest of the land and the construction of the territory and the production of territorialities were built with the strength and struggle of peasant women.

Key words: Peasant Women; Territoriality; Representation; Struggle for land.

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Figura 1 Localização Municipio de Riachinho TO	28
Figura 2 Entrada do Assentamento Gleba Colorado	29
Figura 3 Localizalção do assentamento Gleba Colorado	30
Figura 4 Ata de Fundação do Assentamento Gleba Colorado de 1995.....	74
Figura 5Cemitério localizado no Assentamento Centro dos Bezerros	75
Figura 6 Modelo de Poço que era feito no assentamento	81
Figura 7 Igreja Católica e Igreja Evangélica	84
Figura 8 Antica escola municipal do Assentamento	84
Figura 9 Interior da vila Gleba Colorado.....	85
Figura 10Casas Reformadas no Assentamento Colorado.....	86
Figura 11 Igreja Santa Tereza.....	91
Figura 12 Quintal de Plantação da Dona Dú	93
Figura 13 Quintal de plantação da Dona Maria.....	97

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 POLÍTICAS AGRÁRIAS NO BRASIL.....	39
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS

P.A - Projeto de Assentamento

SUMÁRIO

RESUMO	8
MEMORIAL.....	13
1. INTRODUÇÃO.....	21
2. ASSENTAMENTO GLEBA COLORADO	28
2.1.2 Gleba Colorado	29
2.2 Colorado: a memória de um povo	31
3. A RESISTÊNCIA PELO DIREITO A TERRA NO BRASIL	35
3.1 Assentamentos rurais no Brasil	35
3.2 A distribuição das terras aos agricultores familiares	41
3.3 Reforma agrária e agricultura familiar	43
3.4 Agricultura familiar e seus pressupostos	44
3.4.1 A substituição do homem pela máquina: o avanço da tecnologia no campo.....	46
4. DAS LUTAS ÀS MARCAS DE SER MULHER	50
4.1 Mulher E Campo: A Luta Diária	52
4.2 A Luta Pelo Poder: Os Desafios Da Mulher Do Campo	54
4.3 Mulher e Identidade	56
4.4 Mulher do campo ao longo dos anos: a caça às bruxas, genocídio das camponesas.	57
4.5 Das propriedades privadas às propriedades capitalistas: o cercamento rural.....	60
5 TRILHAS DAS PIONEIRAS DO ASSENTAMENTO GLEBA COLORADO DO MUNICÍPIO DE RIACHINHO –TO	64
5.1 Identidade e representação da mulher do campo	64
5.2 Cultura e Território	67
5.3 Pioneiras Do Assentamento: Maria Costa Silva	71
5.4 . Pioneiras do assentamento: Velsa Pereira do Santos.....	75
5.5 Mulheres no contexto pós formação do assentamento: Raimunda Lopes de Oliveira.	77
5.6 Mulheres no contexto durante a formação do assentamento: Durvalina Francisca de Azevedo.	87
5.7 Mulheres no contexto da formação do assentamento: Maria das Graças Francisco dos Anjos	94
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	99
REFERÊNCIAS	101

MEMORIAL

Minha história pode se iniciar com uma frase de minha autoria “*O campo nos ensina, a cidade nos aperfeiçoa, o amor é paciente e duradouro, mas a lutada mulher do campo é constante, não queremos apenas espaço e respeito, queremos ser livre*”. Primeiramente, me chamo Dislaine Dias dos Santos, hoje tenho 22 anos de idade, nasci em Aparecida de Goiânia -GO, mudei para o interior do Estado do Tocantins, para cidade de Riachinho, localizada na mesorregião ocidental, identificada como a região do Bico do Papagaio, com 2 anos de idade, filha de produtor rural com orgulho, não nasci na roça, mas me cresci e me criei lá. Acredito que minha primeira formação educacional foi plantar e tirar leite de vaca. Lembro que até o nono ano, morei em dois assentamentos da cidade e nesse período quantas vezes chegava na escola molhada da chuva ou só o barro do ônibus, devido ao período do inverno isso a uns 10 a 15 anos atrás, na qual as estradas dos assentamentos ficavam literalmente atoladas devido às fortes chuvas. Lembro-me de quantas vezes eu e meus amigos descíamos do ônibus para que o mesmo subisse as ladeiras do assentamento até a escola e, de todas as vezes que eu e meus amigos ficávamos orando para o ônibus não subir as ladeiras e a gente poder voltar para casa. Uma vez, nunca me esqueci, ao subir a ladeira do senhor Paulo, aos meus olhos de criança era uma ladeira enorme, grande que parecia uma serra de tão grande, neste dia tinha passado a madrugada chovendo forte e durante o dia estava uma chuva fraca, eu estudava a tarde nesse tempo estava na sexta série, me lembro como se fosse hoje, quando estávamos chegando próximo a ladeira do senhor Paulo, nosso motorista falou, “*essa ai vai ser difícil subir hoje,*” ele até falou baixo, mas como eu sempre gostei de sentar na frente acabei ouvindo, eu sempre fui uma aluna boa e comportada porque todos conheciam minha mãe no ônibus e se eu fizesse bagunça lá dentro quando chegasse em casa a taca comia e era feio, mas enfim quando ouvi ele falar isso, virei para minha amiga Gessiane e falei para nós orarmos para o ônibus não subir e a gente voltar para casa para brincar, pois é, foi justo e feito o ônibus não conseguiu subir a ladeira e todos nós do ônibus tivemos que descer para ver se o mesmo subia sem nós, e lá estávamos nós parecendo patinhos molhados, nossa oração foi tão forte que além do ônibus não subir, o pineu do bendito ônibus furou ao tentar subir a ladeira, nesse momento nosso motorista nos liberou e disse que outro carro vinha nos buscar, estávamos a uns três quilômetros de casa, coisa pouca para quem andava mais do que isso para ir banhar nos rios ou pegar cajá nas fazendas alheias, e nesse momento se vê um monte de crianças indo embora na chuva para suas casas felizes por não irem a escola naquele dia. A escola era boa, até o sexto ano, pois

tudo era diversão, mas ficar em casa e brincar valiam toda chuva e lama que a gente estava enfrentando.

Do sétimo ao nono ano na escola já não era tão legal assim, porque se iniciava a fase dos namoros dentro da escola, para minhas amigas foi a melhor época porque as mesmas desabrocharam com rapidez, no meu caso foi diferente, não me via aberta a essa nova fase, ainda estava ligada a minha infância sem namoro, não queria namorar e ainda tinha nojo dos meninos, não os via como meu futuro e outra eu não queria dar meu primeiro beijo naqueles meninos sem futuro que reprovavam tanto de anos que acredito que eles tinham a idade do meu pai.

Eu gostava de ir à escola, principalmente na biblioteca, sempre gostei de ler, era fascinada com livros, aos 12 anos eu já lia as histórias de Shakespeare não só Romeu e Julieta, mas Hamlet, bom na minha pequena cidade não tinha muitos livros, mas os que tinham tentava ler, por isso tenho tantas medalhas de aluna que mais leu livro da escola. Minha escola fazia premiação para vê se os alunos ganhavam, enfim eu não tinha muitos concorrentes, enquanto eu ia ler minha turma ia namorar. Até o sétimo ano gostava de ir à escola, quando chegou o ensino médio já ia mesmo por obrigação, nessa época já não morava mais em assentamentos, morava na cidade mesmo, não tinha mais desculpas para faltar a escola. Como não era muito sociável e sempre tive dificuldade com a fala, porque falo muito rápido e às vezes nem percebo, e por esses motivos e pelo fato de como me vestia, devido minha religião, não tinha tantos amigos, e minha turma era muito cruel. Meus colegas de turmas podiam ser horríveis, mas meus professores eram muito bons, mesmo alguns que davam aula com muita ressaca, que era o caso do meu professor de educação física, lembro-me dele poucas vezes sobre o, dando aula, mas ele era o melhor professor, graças a ele eu sempre queria dar o meu melhor na escola porque ele sempre falava “*Estudem, não colem, façam direito, porque um dia vai ser só você e você*”. Naquela época eu não sabia, mas sofria de disgrafia, um pequeno problema com a letra e grafia, problema esse que vim descobrir aos 20 anos de idade, mesmo com esse problema meus professores sempre foram pacientes comigo, mesmo não sabendo o porquê eu escrevia tão ruim e era tão ruim com palavras, mesmo sendo uma ótima leitora, minha professora de português que diga, sofria tanto, lembro que eu sabia o conteúdo, mas na hora de escrever e acentuar ou separar algumas letras de outras era difícil (problema esse que tive que enfrentar dentro da faculdade com meus colegas), mas mesmo eles, meus professores, não desistiram de mim. No português sempre fui horrível, mas a professora era maravilhosa, já na matemática eu tirava de letra, ciências e biologia eram razoáveis,

mas história e geografia, na minha escola, era chato, cansei de fazer resumo e copiar, odiava essas disciplinas porque não me ensinavam nada.

Quando decidi fazer faculdade minha primeira opção foi medicina, mas depois de passar duas semanas no hospital cuidando do meu tio que veio a falecer quando eu estava lá, desisti, porque não aguentei todo aquele processo, então decidi ir para licenciatura. Minha opção era matemática, mas no mesmo período em que eu iria jogar minha nota do Enem na faculdade, meu boletim da escola tinha saído e minha professora de matemática tinha me dado 9,9, não me deu meu merecido 10, então naquele momento tomado pelo ódio falei que não ia para matemática, mas que queria ser professora de Geografia para mostrar para meus professores como se dava aula de verdade (pobre criança, não sabia o que falava), meus pais nesse momento me apoiaram, primeiro que o sonho do meu Pai era que eu ou minha irmã se tornasse professora, porque o sonho dele era ter sido um professor, mas não conseguiu terminar a escola porque precisava trabalhar.

Meu Pai ficou muito feliz, minha mãe nem tanto, mas aceitou. Geografia foi uma escolha fácil entre as outras disciplinas, sempre gostei de trabalhar no campo com a terra e, no primeiro olhar a geografia se encaixava no que eu gostava. Nos primeiros períodos da faculdade ouvia muito a frase “*Tanta inteligência desperdiçada em um curso que não dá dinheiro*”. Sempre fui educada com essas pessoas e respondia a mesma frase “*Bom, serei uma ótima professora, terei nível superior daqui quatro anos ou menos, fora que já tenho uns dois cursos técnicos em mãos e você, nem estudar quer*”. Quando entrei na graduação visava apenas um emprego normal, não sabia que tinha mestrado ou algo assim, mas no primeiro dia de aula quando foram apresentar os professores (inclusive a Lucrecia estava lá) me lembro como achei lindo os graduandos chamando cada professor por sua formação, então naquele momento falei: um dia vai ser eu ali sendo chamado por vários títulos.

Nesse processo da graduação já sabia o que gostava de escrever, “campo”, e aos poucos percebi que falar da mulher do campo é algo prazeroso, porque cresci no meio militante do campo, minha mãe é presidente do sindicato e em todos os movimentos de militância, de formações a marchas eu estava lá. Então decidi escrever sobre isso, não só escrever, viver esse tema, e entrando no mestrado tenho a perspectiva de mostrar para o mundo além do acadêmico, a voz da mulher do campo, que não somos mulheres frágeis e que no campo há militantes, donas de casa, mães, filhas, produtoras que não estão em algum movimento reconhecido, mas que estão lutando a cada dia, e hoje como muito orgulho sou a primeira da minha família a ingressar em um mestrado e logo, logo, serei a

primeira da minha família a ter um título de doutora e pós-doutora, levando a participação da mulher do campo, além do campo, enfim mostrar para nossa sociedade que lugar de mulher é onde ela queira estar.

Mostrar a minha história de vida, através de poucas palavras, pois são essas mulheres que lutam todos os dias, por uma vida melhor, não para elas, mas, para seus filhos e filhas, e que o mais justo seria escrever sobre elas e com elas, do que a filha do assentamento? São memórias dessas mulheres e minhas, que levaram a construção dessa dissertação.

INTERLOCUTORAS DA PESQUISA



Maria das Graças Francisco dos Anjos, tem 66 anos, casada, mãe de 5 filhos, lavradora, mulher do campo. Natural da cidade de Goiatins - TO, e seus pais naturais do mesmo município. Veio para o município de Riachinho - TO em 1995, por influência do seu esposo, quando por indicação de familiares da região, optaram por comprar terras no assentamento Colorado no mesmo ano.



Raimunda Lopes de Oliveira, 57 anos, divorciada, mãe de trêsfilhos, natural de Tamburi -

TO, seu pai oriundo da cidade na Bahia e sua mãe no estado do Piauí, ambos vieram adolescente para o estado do Tocantins. Dona Raimunda veio para município de Riachinho-TO no ano de 1996 devido seu ex-marido optar por comprar uma terra no assentamento Colorado.



Durvalina Francisca de Azevedo, outrora conhecida na região do município de Riachinho-TO, como Dona Dú, tem 78 anos, natural do Estado da Bahia, viúva, moradora no assentamento Gleba Colorado a cerca de 21 anos, mãe de 14 filhos, porém só 8 vivos ainda. Durvalina Francisca uma das moradas mais antigas do assentamento, chegou no mesmo com seu esposo, participou da formação do assentamento com influência no âmbito religioso.



Velsa Pereira dos Santos, 54 anos, casada com 3 filhos, nasceu no município de Ananás. Seus pais nasceram no estado do Piauí e ambos são lavradores. Dona Velsa é considerada uma das pioneiras do assentamento Colorado. Chegou no assentamento por volta de 1989, quando ainda era criança. Veio juntamente com seus pais em busca de uma vida melhor, nas primeiras ocupações das terras do assentamento Colorado acompanhou seu esposo nessa jornada.



Maria Costa Silva, pioneira do assentamento, não se recorda o ano que chegou, Atualmente tem 60 anos, casada, com três filhos. Nasceu no Estado do Maranhão veio para o estado do Tocantins com dois anos de idade, juntamente com os seus pais, ambos lavradores. Sua vinda para o Estado do Tocantins está relacionada com a busca de uma vida melhor. No período da ocupação do assentamento, donas Maria Costa, juntamente com seu esposo, estão desde os primeiros momentos até os dias atuais.

1. INTRODUÇÃO

É de conhecimento geral que quando trabalhamos luta e resistência no campo, a mulher é invisibilizada numa perspectiva de que o campo reluz apenas a figura masculina, “Isso não quer dizer que as mulheres do campo não lutam por seus direitos e por sua libertação” (FERNANDES,1985, p.25). As mulheres do campo são essenciais para formação do campo rural brasileiro, o quanto é importante na história de luta do campo rural, pois essas mulheres trabalhadoras enfrentam a cada amanhecer sua dura realidade em busca da sobrevivência. Nesse sentido, buscamos compreender por meio das narrativas das mulheres camponesas a sua participação no processo de luta e organização do assentamento Colorado. A reflexão acerca da dessas mulheres que fazem parte da história do assentamento Colorado, deve ser registrado e passado de geração a geração, pois são essas mulheres que ficavam em casa cuidando dos filhos, aflitas. Mulheres que mesmo passando por situações complicadas dentro do casamento não deixavam de se importar com seus esposos quando estavam na frente da ocupação. A história dessas mulheres não deve estar baseada nos marcos históricos que seus maridos fizeram, Elas estavam e ainda estão no assentamento, contribuindo, lutando para uma vida melhor, porém cabe salientar que a história não conta a versão dessas mulheres, não discursos com a voz feminina, mediante a isso cabe nessa pesquisa trazer das sombras a voz da mulher do campo na história de formação do assentamento Colorado. A história de formação do assentamento ocorre a partir de memórias coletivas de um grupo de pessoas que participaram dessa formação.

A pesquisa tem por objetivo compreender por meio das narrativas das mulheres camponesas a sua participação no processo de luta e organização do assentamento PA. Colorado, buscando retratar sua trajetória socioespacial, destacando seu território, e territorialidades na formação da identidade das mulheres a partir dos seus relatos.

Destacamos que ao longo dos anos, as mulheres camponesas têm sido descritas historicamente como a companheira do homem do campo, onde apenas o homem lutou pela conquista da terra, e nesse contexto, descortinar a realidade de mulheres em diferentes cenários, suas contribuições para a formação do campo brasileiro, em especial na região norte do estado do Tocantins é imprescindível para contribuição da história da luta e participação das camponesas no Bico do Papagaio, Tocantins.

Quando analisamos o contexto histórico do Brasil, podemos perceber que suas trajetórias foram marcadas por diversos acontecimentos, seja a luta pela terra, trabalho, produção e, até mesmo em meios a suas famílias. Porém para entendermos uma pessoa e

utilizar suas narrativas acerca do seu cotidiano, primeiro devemos entender sua trajetória e entender, lugar e espaço. A diferença entre uma e outra está relacionada em virtude de o espaço caracterizar a parte física e a espacialidade se deter a interação do homem com o espaço (CIRQUEIRA, 2010). Já quando tratamos de lugar estamos nos situando em uma categoria geográfica que ao longo dos anos o estudo foi se aprimorando cada vez mais, com impulso nos estudos da geografia francesa e na geografia anglo-saxônica (CIRQUEIRA, 2010).

O sinônimo de lugar pode ser discutido em duas visões, a primeira está ligada na visão da geografia dialética marxista, que discute o lugar relacionado ao cotidiano, e diante disso, podemos constatar que o lugar simboliza o estar ligado com o mundo. Ele não é apenas um corpo vazio, mas sim aquele que irá dar sentido ao contexto sócio-histórico-espacial de qualquer corpo. O lugar nessa visão aborda o vivido do cotidiano em espaço globalizado. Já o significado de lugar na concepção de geografia humanista está voltado a partir da constituição dos sentidos, das representações simbólicas dos indivíduos (CIRQUEIRA, 2010). De outra forma, o lugar é a criação dos sentidos e dos pensamentos (CIRQUEIRA, 2010). Com isso podemos definir a trajetória sociosespaciais como a história da vida de um indivíduo e suas experiências dentro de uma temporalidade.

Para que possamos compreender o lugar em que estar se pensando o contexto espacial das mulheres, em foco, a mulher do campo. Precisamos entender o território, pois “não existe etnia ou grupo cultural que, de uma maneira ou de outra, não se tenha investido físico e culturalmente num território” (RAFFESTIN, 1993, p.286).

Essas experiências são marcadas através da ordenação do espaço se interligando com o território. Pereira (2010, p.35), apresenta que: “[...] o espaço é sinônimo de território e vice-versa: o único embrião teórico é fornecido pela pragmática da língua que oferece paradigmas, “[...] na qual espaço ou território são utilizados na perspectiva das necessidades de seu uso.

Essas relações de espaço e territorialidade se destacam em uma relação, tanto material, como imaterial. Diante disso podemos observar que as experiências dentro de uma temporalidade são influenciadas pela relação do homem com as exterioridade e alteridade com o território produzido historicamente. Tal pressuposto, ao fazermos uma análise histórica sobre a formação do conceito de território nos domínios científicos, podemos analisar que teve uma pré-definição etológica por volta de 1920,

Foi com a etologia que o conceito de território apareceu no domínio científico. A primeira definição remonta a 1920, com Howard, um ornitólogo inglês que passava longas horas de estudando a vida social das toutinegras. A partir daí, ele deduziu

diversos conceitos revolucionários para a época. Os pássaros têm uma sociedade territorial: os conflitos entre indivíduos se assentam na delimitação de um território exclusivo, cuja posse determina a seguir a hierarquia social e o acesso às fêmeas. (RAFFESTIN apud HOWARD 1996. 1993, p. 286).

Percebemos que o conceito de território pode ser empregado a vários grupos de formas diferentes, pois a territorialidade animal se baseia na forma de dominância do local, ou seja, de forma “fechada” (RAFFENTIN, 1993), onde certos grupos de animais não adentram o território do outro, como é o caso dos leões, no qual a existência de um leão alfa (aquele que domina e comanda as fêmeas, ou seja seu grupo), outro não se aproxima, e quando se aproxima é em busca de lutar pelo território, já para domínio de território na concepção do homem é diferente, pois

[...] ele não é obrigatoriamente fechado, não é sempre um tecido espacial unido nem induz a um comportamento necessário estável. A experiência da Oceania revela que, antes de ser uma fronteira, um território é, sobretudo, um conjunto de lugares hierarquizados, conectados a uma rede de itinerários. A etnia se cria e se fortalece pela profundidade de sua ancoragem no solo e pelo grau de correspondência mais ou menos elaborada que mantém com um espaço- que ela dividiu em áreas, originando uma malha- e polariza de acordo com suas próprias finalidades e representações simbólicas. No interior desse espaço- território, os grupos etnias vivem certa relação entre o enraizamento e as viagens; essa relação, estabelecidas a partir de uma dosagem de duas noções contrárias, é evidentemente bastante variável, de acordo com os estatutos sociais, os gêneros de vida, as épocas e os tipos de sociedade. (RAFFESTIN, 1993, p. 287).

Esse comportamento territorial se baseia na relação do indivíduo com a relação, social e cultural, com o local, dando ênfases aos seus hábitos e suas questões biológicas. O território se forma a partir da territorialização no espaço, pois espaço e território são: “uma ação conduzida por um ato sintagmático (ato que realiza um programa) em qualquer nível” (RAFFESTIN, 1993, p.143), ou seja, é forma de territorialização de um espaço, formando assim o território a partir do espaço. Essa modificação no espaço dá início a uma relação do homem (e mulher, digo eu), com o território, inicia-se então, o prefácio da relação do poder, o domínio pelo território, a soberania entre os homens.

O território é um espaço delimitado, onde se apoia no espaço, mas não é o espaço, é apenas uma reprodução no mesmo (RAFFESTIN, 1993). Nos primórdios da humanidade, os primeiros homens delimitavam pequenas porções de áreas a fim de demarcar seu local, tanto para produzir como para habitar, nesses momentos inicia a produção territorial, “[...] é interessante destacar a esse respeito que nenhuma sociedade, por mais elementar que seja, escapa à necessidade de organizar o campo operatório de sua ação” (RAFFESTIN, 1993, p.150), o homem é sujeito a demarcar sua localidade e se distribuir por porções territórios diferentes ao seu grupo, a fim de não haver brigas por territórios.

Os indivíduos ou os grupos ocupam pontos no espaço e se distribuem de acordo com modelos que podem ser aleatórios, regulares ou concentrados. São, em partes, respostas possíveis ao fator distância e ao seu complemento, a acessibilidade. Sendo que a distância se refere à intenção entre os diferentes locais. Pode ser uma intenção política, econômica social e cultural que resulta de jogos de oferta e de procura, que provém dos indivíduos e/ou dos grupos (RAFFESTIN, 1993, p.150).

O território pode ser dividido ou agrupado em três bases, o político, o cultural e o econômico. Questões econômicas e políticas são as principais influenciadoras na escolha de dominar um determinado território. Pois o território político é aquele espaço delimitado e ainda controlado, onde há um domínio de poder, em certos casos relacionados a política de Estado (HAESBAERT, 2006). Diante disso nos conduz a um sistema de hierarquização, um sistema de rede em que esses diferentes princípios hierárquicos conduzem e contribuem para ordenar o território dos indivíduos ou grupos em suas diferentes ações. O território econômico se baseia nas relações capital-trabalho, onde a divisão territorial está relacionada com o trabalho, se formando assim, uma relação econômica (HAESBAERT, 2006).

Na questão cultural se traz o território simbólico sujeito à valorização e a relação do indivíduo com o espaço vivido. Nesse sentido, podemos abordar a relação sociedade e natureza, como uma relação entre o homem e seu ambiente físico. Quando há uma interação do homem com o território inicia-se então o processo de territorialização daquelas determinadas áreas, essa relação é definida como uma relação tridimensional, sociedade, espaço e tempo, na qual a mesma irá se relacionar para atingir uma autonomia afim de utilização dos recursos dos sistemas (RAFFESTIN, 1993).

Essa territorialidade resume, de algum modo, a maneira pela qual as sociedades satisfazem, num determinado momento, para um local, uma carga demográfica e um conjunto de instrumentos também determinados, suas necessidades em energia e em informação. As relações que as constituem podem ser simétricas ou dissimétricas, ou não. Opondo-se uma à outra, teremos uma territorialidade estável e uma territorialidade instável. Na primeira, nenhum dos elementos sofre mudanças sensíveis a longo prazo, enquanto na segunda todos os elementos sofrem mudanças a longo prazo. Entre essas duas situações extremas teremos os outros casos, nos quais um ou dois elementos podem mudar, enquanto o outro ou os outros permanecem estáveis (RAFFESTIN, 1993, p.161).

Tudo isso nos remete a ligação entre o processo de troca e comunicação. “A territorialidade se manifesta em todas as escalas espaciais e sociais; ela é consubstancial a todas as relações e seria possível dizer que, de certa forma, é a “face vida” da “face agida” do poder” (RAFFESTIN, 1993, p.162). Esse ato de territorializar implica uma interação direta do homem com o local, modificando o mesmo, com relações de trabalho, família e autoridade, dentre outros. Uma construção de um determinado lugar, abrangendo segundo o ritmo que o mesmo se desenvolve. Esse ato de territorialização nos remete ao domínio do poder, ao gerar

confrontos violentos e brutais pelo poder, pois quanto mais território um indivíduo tiver mais poder em mãos terá. Nesse momento estamos trabalhando com o território simbólico, aquele que dará início ao processo de desterritorialização, Haesbaert (2007) nos traz que,

Simplificadamente, podemos afirmar que a desterritorialização é o movimento pelo qual se abandona o território [...] no primeiro movimento, os agenciamentos se desterritorializam e, no segundo, eles se reterritorializam como novos agenciamentos maquínicos de corpos e coletivos de enunciação. O movimento concomitante e indissociável entre desterritorialização e reterritorialização está expresso no “primeiro teorema” da desterritorialização ou “proposição maquínica” (HAESBAERT. 2007 p.127).

Esse processo implica não apenas na saída de uma pessoa de um determinado local, mas sua cultura, seu costume é arrancado desde local e recolocado em outro. A partir desse momento tentamos identificar o conceito de identidade em síntese da mulher do campo, pois toda pessoa tem sua própria identidade, que pode ser formada ou desformada a partir do ambiente em que o indivíduo se localiza.

Nesse ponto de vista analisar as memórias que são consideradas mais importantes por cada mulher interlocutora nesta pesquisa, na perspectiva de formação do território desde a ocupação e, também das mulheres que entraram anos depois, mas, que também participaram da luta pela constituição do assentamento.

A pesquisa tem como metodologia a revisão bibliográfica e exploratória de natureza participativa, (FLICK, 2009), o estudo tem como parte da revisão teórica, pesquisas nos documentos oficiais como as atas de criação do assentamento e relatos de vida das assentadas do assentamento, bem como, estudos de autores que discutem temas relacionados ao trabalho das mulheres camponesas e que contribuem para a análise do tema em tela.

Para compreendermos a identidade da mulher do campo, utilizamos a metodologia da história oral, com história de vida e entrevistas semiestruturadas.

A utilização da história oral nos auxilia porque remete a entrevistar as mulheres, conhecer sua história por meio das suas narrativas, ou seja, seu ponto de vista sobre sua própria história.

A história oral é uma metodologia de pesquisa que consiste em realizar entrevistas gravadas com pessoas que podem testemunhar sobre acontecimentos, conjunturas, instituições, modos de vida ou outros aspectos da história contemporânea. Começou a ser utilizada nos anos 1950, após a invenção do gravador, nos Estados Unidos, na Europa e no México, e desde então difundiu-se bastante. Ganhou também cada vez mais adeptos, ampliando-se o intercâmbio entre os que a praticam: historiadores, antropólogos, cientistas políticos, sociólogos, pedagogos, teóricos da literatura, psicólogos e outros (CPDOC, 2020 p.01)

A história oral nos possibilita conhecer a entrevistada, suas reações, sua história, sua

opinião sobre determinados temas. Essa metodologia começou a ser utilizada no Brasil a partir de 1970 e desde então esse movimento vem crescendo grandemente (CPDOC, 2020). Nas ricas utilizações da metodologia da história oral a entrevista gravada é a principal ferramenta para buscar a compreensão da identidade da mulher do campo.

As entrevistas de história oral são tomadas como fontes para a compreensão do passado, ao lado de documentos escritos, imagens e outros tipos de registro. Caracterizam-se por serem produzidas a partir de um estímulo, pois o pesquisador procura o entrevistado e lhe faz perguntas, geralmente depois de consumado o fato ou a conjuntura que se quer investigar. Além disso, fazem parte de todo um conjunto de documentos de tipo biográfico, ao lado de memórias e autobiografias, que permitem compreender como indivíduos experimentaram e interpretam acontecimentos, situações e modos de vida de um grupo ou da sociedade em geral. Isso torna o estudo da história mais concreto e próximo, facilitando a apreensão do passado pelas gerações futuras e a compreensão das experiências vividas por outros. (CPDOC, 2020 p.01).

Uma entrevista semiestruturada é de grande riqueza para compreender como a mulher do campo se autoidentifica e como a sociedade a identifica e entre essas duas classes de identificação onde a identidade cultural entra. Lembrando que antes de iniciar a pesquisa, o pesquisador precisa fazer um levantamento de dados a cerca de preparar um roteiro para assim efetuar as entrevistas. E neste sentido procurar pensar e descrever busca-se refletir sobre a identidade da mulher do campo buscando uma representação da mesma.

Inicialmente, contaríamos com quatro mulheres pioneiras do assentamento, infelizmente apenas duas ainda se encontram vivas morando no assentamento. Estas apresentam dificuldades na fala devido a idade e problemas de saúde, porém de todas as formas elas procuraram descrever as suas contribuições na luta pela terra. Por isso, decidimos entrevistar mais três mulheres que tiveram contribuição na história da formação do assentamento, mesmo elas chegando algum tempo depois da ocupação do local, ambas contribuíram para constituição do assentamento.

Para fazer a exposição da pesquisa organizamos o primeiro capítulo abordando o histórico da formação do assentamento Colarodo, buscando compreender sua formação desde a ocupação até o ano de 2021, fazendo um breve recorte bibliográfico sobre o que é um assentamento rural brasileiro, dando ênfase ao termo assentamento rural a partir de diferentes conteúdos, em que se enquadra na dinâmica dos processos de resistência e de lutas, tanto lutas pelas terras, como por direitos. Segundo Esterici (2001, p. 18), o termo “assentamento” surgiu pela primeira vez em 1960, e são originados das lutas de trabalhadores rurais sem-terra, (BERGAMASCO,1996). Ao analisarmos a história da criação dos assentamentos, observa-se que no final dos anos de 1950 e no início nos anos 1960, o termo assentamento só começou a

ser utilizado quando um grande número de pessoas que residiam no meio rural, estava sendo expulsos de suas casas, por fazendeiros, em especial sulistas, E não restava outra saída ao não ser morar nas cidades. Nessa perspectiva, “[...] as primeiras manifestações camponesas deste período surgem logo após o esboço de democratização iniciada com a eleição presidencial de 1945”. (BERGAMASCO. 1996. p. 12 e 13,).

A luta pela terra não é apenas voltada a um pedaço de chão, mas sim, na busca por romper barreiras a fim de conseguir ser livre do sistema opressor. Viver no campo é lutar pelos direitos.

O segundo capítulo está voltado às principais dificuldades e desafios em que as mulheres do campo enfrentam nas quebras de tabus que foram impostas as mesmas ao longo das décadas e que foram consideradas como serva, seja em ambiente de trabalho, como sexual, colocando a mulher como objeto do homem. Nesse sentido é possível analisar que a mulher do campo está rompendo essas barreiras e conquistando os espaços públicos, pois essas mulheres são mães, esposas, filhas, donas de casa e empreendedoras. Neste capítulo mostra as barreiras que as camponesas estão enfrentando em busca da sua liberdade, dando ênfase desde o período do golpe militar (1964) onde grupos de mulheres se reuniam e protestavam por seus direitos. Através deste capítulo é possível fazer uma relação entre território, identidade e lugar, relacionada a vida da mulher do campo.

No terceiro capítulo será trabalho a narrativa das mulheres pioneiras e mulheres que chegaram depois da ocupação, buscando na história de vida identificar como foi a luta e resistência do assentamento Colorado, história essa narrada pelas camponesas que participaram das ações política e cotidiana de luta pela terra e território. Em relação aos registros sobre o local não existem mais no município, atas devido a mudança dos presidentes da associação local. Porém através desta pesquisa as memórias e lutas pela conquista do território têm objetivo de permanecer intactas e serem passadas de geração por geração, afim de que a história do assentamento não morra.

O resultado da pesquisa apontou para o fato de que a luta pelo assentamento rural não foi uma caminhada fácil, as lutas começaram desde a ocupação da terra, luta pela água, luz, educação, tudo vivenciados sobre ameaças de serem expulsos ou mortos por pistoleiros. E como as mulheres camponesas viam essas lutas. Seus maridos as privavam do confronto nas ocupações. Algumas mulheres participaram diretamente da luta e, outras ficavam em casa, com filhos pequenos, com medo de chegar a noite e seus companheiros não retornassem para casa. Foi através dessas análises, por meio das narrativas das mulheres camponesas que pudemos compreender como foi a conquista da terra do Assentamento Colorado.

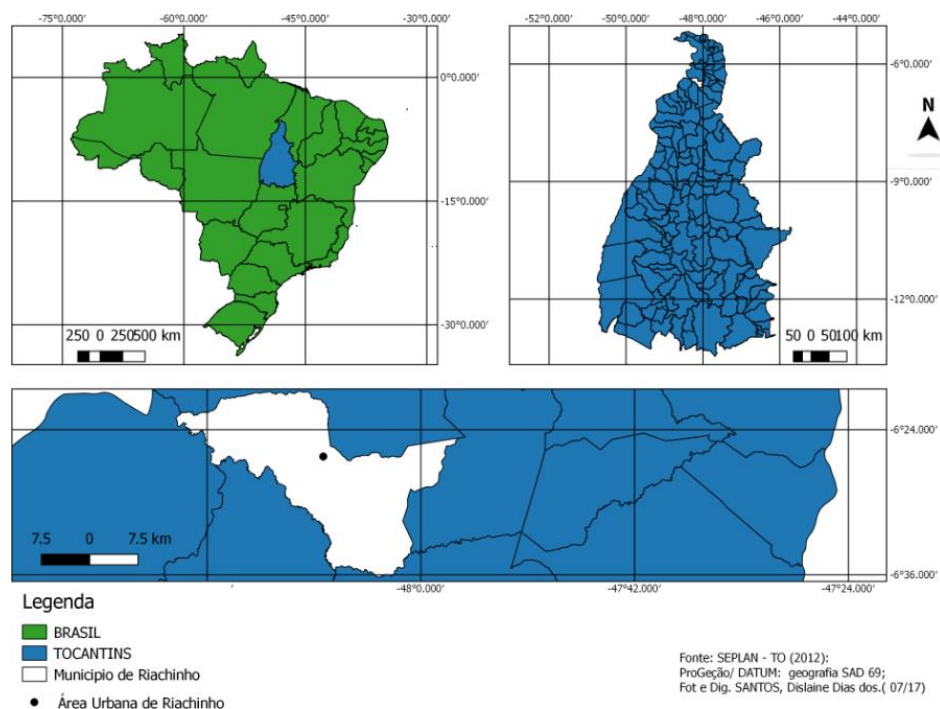
2. ASSENTAMENTO GLEBA COLORADO

2.1. Localização do assentamento

O assentamento foi constituído em 1994, porém sua luta começou na década de 1980 com ocupação de várias pessoas vindas, tanto do município de Riachinho que naquela época era município de Ananás, como grupos de pessoas vindas da cidade de Araguaína -TO. Assentamento marcado pela luta e resistência do homem e da mulher do campo, por uma vida e liberdade, infelizmente nem todos que estavam no início hoje permanecem no assentamento, porém suas memórias serão lembradas e permaneceram intactas ao longo dos anos.

O Assentamento Colorado foi fundado no dia 28 do mês de agosto de 1994, ele tem capacidade para assentar 75 famílias, atualmente. Assentamento este localizado no município de Riachinho-TO.²⁹

Figura 1 Localização Município de Riachinho TO



Fonte: SANTOS, Dislaine Dias. SEPLAN –TO (2019).

Segundo o IBGE (2016) o município de Riachinho, Tocantins está localizado ao norte do estado, na mesorregião ocidental, denominado como Bico do Papagaio (FIGURA 2). Seu histórico de formação deu início com os primeiros habitantes a chegarem ao município, sendo a família de Estevão Guedeia Soares, Teodoro Pereira de Sá e Alderico Pereira de Sá que chegaram ao município em Junho de 1952, vindos da cidade de Boa vista do Padre João, hoje

Tocantinópolis. Suas famílias se instalaram a beira de um córrego que passava pelo município, assim dando origem ao nome da cidade (IBGE, 2016). Inicialmente o município foi criado em cinco de Outubro de 1989, mas só foi instalado como desmembro do município de Ananás - TO em 1º de janeiro de 1993.

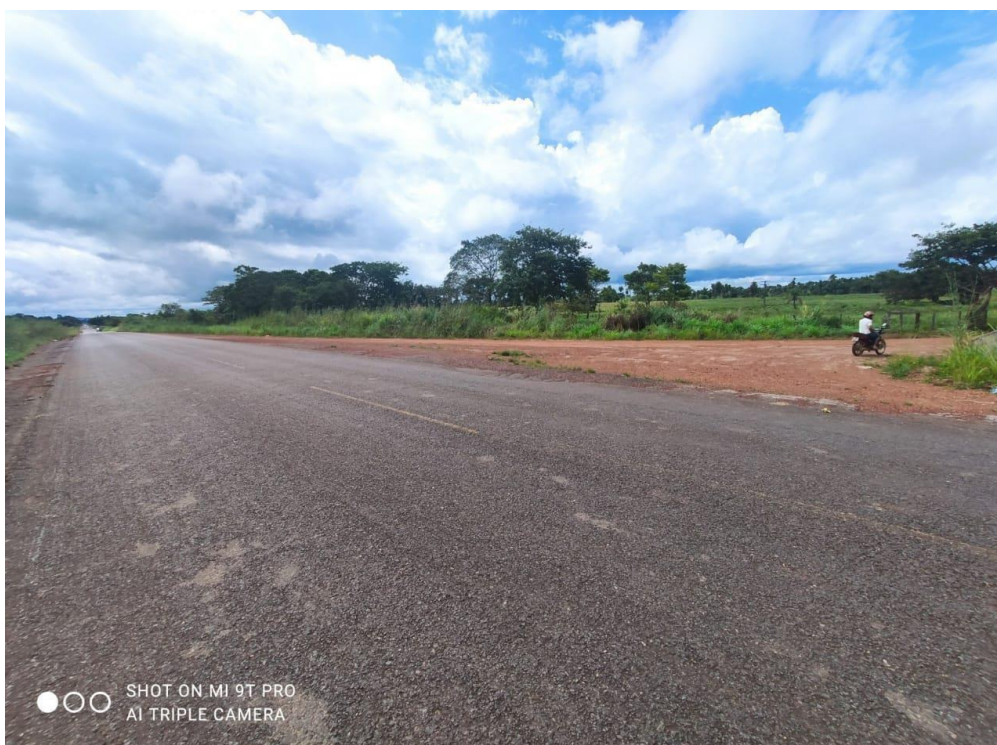
Segundo IBGE (2016), Riachinho foi elevado à categoria de município e distrito, pela lei estadual nº 251, de vinte de Fevereiro de 1991, alterada em seus limites pela Lei Estadual nº 498, de vinte e um de Dezembro de 1992, desmembrado do município de Ananás. Em divisão territorial datada de 1997, o município é constituído do distrito sede.

Hoje a cidade de Riachinho estima com aproximadamente 4.191 habitantes (IBGE, 2010), distribuída em uma área de unidade territorial de 517,478 km² (IBGE, 2016), com maior destaque em produção de milho, feijão, melancia e abóbora juntamente com a pecuária de corte e de leite que vem se desenvolvendo fortemente desde os últimos anos.

2.1.2 Gleba Colorado

O assentamento gleba Colorado é localizado no município de Riachinho TO, com distância de 8km da cidade conforme figura 2. A entrada do assentamento é localizada a menos de 900 metros da saída da cidade, conforme imagem abaixo.

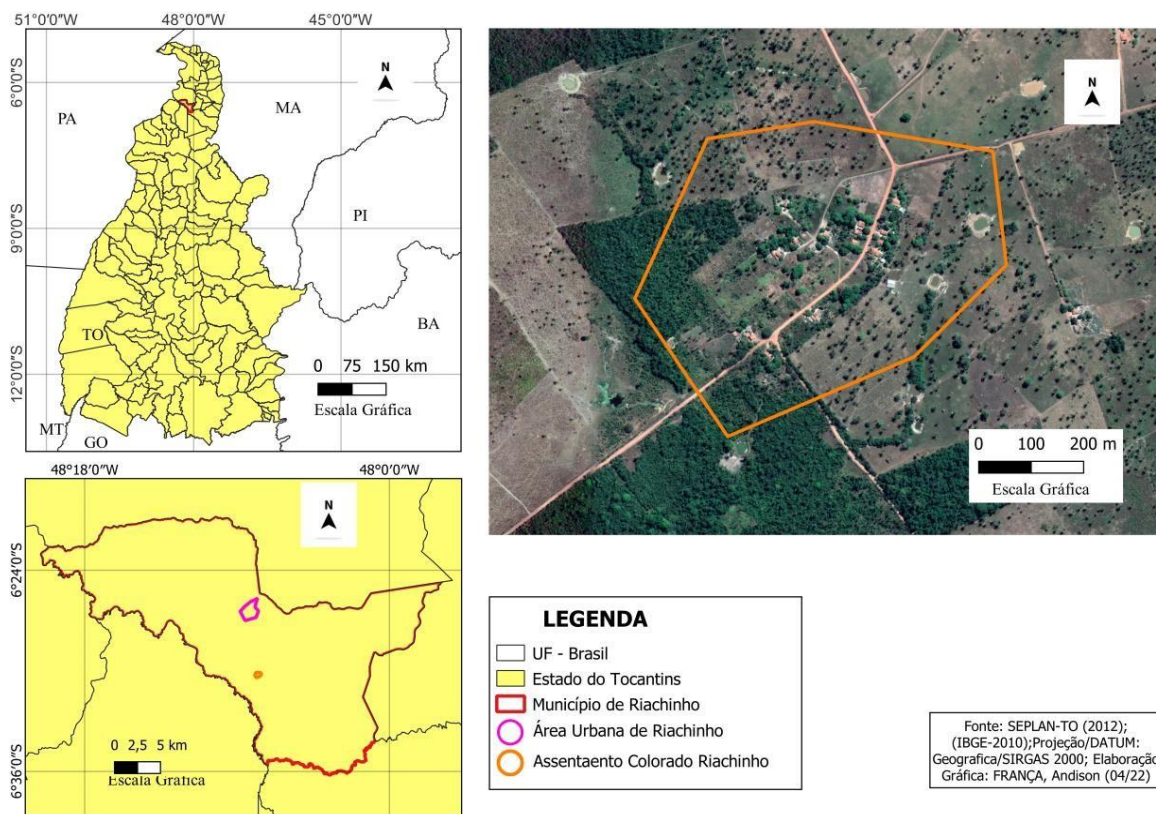
Figura 2 Entrada do Assentamento Gleba Colorado



Fonte: SANTOS, Dislaine Dias dos. Março de 2022.

A entrada do assentamento Gleba Colorado não tem placa de identificação, porém para quem estar saindo da cidade de Riachinho é a primeira entrada sentindo cidade de Xambioá e terceira entrada para quem vem sentindo cidade de Xambioá para Riachinho.

Figura 3 Localização do assentamento Gleba Colorado



Fonte: FRANÇA, Anderson. SEPLAN –TO (2022).

Sua historicidade registrada na primeira Ata da fundação da Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Assentamento Cajueiro (Colorado)- Riachinho – TO, no dia vinte e oito de agosto de 1994 dia da fundação do assentamento, cerca de 220 pessoas se fizeram presentes. Inicialmente esta reunião teve como objetivo explicar quais os benefícios e vantagens que toda comunidade teria ao fundar essa associação e como a mesma funcionaria. Segundo a mesma Ata (1994) foi discutido sobre as responsabilidades que cada associado teria que assumir e após isso foi aberta a discussão, debate e perguntas e ao final foi lido o estatuto e explicado sobre o mesmo e as necessidades de participação e organização democrática e transparentes no processo de organização do desenvolvimento do assentamento e sem delongas foi marcada uma nova reunião onde aconteceria, segunda o documento da Ata (1994) no dia dezesseis de setembro do mesmo ano. Cabe salientar que as primeiras reuniões da associação duravam o dia inteiro e que no início os associados demonstravam

interesse em participar, como está no “início” do assentamento.

2.2 Colorado: a memória de um povo

A história do assentamento colorado está marcada nas memórias dos habitantes do local, em especial as pioneiras, sendo elas Velsa Pereira do Santos e Maria Costa Silva. Sabemos que a memória é seletiva, infelizmente nem tudo fica gravado por longas datas, aos poucos vamos esquecendo grandes marcos históricos da nossa vida e cabe a nós pesquisadores deixar tais memórias escritas no concreto para futuras gerações se regozijarem da luta e resistências das histórias que deram início às suas vidas.

A memória é, em parte, herdada, não se refere apenas à vida física da pessoa. A memória também sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa. As preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória. Isso é verdade também em relação à memória coletiva, ainda que esta seja bem mais organizada. Todos sabem que até as datas oficiais são fortemente estruturadas do ponto de vista político. Quando se procura enquadrar a memória nacional por meio de datas oficialmente selecionadas para as festas nacionais, há muitas vezes problemas de luta política. A memória organizada, que é a memória nacional, constitui um objeto de disputa importante, e são comuns os conflitos para determinar que datas e que acontecimentos vão ser gravados na memória de um povo (POLLAK, p. 4, 1992).

As memórias são marcadas por situações que representam algo de grande importância para o indivíduo, o ser humano é marcado por diversas situações, porém as mais importantes são registradas na memória de forma que com o passar dos anos ela não será esquecida, podendo ocorrer lacunas sobre datas ou nomes, porém o momento é estritamente lembrado, cabe salientar que dependendo da memória do indivíduo o mesmo será tomado por sentimentos de alegria, prazer ou até mesmo a dor, podendo ocorrer a junção dos três sentimentos em uma mesma memória.

Pollak (1992) nos traz em seu artigo “memória e identidade social” de 1992, que a memória é algo construído, ou seja, consciente ou inconsciente. “O que a memória individual grava, recalca, exclui, relembra, é evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização” (POLLAK, 1992, p. 28.). Esse fenômeno memória, pode ser catalogada tanto social ou coletivamente. O momento marcado na memória varia de indivíduo para indivíduo.

A memória trazida para a conquista da terra pode ser vista por vários ângulos diferentes, por exemplo, para muitas pessoas o momento mais marcante na conquista da terra foi a ocupação, onde um determinado grupo se reuniu e decidiram ocupar um espaço que historicamente lhes pertencia por direitos, enquanto que para outro grupo de pessoas os conflitos foram marcados porque estavam voltados na angústia que uma mãe sentia ao ver seu companheiro a frente dessas lutas com risco de perder a vida e deixar todos os filhos pequenos sozinhos. Nesse momento entra a memória coletiva, porém vista de ângulos

diferentes, no mesmo local, e na mesma lacuna cronológica.

Se podemos dizer que, em todos os níveis, a memória é um fenômeno construído social e individualmente, quando se trata da memória herdada, podemos também dizer que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade. Aqui o sentimento de identidade está sendo tomado no seu sentido mais superficial, mas que nos basta no momento, que é o sentido da imagem de si, para si e para os outros. Isto é, a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros (POLLAK, 1992, p. 5.).

Sabemos que nossa identidade é constituída a partir de tudo que vivemos, presenciamos individualmente e socialmente, tudo coopera para a formação da nossa identidade, da participação primordial da memória, Pollark (1992) adverte que há uma ligação fenomenológica que acaba sendo bem estreita entre nossa memória e o sentimento da identidade.

Através disso vemos que quando perdemos nossas memórias, perdemos nossa identidade. Quando um sujeito perde completamente sua memória por algum problema de saúde, por exemplo, Alzheimer¹, que é uma doença que vai destruindo a memória e gradativamente as funções mentais, provocando o esquecimento de quem ele é, o que fazer, de onde veio. Nesse momento analisamos como é importante a memória, pois ela condiz quem é a pessoa dentro do eu próprio, ao registrar as memórias, as histórias tornam-se uma forma de não apagar as memórias dos indivíduos, mesmo que ele se esqueça com o passar dos anos, ou seja, é a forma de preservar a história do sujeito ou/e do local.

A história de formação do assentamento Gleba Colorado ocorre a partir de memórias coletivas de um grupo de pessoas que participaram dessa formação. A luta pela ocupação de terra no assentamento Gleba Colorado começou no ano de 1988, tudo se deu início a partir de rumores que algumas famílias ficaram sabendo, que alguns representantes do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) fariam vistoria em uma fazenda próxima a cidade, e que nessa vistoria o INCRA teria liberado para algumas famílias de Araguaína-TO ocupar essa terra, pois logo seria constituído assentamento para as pessoas que tivessem lá dentro. Devido a esses rumores, um grupo de quarenta (40) pessoas decidiu ocupar, juntamente com o pessoal de Araguaína estas terras. Ao longo da ocupação até a consolidação do assentamento nos dias atuais, apenas duas famílias permanecem morando no local desde a ocupação, os demais companheiros de grupo,

¹ Segundo Mendonça (2018) A doença de Alzheimer é uma doença causada pela morte de células cerebrais. Ela se apresenta como demência ou perda de funções cognitivas como, memória, orientação, atenção e linguagem

segundo relatadas moradoras ou venderam suas terras, ou infelizmente já morreram. Das pioneiras que ainda residem no assentamento encontram-se: Maria Costa Silva e seu marido, Velsa Pereira dos Santos e seu marido, ambos os filhos dessas pioneiras não residem com as mesmas no local, apenas elas e seus companheiros.

Maria Costa Silva juntamente com seu esposo João Melo da Silva, foram um dos pioneiros do assentamento, o senhor João Melo foi o responsável por juntar inicialmente esse grupo de quatro companheiros para irem ocupar o atual assentamento. Inicialmente esse pequeno grupo se sentiu indignado com fato de pessoas de outros municípios estarem tomando a frente de uma luta pelo território dentro dos municípios deles, a partir dessas quatro famílias, outras pessoas começaram a se inspirarem na coragem deles e partiram para luta.

Nessa época o INCRA dava total incentivo para a ocupação dos terrenos, enquanto um lado das terras era ocupado pelas pessoas das cidades de Riachinho e Ananás, outra parte da terra estava sobre a ocupação de um grupo vindo de Araguaína, infelizmente não tem referências que apontem quantos grupos de Araguaína estavam na época dessa ocupação. Para as mulheres, interlocutoras da pesquisa, as lembranças da quantidade de famílias foram se perdendo ao longo dos anos.

As terras do assentamento eram terras de difíceis acessos e muito bem abastada de animais selvagem, as pessoas que ocupavam aquelas terras passavam por diversos problemas, dentre eles medo constante de ser expulso das terras por pistoleiros, difícil acesso ao local, devido às estradas serem mata fechada na época e risco de serem mortos à noite por animais silvestres. O segundo relato de moradoras da região, de que foi encontrado rastro de onças no local da ocupação e com isso viviam sob o medo constantemente de todos os lados, porém nunca abriram mão de ter seu pedaço de terra.

De um lado o INCRA inicialmente incentivava as famílias a ocuparem o terreno, do outro o fazendeiro pressionava as pessoas que estavam na terra a fazerem pressão para que INCRA pagasse o valor que o fazendeiro queria. Mas, o fazendeiro não acreditava que o INCRA realmente iria pagar o valor solicitado, devido a isso as pessoas que estavam ocupando a terra se sentiam ameaçados com medo de serem expulsos da terra por meio de violências e tiroteios, pois tinha muito pistoleiros a mando do fazendeiro.

Nesse sentido, de um lado estava o fazendeiro e do outro estava o povo a pressionar o INCRA, que por sua vez negociava o valor das terras. No meio estavam homens, mulheres e crianças a mercê dessa luta. Enquanto lutavam por valores, as famílias buscavam uma forma de sobreviver, colocando suas vidas em risco fazendo ocupação a fim de que essa disputa por

valores terminasse e enfim pudessem ter sua terra.

Como o grupo não tinha condições de pagar um carro para levá-los à cidade de Araguaína, por suas condições financeiras serem extremamente baixas, eles contavam com ajuda de dois advogados que apoiavam os mesmos disponibilizando transportes, localmente os dois advogados eram conhecidos como Dr. Anofre e Dr. Marcelo², dois homens que até hoje são reconhecidos dentro do assentamento por todos que moram lá, desde os pioneiros até os que chegaram depois.

Nesse caso, compreendemos que as reivindicações, ocupações das ruas para que a sociedade saiba sobre suas condições de vida, dificuldades, era a estratégia de luta. O Senhor João Melo da Silva foi o precursor desse movimento de ocupação no assentamento Gleba Colorado, pois, sempre esteve à frente juntamente com sua esposa e seus 3 filhos, em uma luta não apenas pela sua terra, mas de todos os companheiros e companheiras que ali estavam.

O fazendeiro cujo nome era conhecido como Osvaldo, segundo as moradoras do local, usava os produtores rurais para pressionar o INCRA a pagar o valor que o mesmo queria, pois sabemos que quando se trata do pequeno produtor rural, todo processo sempre é demorado. Cabe salientar que as pessoas que estavam ocupando não tinham condições de comprar um pedaço de terra e nunca tinham possuído e queriam trabalhar, produzir, acabavam cedendo à pressão do fazendeiro e colocavam pressão no INCRA para liberar a terra. Essa luta teve a duração de cerca de seis (6) anos, onde iniciou com a ocupação em 1988 e o assentamento foi constituído apenas em 1994 com a liberação e das terras dando equivalências a cerca de cinco alqueiro para cada família e lotando 75 famílias no assentamento. Atualmente das 220 pessoas que estavam no processo desde a ocupação, apenas duas famílias pioneiras restam no assentamento.

² Nomes pré citados pelos moradores do assentamento gleba Colorado

3. A RESISTÊNCIA PELO DIREITO A TERRA NO BRASIL

3.1 Assentamentos rurais no Brasil

O Termo “assentamento” surgiu pela primeira vez em 1960, pelas vias das lutas de trabalhadores rurais sem-terra (MST), (BERGAMASCO, 1996). Nesse sentido, no final da década de 1950 e início de 1960 um grande número de pessoas que residiam no meio rural estavam praticamente sendo expulsos de suas residências para irem morar nos centros urbanos. Nesse sentido, “as primeiras manifestações camponesas desse período surgem logo após o processo de democratização do país iniciada com a eleição presidencial de 1985”. (BERGAMASCO. 1996. p. 12 - 13).

O termo assentamento rural se enquadra na dinâmica dos processos de resistências e de lutas, tanto lutas pelas terras, como por direitos. Segundo Esterçi (2001, p. 18) “O termo assentamento surgiu provavelmente por ações que têm por fim ordenar ou reordenar recursos fundiários com alocações de populações para solução de problema socioeconômico”. Esses problemas econômicos gerados pela estrutura fundiária brasileira afetam principalmente, a mulher e o homem do campo, que além de perder seus direitos, suas terras, perdem até mesmo suas vidas; uma luta sem fim, na busca do tão precioso pedaço de terra. O final da década de 1970 foi marcado pela intensificação de lutas das trabalhadoras e dos trabalhadores que reivindicavam o direito a terra. Um meio de resistências voltado para a luta dos direitos iguais a todas e todos, em uma luta que a vitória será transformada na criação de assentamentos rurais sustentáveis do ponto de vista da qualidade de vida no campo. Segundo Frabrini (2001):

Os assentamentos realizados no campo através de projetos de colonização, entregues às empresas colonizadoras, bem como os projetos oficiais de colonização realizados na Amazônia pelo governo dos militares, são exemplos de assentamentos rurais [...] Não são assentamentos rurais que nos propomos a abordar, mas aqueles resultantes da ação de movimentos organizados através de lutas de resistências e ocupações de terra que se desencadearam no final da década de 1970 no Brasil. (FRABINI, 2001, p.18)

A década de 1970 é marcada pelas lutas dos movimentos trabalhistas rurais, mas em termos históricos, essas lutas por terras é um evento que se desencadeia desde épocas passadas. A ocupação do território brasileiro é marcada pelo pós-independência, por diversas tentativas de lutas para legalizar o território brasileiro para enfim se tornar um país com direitos e deveres para todos, não apenas proporcionado de vantagens a determinados grupos que se destacam pela sua posição econômica. Atualmente um dos problemas que se estende é a falta de inclusão das trabalhadoras e trabalhadores rurais ao acesso à terra marcada pela chamada Lei de Terras.

A lei da Terra de 1850, o Decreto que a regulamentou em 1854 e toda a legislação que se seguiu, bem comum, expressa em concepções opostas, persistiu ao longo do século XX, mesmo que os agrupamentos que articularam essa iniciativa, e foram por elas também articulados, tenham se transformado ou sido substituídos por outros e que ênfases tenham sido alteradas ao longo do tempo. Propostas de “reforma agrária” ou de “solução do problema rural” contrapuseram-se e multiplicaram-se nos anos 20 e 30 (1920 e 1930), bojo das grandes lutas sociais, essencialmente urbanas em muitas vezes de extensão supranacional, que marcaram aquela época. (LEITE. 2004, p.37. Grifo nosso).

Quando D. Pedro II em setembro de 1850 sancionou a lei de Terras, ele estabeleceu um novo parâmetro em relação à obtenção do direito à terra, pois naquele momento a compra ficou estabelecida como a única forma de obter terras públicas, e isso “[...] inviabilizou os sistemas de posse ou doação para transformar uma terra em propriedade privada”. (FORSTER, 2018)

Diante desse decreto muitas famílias de classe baixa tiveram grandes dificuldades para a compra da terra para fins da agricultura familiar, pois a medida favoreceu a elite agrária brasileira com a expansão econômica cafeeira no Brasil, principalmente na região Sudeste. Nesse processo houve uma perda de terras por parte dos camponeses e das camponesas, que seria sua fonte de existência. “[...] Restou a estas apenas o trabalho como empregadas nas grandes propriedades rurais, aumentando assim a disponibilidade de mão-de-obra”. (FORSTER, p. 2 2018):

Um dos movimentos de resistência que marcou a história do povo brasileiro foi a guerra de canudos, este massacre que matou cerca de mais de 30 mil pessoas, aconteceu entre 1896 e 1897. Foi um conflito no interior do sertão baiano que terminou com a destruição do povoado de Canudos. Houve várias batalhas entre tropas do Governo Federal e um grupo de sertanejos liderados por um líder religioso, Antônio Vicente *Mendes Maciel*, o *Antônio Conselheiro* (NOVARRO, p 2, 2018.)

Nesse sentido, o autor discorre:

Na época, a população miserável da região agregou-se em torno do beato Conselheiro, que havia passado anos pelo sertão pregando uma mistura de doutrina cristã e religiosidade popular. Em 1893, os sertanejos fundam o arraial de Canudos, um povoado muito pobre que chegou a ter 5 mil casas e de 20 mil a 25 mil habitantes. “Canudos era regido pelo trabalho coletivo e pelos ensinamentos religiosos de Conselheiro. Além desse caráter messiânico, o movimento criticava a República e contestava as inovações surgidas com ela, como o casamento civil”, diz o historiador José Carlos Barreiro, da Universidade Estadual Paulista (UNESP) de Assis (SP). As relações do povoado com o governo começaram a se complicar ainda em 1893, quando os moradores rebelaram-se contra a cobrança de impostos e queimaram documentos emitidos pelo governo. Aos olhos dos governantes, Canudos começou a ser visto não só como um arraial de fanáticos religiosos, mas também como um ninho de rebeldes monarquistas e perigosos, que precisavam ser eliminados. (NOVARRO, 2018, p.2.)

Tais revoltas foram vistas pelo governo como uma afronta, sua única medida para

acabar com os chamados rebeldes foi implantar uma guerra que consistiu, na verdade, em quatro expedições militares.

Nas três primeiras, o Exército tomou um pau dos sertanejos. Na terceira delas, o massacre foi tão grande que até o comandante das tropas federais foi morto em combate. Na quarta e última campanha, cujos momentos decisivos a gente apresenta nestas páginas, o Exército conseguiu finalmente riscar Canudos do mapa. Pelo menos 30 mil pessoas morreram na batalha final. (NOVARRO, 2018, p.2)

Lopes (2001) nos traz que a história dos movimentos no campo, neste país, não é uma questão recente, mas parte do princípio da luta pela terra até a busca dos direitos para permanecer. Uma luta que já perpassas décadas e sempre com finalidade de proporcionar um bem-estar melhor para o homem do campo, que no final a única coisa que ele realmente quer é ter uma terra e direito para sustentar sua família.

Um dos movimentos marcantes na história brasileira foram as Ligas Camponesas no Nordeste que tem uma relação muito próxima com o Partido Comunista Brasileiro – PCB, em que estas foram significativas no sentido na busca pelos direitos trabalhistas e contra a expropriação.

Com a cassação do registro legal do PCB em 1947, contudo, poucas delas ganham destaque, expressando-se apenas em conflitos isolados até 1954. A partir dessa data, a mobilização camponesa ressurgiu com a denominação “Ligas camponesas”, impulsionada pela eclosão de novos conflitos sociais no campo, dentre os quais a luta de assalariados por melhores salários e por direitos trabalhistas, a resistência de posseiros, arrendatários e foreiros contra a expropriação das terras que vinham ocupando, ou ainda as lutas contra o aumento de arrendamentos. (BERGAMASCO. 1996, p.13).

A autora também argumenta que:

Alguns destes movimentos, espalhados pelo país, conseguem estabelecer uma aliança com setores urbanos, ganhando força política e repercussão nacional, dando maior abrangência a questão da reforma agrária e unificando lutas isoladas. Os partidos políticos começam a reconhecer a relevância do tema e diversos projetos delei são elaborados durante a década de 50. (BERGAMASCO. 1996, p. 13).

Nesse sentido, considera-se que a década de 1950 se “consolidam as ligas camponesas, iniciando em Pernambuco, tornando-se expressiva também na Paraíba, no Rio de Janeiro, em Goiás, no Ceará e em Alagoas” (BERGAMASCO. 1996 p. 13). Em 1955 foi criada a Liga camponesa da Galileia, a mesma reuniu muitos arrendatários do engenho Galiléia, em Vitória de Santo Antão, nos limites da região do Agreste com a Zona da Mata de Pernambuco. Os proprietários dos engenhos temeram a criação da liga, mais em especial o proprietário Oscar Beltrão (dono do engenho da Galileia) ao ver como andava as articulações das ligas, forçou

a saída de quase metade dos camponeses de suas terras, forçando os mesmos a desocuparem cerca de 500 hectares e enquanto os estes não desocupavam as terras ele aumentou o “foro”, tática essa para os camponeses saírem o mais rápido possível de suas terras, “[...] foro este sendo uma renda anual que os “foreiros” deveriam pagar pelo uso da terra e de outros benfeitores” (BERGAMASCO.1996, p.14)

Os setores democráticos progressistas se fortaleceram, criando um clima mais favorável à organização dos movimentos sociais no campo e na cidade. Com a posse de Cid Sampaio no governo estadual, em 1959, as ligas camponesas intensificaram a pressão pela desapropriação do Engenho de Galileia. Nesse sentindo [...] lotes de 10 hectares foram então distribuídos para 47 famílias, e as 100 famílias restantes, remanejadas para outras áreas compradas pelo Estado [...]. (BERGAMASCO. 1996. p. 18).

Diante dos conflitos no campo o governo criou a Superintendência de Reforma Agrária (SUPRA), órgão criado em 11 de outubro de 1962 pela Lei Delegada nº 11 e regulamentado pelo Decreto nº 1.878-A, de 21 de dezembro de 1962. Seu principal objetivo era colaborar na formulação da política agrária do país; planejar, executar e fazer executar, nos termos da legislação específica, a reforma agrária; promover a desapropriação de terras por interesse social, objetivando a justa distribuição da propriedade rural e condicionando seu uso ao bem-estar social, e prestar serviços de extensão rural e de assistência técnica aos trabalhadores rurais (FGB CPDOC, 2009). Ambas (Ligas camponesa e supra) foram combatidas pelo *establishment*³, dentro do quadro que resultou no golpe militar de 1964 (FGV CPDOC, 2009). Contraditoriamente, logo no início, o regime militar deu o primeiro passo para a realização da reforma no campo no País.

Com o golpe de 1964, os movimentos sociais no campo e na cidade, que até então impulsionavam a discussão da reforma agrária, foram severamente reprimidos. Por outro lado, o governo militar rapidamente elaborou o Estatuto da Terra (LEI 4.504), aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado pelo presidente da república em 30.11.196, fixando diretrizes para implementação de projetos de colonização em áreas de fronteiras agrícola, sob a responsabilidade do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrícola (INDA), e para a aplicação da reforma agrária, que ficaria a cargo do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA). (BERGAMASCO, 1996, p. 18 e 19).

A partir de 4 de novembro de 1966, o Decreto nº 59.456 instituiu o primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária, que não saiu do papel. Mas em 9 de julho de 1970, o Decreto nº 1.110 criou o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA, 2016), resultado da fusão do IBRA com o INDA (INCRA, 2016). Quanto as políticas agrárias que foram constituídas ao longo dos anos, sempre buscaram formas de ofertas terras via reforme agrária, mediante a isso, conforme a tabela 1, é possível conhecer algumas dessas política que

³ Segundo Dicionário infopédia (2003) significa: Grupo sociopolítico que exerce sua autoridade, controle ou influência, defendendo seus privilégios; ordem estabelecida, sistema.

demarcaram a história da reforma agrária no Brasil.

TABELA 1 POLÍTICAS AGRÁRIAS NO BRASIL

Política Agrária	Ano	Objetivo
Lei de Terras	1850	Apropriação e anexação de terras.
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária- INCRA	1970	Órgão responsável pela formulação e execução da política fundiária nacional,
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)	1984	O movimento teve apoio de setores organizados da sociedade civil e de partidos de esquerda, além do apoio posterior de entidades internacionais.

Fonte: LOPES, 2019

À época da criação do INCRA, o governo incentivou a colonização da Amazônia. De um lado, centenas de migrantes de vários estados do Brasil, sobretudo camponeses nordestinos foram levados a ocupar as margens da rodovia Transamazônica do outro, as empresas de variados ramos receberam incentivos fiscais para grandes projetos agropecuários. A experiência não foi bem sucedida (INCRA, 2016). Pois os danos causados ao meio ambiente foram de caráter desastroso, pois cerca de 14 milhões de hectares tinha sido desmatada na Amazônia no ano de 1970. Esse processo desastroso de ocupar a Amazônia em prol de integrar a mesma com resto do país teve início com o projeto do presidente Getúlio Vargas, intitulado a Marcha para o Oeste.

Com o intuito de integrar a Amazônia com o resto do País, os militares pregam a unificação do País e a proteção da floresta contra a “internacionalização”. Utilizando um discurso nacionalista, os militares realizam várias obras em infraestrutura para a ocupação da região, a principal é a Transamazônica. É a política “Integrar para não Entregar”. (CERQUEIRA, 2018, p.2)

Para que toda essa região fosse ocupada, as grandes infraestruturas precisariam de

trabalhadores, nesse momento muitos nordestinos migraram para esta região em busca de serviços que lhe propiciassem uma vida melhor, mas muitos trabalhavam de forma desumana, pois a promessa de uma vida melhor era apenas um véu que ocultava o serviço escravo daquela região. O salário que os trabalhadores ganhavam de início eram de grande valor, mas os gastos dentro do ambiente de serviço ultrapassavam o que eles ganhavam, pois todos os gastos com alimentos e até alojamento eram descontados de seus salários. Por isso muitos nordestinos foram assassinados quando tentavam escapar dessa escravidão.

Com esse processo de migrações na região amazônica com apropriação e mau uso dos recursos naturais da mesma acarretou sérios problemas ambientais, com isso geraram diversas repercussões internacionais, ambas lutavam para que o “pulmão do mundo” fosse protegido, mas o que teve maior nível de repercussão pelo mundo todo foi o assassinato do líder sindical Chico Mendes, em 1988, agravando ainda mais as pressões internacionais em relação às políticas desenvolvidas no Brasil para a preservação da Amazônia (CERQUEIRA, 2018)

No estado do Tocantins as formações, as lutas pelas terras e constituição de assentamentos, historicamente é uma luta que dura mais de 20 anos, segundo Sobrinho (2018, p.01) “o MST do Tocantins está inserido no contexto da Luta pela Terra na região do Bico do Papagaio enfrentando o latifúndio desde a década de 1980”

Nesse período o Movimento Sindical e a Comissão Pastoral da Terra (CPT) através da ação do Padre Josimo figura que contribuíram com a luta em favor dos camponeses fato pelo qual foi assassinado.

Vale ressaltar que após dez anos da morte do Padre Josimo, o MST, em janeiro de 1998 se Territorializa no Tocantins. Neste contexto o movimento vem procurando desempenhar seu papel na luta pela reforma agrária materializada em 15 assentamentos que compreende mais de 1100 famílias e sete acampamentos que totaliza mais de 850 famílias acampadas (SOBRINHO, p. 02, 2018).

Quando abordamos a luta pela terra no Estado do Tocantins um nome sempre se lembra: Padre Josimo, historicamente “*conhecido entre os agricultores como padre negro de sandálias surradas*” (FERREIRA, 2020). Padre Josimo dedicava sua vida aos pais, mãe, filhos e filhos da terra, que possibilitava para os camponeses e camponesas a reflexão, o diálogo e a construção de espaços de debates e orações sobre o fim da opressão e a luta pelo direito à terra e a produção de alimentos, terra para quem nela vive, Moreira (2008) nos relata que Padre Josimo relatava que:

A minha vida nada vale em vista da morte de tantos pais lavradores assassinados, violentados e despejados de suas terras. Deixando mulheres e filhos abandonados, sem carinho, sem pão e sem lar. É hora de se levantar e fazer a diferença! Morro por uma causa justa

Na região do estado do Tocantins conhecido como Bico do Papagaio, Padre Josimo

era o coordenador da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Sua luta pelo homem e mulher do campo se repercutia pelo Brasil, porém foi covardemente assassinado na cidade de Imperatriz - MA.

Dia 10 de maio de 1986 foi assassinado covardemente enquanto subia as escadas do prédio da Mitra Diocesana de Imperatriz, MA, onde funcionava o escritório da CPT Araguaia-Tocantins. Ainda teve forças para entrar no hospital andando [...] para executar Josimo contou com a participação de Wilson Nunes Cardoso, que até hoje está foragido (FERREIRA, 2008, p.3)

Padre Josimo, de forma covarde foi assassinado por ordem de grandes fazendeiros, homens que cometeram contra um inocente. Padre Josimo era a figura de pai que lutava em favor dos mais necessitados, estes necessitados eram trabalhadores rurais que eram expulsos de suas terras pelos fazendeiros coronelistas da região. (FERREIRO, 2008). “Josimo é a própria oferta. Tornou-se um ofertório vivo para nossas comunidades e para a construção do Reino.” (FERREIRO, 2008, p.3)

3.2 A distribuição das terras aos agricultores familiares

Através da conquista da terra, outro problema começa a ser gerado, pois agora começa a decidir a forma como as terras serão repartidas de forma igualitárias entre as trabalhadoras e trabalhadores. Nesse contexto a reforma agrária tem como dever, segundo o INCRA (2016), promover a melhor distribuição da terra mediante modificações no regime de posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social, desenvolvimento rural sustentável e aumento de produção.

A reforma agrária tenta proporcionar o desenvolvimento igualitário entre os assentados, de forma que todos venham produzir alimentos básicos para suas famílias e para seu sustento, assim combatendo a fome e a miséria e tentando diminuir a migração campocidade. O INCRA (2016) defende que a reforma agrária está bem distribuída no país, diante da sua implementação de um modelo de assentamento rural baseado na viabilidade econômica, na sustentabilidade ambiental e no desenvolvimento territorial.

Mas a realidade do cenário agrário é bem diferente desta proposta, pois ainda existe muitas situações precárias em diversos assentamentos. No entanto o INCRA (2016) adota instrumentos fundiários adequados a cada público e a cada região e está realizando uma adequação institucional e normativa para a intervenção rápida e eficiente dos instrumentos agrários. Sabendo que muitos dessas medidas nem sempre acaba chegando para todos os assentamentos de forma justa.

Os agricultores familiares, segundo o conceito legal, ou os camponeses e povos da terra, segundo suas próprias auto identificações, constituem diversificada gama de pequenos proprietários, parceiros, meeiros, arrendatários, ocupantes, assentados da reforma agrária, quilombolas, coletores florestais, e também populações indígenas.

São verdadeiros guardiões do território nacional, residentes no espaço rural, que corresponde a cerca de 99,7% do território do Brasil, segundo o IBGE. Essa população de “produtores por conta própria” é de pouco mais de 74% do “pessoal ocupado” na agricultura [...] (CNBB, 2014, p.16).

Segundo o INCRA (2016), assentamento rural é um conjunto de unidades agrícolas independentes entre si, onde originalmente existia um imóvel rural que pertencia a um único proprietário.

A aquisição de terras para a reforma agrária pode ser feita de diversas maneiras. A mais utilizada e conhecida é a **desapropriação**, seguida do processo de compra e venda. Nestes dois casos, imóveis de particulares são incorporados à reforma agrária. Cada superintendência regional do INCRA estabelece as **regiões prioritárias** para obtenção de terras, de acordo com alguns critérios pré-estabelecidos tais como maior proporção de famílias do campo em **situação de extrema pobreza**, áreas com **maior concentração fundiária** e existência de outras ações do Poder Público para melhoria das condições sociais e econômicas locais (MDA/INCRA nº 06/2014, p. 16,2016)

Cada uma dessas unidades, chamadas de parcelas, lotes ou glebas é entregue pelo INCRA a uma família sem condições econômicas para adquirir e manter um imóvel rural por outras vias. Após a criação do assentamento, o INCRA inicia a fase de instalação das famílias no local.

De uma forma genérica, os assentamentos rurais podem ser definidos como a criação de novas unidades de produção agrícola, por meios de políticas governamentais visando o reordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra. (BERGAMASCO, 1996, p. 07).

Atualmente a distribuição das terras é dada através de pequenas propriedades que são distribuídas aos trabalhadores rurais sem terra, tais distribuições variam de tamanho em relação a região do país. A criação do assentamento rural é resultado de diversas maneiras, a mais utilizada é a desapropriação de propriedade que não cumpre com sua função social, seguida do processo de compra e venda. Neste caso, os imóveis de particulares são incorporados à reforma agrária. Toda aquisição começa com pesquisas cartoriais e locais feitas pelo INCRA, bem como a partir de indicações - apresentadas pelos movimentos sociais - de fazendas que seriam passíveis de desapropriação (INCRA, 2016).

Quando analisadas o contexto atual do desenvolvimento da sociedade brasileira é notório que “com elevados índices de pobreza e exclusão social, os assentamentos rurais representam uma importante iniciativa no sentido de gerar empregos diretos e indiretos a baixo custo e para estabelecer um modelo de desenvolvimento agrícola” (BERGAMASCO, 1996, p. 8). Ao analisarmos isso, podemos definir que uma luta camponesa que perpassa longos anos, vem ajudando não apenas os sem terras, mas sim toda a população em geral.

Os beneficiários da reforma agrária recebem os primeiros créditos para a aquisição de ferramentas e insumos para o plantio de alimentos - para a segurança alimentar, até que,

através de um sorteio cada família seja encaminhada para sua respectiva gleba. Segundo MENEZES (2015),

Gleba é a porção de terra que não tenha sido submetida a parcelamento sob a égide da Lei nº 6.766/79, o que equivale dizer que estaremos diante de uma gleba se a porção de terra jamais foi loteada ou desmembrada sob a vigência da nova Lei. Logo, Gleba é a terra crua, sem qualquer regulamentação e adequação às leis brasileiras e regionais. (MENEZES, aput. JUNIOR, 2015, p.2).

A quantidade de glebas num assentamento depende da capacidade da terra de comportar e sustentar as famílias assentadas. O tamanho e a localização de cada lote são determinados pela geografia do terreno e pelas condições produtivas que o local oferece. Com algumas exceções, os assentados moram em casas construídas dentro do lote onde desenvolvem suas atividades rurais (INCRA, 2016).

Quando o produtor adquirir a terra é direito dele receber ajuda para sobreviver e contribuir uma renda própria, mas muitos benefícios como os próprios créditos que ajudaram o produtor a iniciar sua produção, na realidade demora muitos meses para serem liberados, nesse percurso de tempo em que os créditos são liberados, o produtor tem que procurar outro meio para alimentar sua família e obter renda no final do mês.

Outro problema que é notado entre os assentamentos, é nas divisões de glebas para cada produtor, observa-se que nos últimos anos a divisão não tem sido de forma igualitária. Mediante isso também observamos que a troca de terras e vendas a cada ano vem aumentando, pois muitos produtores não têm como se manter e acabam vendendo as terras achando que será uma forma melhor para sobreviver, e outros produtores apenas querem adquirir terras para comercializar as mesmas.

3.3 Reforma agrária e agricultura familiar

A criação do assentamento rural é resultado de diversas maneiras, a mais utilizada é a desapropriação de propriedade que não cumpre com sua função social, seguida do processo de compra e venda. Donzele (2018) nos traz que quando se trata da propriedade rural, a exigência desta destinação social torna-se ainda mais evidente, visto ser a terra um bem de produção, que tem como utilidade própria a produção de bens imprescindíveis a sobrevivência do ser humano. Mediante isso o Art. 184 da Constituição Federal de 1988, nos mostra quais as competências dessa que levam a desapropriação dessas terras.

Art. 184 da constituição federal de 1988 compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei.

§ 1º As benfeitorias úteis e necessárias serão indenizadas em dinheiro.

§ 2º O decreto que declarar o imóvel como de interesse social, para fins de reforma agrária, autoriza a União a propor a ação de desapropriação.

§ 3º Cabe à lei complementar estabelecer procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo judicial de desapropriação.

§ 4º O orçamento fixará anualmente o volume total de títulos da dívida agrária, assim como o montante de recursos para atender ao programa de reforma agrária no exercício.

§ 5º São isentas de impostos federais, estaduais e municipais as operações de transferência de imóveis desapropriados para fins de reforma agrária. (JUSBRABIL, 2018)

Neste caso, os imóveis de particulares são incorporados à reforma agrária. Toda aquisição começa com pesquisas cartoriais e locais feitas pelo INCRA, bem como a partir de indicações - apresentadas pelos movimentos sociais - de fazendas que seriam passíveis de desapropriação. (INCRA, 2016)

Logo após o INCRA desapropriar as fazendas que não estejam sendo utilizadas para manejos de produção, serão distribuídas para os trabalhadores, em muitos dos casos para os acampados que aguardam, há anos pela liberação dessas terras. Tais terras são distribuídas de forma igualitárias pela reforma agrária a todos os trabalhadores, em virtude de haver que toda a família beneficiada trabalhe em conjunto na terra para suprir suas necessidades e que a produção gerada obtenha uma fonte de renda para toda a família (INCRA, 2016).

3.4 Agricultura familiar e seus pressupostos

Segundo INCRA (2016) os assentamentos da reforma agrária, são compostas por produção rurais denominadas AF - Agricultura Familiar. Segundo o MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário, a agricultura familiar tem dinâmica e características distintas em comparação à agricultura não familiar. Nela, a gestão da propriedade é compartilhada pela família e a atividade produtiva agropecuária é a principal fonte geradora de renda. Toda a orla da propriedade é administrada e rendada pelos próprios integrantes da família, quando a produção eleva a ponto de a própria família não conseguir sozinhos eles podem contratar terceiros para ajudar, caso contrário o serviço destinado da propriedade é de inteira responsabilidade da família.

Os “agricultores Familiares”, enquanto desempenhem importantes funções sociais: produtores de alimentos, guardiões do território, gestores de uma “oiko-nomos” rural, policultores de vocação agroecológica e, por decorrência, guardiões da biodiversidade, situam-se em posição imensamente desfavorável na estrutura de produção agrária, atualmente muito ligada a monocultivos vinculados a mercados mundiais organizados em função das “commodities” (CNBB. 2014 , p. 17).

A agricultura familiar segundo pesquisa divulgada no site do MDA (2016) a agricultura familiar constitui a base econômica de 90% dos municípios brasileiros com até 20 mil habitantes, sendo a agricultura familiar responsável pela produção de 87% da mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 38% docafé, 34% do arroz e 21% do trigo do Brasil.

Mediante a isso tem ganhado cada dia mais espaço no mercado brasileiro, pois tal produção corresponde por 35% do produto interno bruto nacional devido sua produção está vinculada as mercadorias mais procuradas nas commodities. Tais produções são as mais concorridas no mercado devido os produtos produzidos serem mais orgânicos e com menos teor de produtos químicos na sua produção, virtude que tais produtos se tornam preços mais caros, mas mesmo assim a população incide em procurá-los.

A Agricultura Orgânica é um sistema de produção agrícola baseado em princípios ecológicos. Ela considera princípios de preservação do meio ambiente que abrangem o manejo adequado dos recursos naturais do solo, a nutrição vegetal, a proteção das plantas e a valorização dos recursos humanos. O sistema orgânico dispensa o emprego de insumos agroquímicos agressivos, sendo uma tecnologia de processo, pois leva em consideração a relação solo-planta- ambiente, utilizando os recursos disponível no local ou na região (adubação orgânica proteção das plantas etc.). Nesse sentido, não se utilizam sementes, mudas e transgênicos (orgânicos geneticamente modificados), assim como evitam-se aditivos químicos, coadjuvantes de fabricação e outros produtos geneticamente modificados. (SENAR. 2015, p. 17)

Como os alimentos são produzidos de forma ecologicamente sustentável e de forma mais benéfica a saúde humana, analisamos que esses produtos a preços de mercado saem mais caro que os produtos geneticamente modificados. Quando tratamos de sustentabilidade na agricultura, podemos analisar que os termos perpassam por anos, segundo Carlos Júlio Jara (1998), observa-se que as definições permanecem as mesmas após muitos anos.

Uso dos recursos biofísicos e econômica de acordo com a sua capacidade, operando dentro de espaços geográfico determinados, mediante tecnologias adequadas que permitam obter bens e serviços capazes de satisfazer as necessidades das comunidades [...] O conceito de desenvolvimento sustentável em dimensões ambientais, econômicas, sociais, políticas e culturais, o que necessariamente traduz várias preocupações: com o presente e o futuro das pessoas; com a produção e o consumo de bens e serviço; com as necessidades básicas de subsistência; com os recursos naturais e o equilíbrio ecossistêmico; com as práticas decisórias e a distribuição do poder e com valores pessoais e culturais. O conceito é abrangente integral e, necessariamente, distinto, quando aplicado às diversas formações sócias e realidades históricas. (JARA, 1998, p. 34)

A forma como os serviços sustentáveis tenta manter o equilíbrio ecológico pensando além do processo atual da população e nas futuras gerações, podemos analisar que tais técnicas tornam-se uma prática de alto custo de investimentos e diante disso começa as grandes dificuldades enfrentadas pela agricultura familiar. Sanz-Pastor (1998), nos mostra que tais realidades não mudaram e que ainda continuam da mesma forma.

Uma preocupação permanente de todos os governos especialmente nos dias de hoje, é reduzir a inflação, tanto por causa das tensões sociais que provoca, como pelos

problemas estritamente econômicos que ocasiona no país. Já que as matérias – primas são uma das bases da pirâmide dos custos, os governos tentam impedir o aumento de seus preços, para assim evitar o início de uma espiral inflacionária. Isto conduz, não por critérios econômicos, mas sim políticos, prejudicando o agricultor. (SANZ-PASTOR, 1988, p. 14)

Dessa forma o agricultor é obrigado a produzir cada vez mais e de forma mais barata para o mercado consumidor. Se antes a sua produção era voltada para sua sobrevivência, hoje ela é voltada para o subsídio econômico do mercado. Apesar da grande importância da produção de produtos advindos da agricultura familiar, como as hortaliças, grãos, como milho feijão, arroz dentre outros, vemos que há uma grande dificuldade em comercializar tais produções, pois, devido ao avanço do agronegócio⁴ nos interiores das pequenas cidades, o produtor fica sem escolha para comercializar seus produtos, diante disso o produtor fica sujeito a vender para os mercados centrais, onde os mesmos padronizam seu preço, “ [...] causando em muitos casos uma grande desvalorização nos produtos [...]”. (PEREIRA; DIAS; AGUIAR, 2014, p. 2).

3.4.1 A substituição do homem pela máquina: o avanço da tecnologia no *emp*

O domínio dos donos dos meios de produção no campo está sendo substituída pela monocultura baseada na revolução verde. As técnicas fazem desenvolver mais produção em apenas uma porção pequena de terra e com poucas mãos de obras, em virtude disso se vê que “a agricultura deixou de ser uma forma distinta de vida, para ser um setor a mais na sociedade, motivo pelo qual o tratamento que recebe deverá ser o mesmo que se dá ao resto dos setores” (PASTOR, 1988, p. 15). O uso da biotecnologia, de alimentos transgênicos dentre outros, está sendo a forma que o governo encontrou para a agricultura produzir cada vez mais em menos tempo, pois o foco principal do governo é elevar o nível de lucro. Dados que nos remonta a mais de séculos.

Enquanto as novas tecnologias da informática e a robótica estão mudando a natureza do gerenciamento agrícola, substituindo a mão-de-obra humana por máquinas em virtualmente cada área de atividade, as novas tecnologias de cruzamento genéticas estão mudando o próprio modo como as plantas e animais são produzidos. A engenharia genética é a aplicação de padrões de engenharia à manipulação dos

⁴ O termo Agronegócio, que Leite e Medeiros (2012, p. 79, 80, 85) nos apresenta tem um uso relativamente recente em nosso país, guarda correspondência com a noção de *agorbusiness*, cunhada pelos professores norte-americanos John Davis e Ray Goldberg nos anos 1950, no âmbito da área de administração e *marketing*. O termo foi criado para expressar as relações econômicas (mercantis, financeiras e tecnológicas) entre o setor agropecuário e aqueles situados na esfera industrial (tanto de produtos destinados à agricultura quanto de processamento daqueles com origem no setor), comercial e serviços. [...] No Brasil, o vocábulo *agribusiness* foi introduzido inicialmente pelas expressões agroindústrias e complexa agroindustrial, que buscam ressaltar a novidade do processo de modernização e industrialização da agricultura que se intensificou nos anos 1970.[...]

genes. Esses padrões de engenharia incluem controles de qualidades, padrões de mensuração quantificáveis, precisão, eficiência e utilidade (RIFKIN, 1995, p. 127).

Essa inclusão da biotecnologia no meio rural está obrigando muitos trabalhadores do campo a saírem de suas terras, mesmo sabendo que a agricultura familiar sustentável vem sendo importante para o desenvolvimento do combate da fome e da extrema pobreza ao longo dos anos, mesmo assim ela continua sendo reprimida pela sociedade capitalista.

Pela sua grande heterogeneidade, a questão do desenvolvimento sustentável da agricultura de base familiar, dentro do marco da agronegócio se impõe como símbolo da modernidade, passa a ser identificado, pelas forças sociais em disputa, como o novo inimigo a ser combatido globalização, expressa uma grande complexidade. Porque, além de aumentar os níveis de eficiência produtiva, é preciso combater os relacionamentos de pobreza e exclusão. É isso significativa construir uma nova institucionalidade. (JARA, 1998, p.70)

Com os avanços tecnológicos cada vez mais presentes “não demorará a substituir o cultivo da terra por culturas laboratoriais, mudando para sempre o modo do mundo vê a produção alimentar” (RIFKIN, 1995, p.132). Virtude disso, o produtor se sente influenciado e encurralado diante dessa situação e quando já não consegue suprir a demanda do trabalho na sua produção e começa a se dividir, ele se vê obrigado a vender suas terras ou arrendar devido à pressão exercida pelo mercado capitalista.

Diante disso “estamos passando da etapa de vender o que se pode produzir a de produzir o que se pode vender” (JARA, 1998, p.70). Perante isso os trabalhadores em muitos casos, são obrigados a migrarem para as cidades, virtude dessa problemática o que “conseguiríamos é ter um maior número de desempregados, que migrariam para as cidades, onde as indústrias e os serviços não teriam capacidade de absorvê-los” (SANZ-PASTOR, 1988, p.12). Essas migrações rurais para a cidade são conhecidas no Brasil como *êxodo rural* e tem ocorrido com maior intensidade, especialmente nas últimas décadas.

O avanço do capitalismo gera a mecanização do campo o que acarreta desemprego para os trabalhadores em “excesso” (pois as máquinas fazem o trabalho de vários homens) e leva o agricultor ao empobrecimento em função da expansão das grandes propriedades rurais em prejuízo das pequenas, que não podem dispor de tratores, colhedoras, empréstimos bancários com boas condições etc. Tudo isso leva as famílias do campo a saírem em busca de empregos e moradias nas cidades. Essa é a razão básica das migrações rurais - urbanas. Porém, os motivos específicos dos migrantes podem variar bastantes, apesar de estarem diretamente ou indiretamente ligados a esse fator principal (PORTELO, 1988, p.10).

Nem todos os trabalhadores querem abandonar suas terras e ir para a cidade, pois “é notória a resistência oferecida pelo homem do campo a ideia de vir para a cidade, assim como o pequeno atrativo oferecido por esta, em termos de ofertas de trabalho” (MELLO,

1978, p. 72). Nas grandes cidades a falta de emprego para toda a população, mas “convém observa, no entanto, que esta resistência tende a diminuir, à medida que o trabalhador rural vai – se proletarizando mais” (MELLO. 1978 p.72).

A maioria dos trabalhadores rurais que saem de suas propriedades em direção a cidade acabam passando serias necessidades quando encontram outra realidade oposta à sua. Virtude que muitos trabalhadores vêm para a cidade em busca de uma vida melhor ou uma vida com mais modernidade e facilidade, uma ilusão gerada por propagandas oferecidas pelo mercado capitalista, que no fim acaba com várias pessoas do campo em calamidade de fome e misérias presas nas grandes cidades.

Atualmente o INCRA (2016) já criou e reconheceu 9.156 projetos de assentamento em todo o país. Mas entre as décadas de 1960 e 1980 podemos analisar que teve um grande crescimento no que diz respeito a migração campo-cidade, um terço dos assentados começou a migrar para as cidades, provocando assim os grandes inchaços urbanos. Mas, nem sempre os trabalhadores dos campos saem de suas terras a procura de outra vida, muitos são obrigados a venderem suas terras devido à concentração fundiária e a mecanização do campo e até mesmo, pela falta de infraestrutura educacional, saúde básica dentre outros que não são disponibilizados pelo Estado aos trabalhadores rurais.

Nesse sentido, um dos fatores gerados são efeitos no processo de produção do espaço que poderá ser visualizado quando analisamos a conjuntura do êxodo rural no Brasil. Sua ocorrência foi a grande responsável pela aceleração do processo de urbanização em curso no país, que aconteceu mais por valores repulsivos do que atrativos, isto é, mais pela saída de pessoas do campo do que pelo grau de atratividade social e financeira das cidades brasileiras (PENA 2017).

Em virtude da migração para a cidade nos anos de 2000 a população rural teve uma queda, consideravelmente no país, perdeu 2 milhões de pessoas entre 2000 e 2010, segundo o censo do IBGE (2010), o que representa metade dos 4 milhões que foram para as cidades na década anterior. Com a alta demanda de produção alimentar crescendo no país, ainda há um grande número de trabalhadores rurais saindo do campo e indo para as cidades em virtude que o Estado prefere investir no agronegócio no lugar da Agricultura familiar. Perante isso os agricultores são forçados a saírem de suas terras e deixarem para trás todas as suas lutas históricas e procurarem sobreviver nas cidades.

Outro fator importante que faz com que os trabalhadores rurais saíam de suas terras são as precariedades na educação rural. Muitos dos trabalhadores do campo são analfabetos. Um dos motivos do analfabetismo entre os trabalhadores e trabalhadoras rurais se baseiam na falta

de estrutura nas escolas rurais e no grande déficit de professores para serem destinados ao meio rural, pois os mesmos recusam-se a ministrar aula em assentamentos. A maioria dos filhos dos próprios assentados são transportados por ônibus oferecidas pela prefeitura, para irem à cidade para terem acesso à educação.

Nessa passagem do campo para a cidade para obterem aulas, muitos dessas crianças acordam muito cedo, andam mais 2 km para chegarem ao ponto de ônibus e muitas estradas oferecidas pelo município para ter acesso a cidade é uma zona precária, muitos buracos e em certas estações chuvosas do ano há uma série de dificuldades nos acessos aos assentamentos, e perante essa jornada cansativa muitos não resistem até o final e acabam desistindo de estudar. Nessa tentativa de sair do campo para estudar, para conseguir uma vida oposta à dos seus pais, vão para cidade a fim de estudar, pois tem a ilusão de uma vida melhor na cidade. Nem sempre as pessoas que moram no campo conseguem acesso aos estudos com mais “facilidade” que atualmente, antes as pessoas do campo se submetiam a situações não humana para estudar. Nossa interlocutora, dona Raimunda relata que ela e seus filhos passaram por situações difíceis para irem à escola,

“[...] foi que o caminhão ia buscar todo tipo caminhão que carregava lixos durante o dia o trator, inclusive eu estudava, sabe quem era o motorista finado rudinei que um dia ele foi buscar nos e tinha acabado de jogar uns cachorro reios mortos no mato, e nos vinha morrendo degatinha pegamos uma chuva na estrada, acabou com tudo que era de livro, rascou tudo por que nos nem bolsa para carregar livro nos não tinha ai moiu a folha do caderno pobres dos caderno e acabou tudo, aqueles cardenos que dobrava que colocava no bolso aí é que eu fiz fui lá na casa do prefeito e chamei os alunos tudinhos fizemos uma greve”. (Dona Raimunda, 2021).

Ela é apenas uma das Raimundas e das Marias que passaram por situações difíceis para estudar, levando até mesmo a desistência dos estudos por não suportar tais acontecimentos, essas dificuldades podem ser comparadas como apenas a ponta da tormenta quando se trata de educação no campo.

4. DAS LUTAS ÀS MARCAS DE SER MULHER

Nos últimos anos as mulheres vêm lutando por um papel mais ativo nas questões políticas, econômicas e culturais do país. Lacoste (2007) salienta que questões de representações espaciais podem ser meios e instrumentos políticos, isso é, toda a política que é voltada sob o domínio, estratégias e decisões geram mazelas políticas tanto sociais como privadas. As mulheres querem ter domínio pelo seu corpo, sua história e suas próprias decisões, tanto políticas como conjugais. A enigmática questão de ser mulher na nossa sociedade atual se desdobra em rotular a mesma como frágil, incapaz de tomar decisões sem um companheiro ao seu lado.

A mulher vem sendo oprimida há muitas décadas, pelo simples fato de ser mulher. Ela é apenas rotulada como dona de casa, aquela que nasceu para cuidar dos filhos e do marido, sem nenhum direito a nada. Essa rotulação imposta pela sociedade tem se tornado um meio de opressão para a mulher que tem estendido desde os primórdios da evolução do homem até os dias atuais.

Assim, desde o início dos tempos, a mulher foi programada para ser a metade complementar do homem produtivo; são treinadas desde cedo a serem adaptáveis e estimuladas a arranjar um pai protetor e, ao mesmo tempo, são também estimuladas a serem protetoras desses mesmos homens enquanto crianças. A menina recebe desde de cedo mensagens que levam a não se considerar como ser valioso para a espécie humana, a não ser sob o ponto de vista da reprodução [...] (MORGADO, 1987, p12).

Nesse aspecto salientamos que a mulher é representada como um objeto de prazer e reprodução, como se fosse apenas um objeto de casa sem direito, sem controle do corpo, sendo exposta à opressão de ser a minoritária de casa. Porém este rótulo de reprodução não era aceito por todas, em viés da história muitas mulheres eram contra essa suposta marca, assim como as:

[...] pioneiras feministas do século XIX que defendiam a emancipação feminina como questão democrática, e propunham a transformação de valores e normas que negavam às mulheres a capacidade de gestão de sua vida pessoal e de participação no fluxo de decisões coletivas (FERREIRA, BONAN, 2005, p.28).

Essa busca pelo reconhecimento da própria identidade, os movimentos propostos pelas mulheres abalava e ainda abala de modo perturbador e definitivo as versões de democracia imposta pela sociedade, pois quando a mulher decide ir às ruas, lutar pelos seus direitos, ela está indo derrubar muros, não apenas de ordem política, econômica e militar, mas sim os sentidos da cultura democrática que são voltados aos grandes centros de disputas na civilização, que são revolucionadas por mulheres e movimentos que decifram e desarrancam a trama das discriminações (FERREIRA e BONAN, 2005). “Assim, desmontaram um ideal de

igualdade que pressupunha um modelo único e “natural” de sujeito de direitos e um destino comum a todas as mulheres, e se lançaram ao desafio da construção da *democracia na diversidade*” (FERREIRA e BONAN, 2005).

Na história do Brasil, mulheres estiveram presentes em movimentações políticas e culturais desde as lutas colônias. Mulheres negras envolveram-se na resistência à escravidão e em movimentos abolicionistas; trabalhadoras da cidade e do campo participaram das primeiras lutas sindicais; mulheres de distintas classes instituíram uma agenda de emancipação feminina, desde o século XIX, exigindo direito ao trabalho, à propriedade e à herança, à educação, à criação artística e literária, à participação política e ao voto feminino – conquistado, finalmente, em 1932. (FERREIRA e BONAN, 2005 p.29).

O histórico de luta das mulheres no Brasil se estende por um repertório quase que sem fim, pois por inúmeras vezes as mulheres foram a luta, mulheres do campo, mulheres da cidade, todas como o mesmo objetivo: direitos. Direito esse roubado só pelo simples fato de terem nascido mulheres, o sexo frágil da sociedade, que em véis de resistência tem se unido e transformado esses padrões machistas atuais.

Em meados de 1964, em pleno golpe militar, onde a liberdade democrática foi reduzida a cinza humana, devido a tanta censura e repressão política, as mulheres não ficaram passivas a esses acontecimentos, ao contrário, elas participavam dos debates propostos naquela época, em foco principal a política e cultura, pois elas queriam ter autoria na transformação da sociedade e das condições de sua participação. (FERREIRA e BONAN, 2005).

Quantas mulheres não morreram na tentativa de muda o cenário brasileiro, quantas nessa época não foram torturadas, estupradas e expulsas do país por apenas exporem suas ideias mediante a tanta violência que o país passava. Elas pegavam em armas, lutavam pelo fim da ditadura, montavam clubes e organizavam-se da forma que podiam, queriam seus filhos livres, mesmo com medo iam à luta, juntas, uma ajudando a outra.

Nosso corpo nos pertence! Quem ama não mata! O pessoal é político! São motes que mobilizam corpos, corações e mentes e que ainda ressoam nas gerações feministas mais novas. A vida cotidiana está em transformação. Discute-se o divórcio, a violência doméstica, a sexualidade, o aborto, o estatuto civil das mulheres. As fronteiras entre o público e o privado, entre o político e o doméstico – barreiras milenares à participação política e à autonomia das mulheres- começam a estremeecer. Os anos de 1970 ficaram na história como um marco político e simbólico da formação das gerações feministas que conduziram a bandeira da cidadania e da emancipação das mulheres ao século XXI. (FERREIRA e BONAN, 2005, p.29).

Elas se organizavam na medida que podiam, ou em grupos de reflexão, movimento estudantis, movimentos urbanos, partidos clandestinos de resistência à ditadura, movimentos pela anistia, comunidades de base e sindicatos. Esses grupos eram compostos por diversas

mulheres, dentre elas exiladas que retornavam ao país, contribuindo para os debates com argumentos obtidos nos exteriores. Mediante a isso elas organizavam oficinas, promoviam debates, manifestações nas ruas, faziam denúncias, principalmente através dos jornais alternativos, elas não ficavam caladas, denunciavam, mesmo sabendo que se fossem pegadas as consequências seriam altas (FERREIRA e BONAN,2005).

As mulheres são presença crescente dentro e fora dos lugares tradicionais da política: dialogam com o Estado, partidos e parlamentos; plantam seus temas nas agendas políticas gerais e tomam parte nas negociações da transição; destacam-se no mundo sindical e artístico e invadem os universos acadêmico e profissional; criam organizações não-governamentais e inauguram a tradição dos congressos de mulheres e encontros feministas (FERREIRA e BONAN,2005 p. 30).

Nesse momento renasce uniões que duram até hoje. Uniões de culturas, diversas religiões, músicas, artes, ambos com os mesmos propósitos: direito igual a todas. Um dos marcos conseguidos pelas lutas dessas mulheres foi a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, este órgão tem como objetivo promover políticas que visassem eliminar a discriminação contra a mulher e assegurar sua participação nas atividades políticas, econômicas e culturais do país. Isso ampliou significativamente o processo de controle social sobre as políticas públicas para as mulheres.

4.1 Mulher E Campo: A Luta Diária

No que diz respeito ao campo brasileiro essa relação de controle e gestão, a mulher tem tomado papel principal nas tomadas de decisões, ganhando reconhecimento e fazendo primazia de cargos que só apenas homens em décadas passadas assumiam. Sendo administração de empresas. Porém, para a mulher assumir tamanhas responsabilidades as mesmas tiveram que enfrentar diversos conflitos produzidos por diversos grupos sociais.

Um dos principais conflitos que as mulheres do campo enfrentam ao longo dos anos é a submissão distorcida biblicamente, esses tabus de submissão das mulheres são contextualizados em diferentes culturas e épocas, e para cada situação a mulher tem enfrentado um gigante diferente, mesmo ela sendo branca, negra, magra, gorda, baixa ou alta, só pelo fato de ser mulher ela precisa lutar pelo seu espaço em meio a sociedade.

Ao longo dos anos, as mulheres são impostas como propriedades privadas a serviço dos homens, sendo usadas como moeda de troca, como instrumentos sexuais, entre outros horrores que são impostos a mulher. As mulheres ao longo dos anos vivem em um sistema patriarcado, ou seja, onde a presença do homem impõe poder e domínio sobre o sexo oposto. Silva (2010, p.1) salienta que o patriarcado pode ser resumido como “um sistema sociopolítico que coloca os homens em situação de poder, ou seja, o poder pertence aos

homens”. Nesse sistema a mulher é colocada com um objeto voltado ao homem de forma a ser manipulada, serva, obediente. *“O patriarcado valoriza o poder masculino em detrimento do feminino. No capitalismo, fica evidente a sua atuação quando homens são considerados com mais aptidões para cargos de liderança, por exemplo”* (SILVA,2010, p.2).

O sistema patriarcado é uma cultura reflexiva que se norteia por anos, esta enraizado a sociedade, mas assim como toda erva daninha, temos que retirar o mal pela raiz. Silva (2010) nos traz a refletir que o patriarcado dentro de algumas religiões, como exemplo a Igreja Ortodoxa, é visto como algo extremamente sagrado, e que todo desenvolvimento do capitalismo ao longo dos anos se dava graça a esse sistema, ou seja, o homem era a evolução do mundo, impondo a mulher apenas a sua subordinada.

Existem algumas características que podem ser descritas como sendo comuns ao patriarcado. Abaixo, confira as principais:

- Os homens são considerados os únicos capazes de conduzir a vida política, econômica, moral e social.
- As mulheres são consideradas seres mais fracos física e mentalmente.
- Somente os homens possuem capacidade de tomar decisões importantes.
- A superioridade da masculinidade é presente nas famílias, que dá tratamento diferenciado aos filhos.
- As mulheres são incentivadas a estarem no domínio dos homens, sendo levadas a acreditar que não possuem capacidade de decisão (SILVA, 2010, p.4).
-

As mulheres ao longo dos anos necessitam se unir para lutar contra esse sistema patriarcado, são mulheres negras, brancas, do campo da cidade, indígenas, ribeiras, pescadoras, dentre outras. São lutas contra um sistema em que vê a mulher apenas como um sujeito reprodutor, dona de casa, mas são essas mulheres que ao longo dos anos questionam todo um sistema cultural e busca fazer revoluções em seus meios.

Dentre vários momentos históricos das lutas das mulheres, as mesmas sofreram de formas inusitadas, podemos destacar o período da escravidão no Brasil, período de sofrimento, tanto para homens e mulheres negras, porém mesmo o tratamento aparentemente ser imposto como “igual” para ambos, ocorria que as mulheres nunca foram tratadas de forma igual.

Dava-se menos comida às mulheres; diferente mente dos homens, elas eram vulneráveis aos ataques sexuais de seus senhores; e eram-lhes infligidos castigos mais cruéis, já que, além da agonia física, tinham que suportar a humilhação sexual que sempre lhes acompanhava, além dos danos aos fetos que traziam dentro de si quando estavam grávidas (SILVA, 2007. p. 224).

Historicamente as mulheres eram impostas como servas da força de trabalho masculina, seja no ambiente de trabalho ou sexual, eram forçadas a esses trabalhos, todavia, ao longo da história das mulheres houvesse resistências, pois elas sempre buscavam seus direitos, não permaneciam caladas. Mas, diante disso as mulheres foram fundamentais para o

desenvolvimento do capitalismo (SILVA, 2007).

4.2 A Luta Pelo Poder: Os Desafios Da Mulher Do Campo

As lutas pelos direitos podem ser tratadas como uma luta pelo território, que abrangem tanto aspectos individuais como coletivos, Raffestion(1993) aborda que quando trabalhamos com território estamos analisando uma disputa pelo poder, esses territórios discutidos não simbolizam apenas um espaço habitado, mas também um sistema percebido.

Desde a década de cinquenta até os dias atuais, a participação das mulheres no campo cresceu rapidamente. Não apenas no ambiente de trabalho, mas no ambiente educacional, tanto como educadoras como educandas. Mas mesmo com esse crescimento é nítido que a mulher ainda enfrente sérios preconceitos. Araújo (2002) nos afirma que:

Como as mulheres ainda eram vistas, prioritariamente como donas de casa e mães, a ideia de incompatibilidade entre casamento e vida profissional tinha grande força no imaginário social. Um dos principais argumentos dos que viam com ressalvas o trabalho feminino era o de que, trabalhando, a mulher deixaria de lado *seus afazeres domésticos* e suas atenções e cuidados para com o marido: ameaças não só à organização doméstica como também à estabilidade do matrimônio (ARAÚJO, 2002, p. 624).

Diante disso, inicia-se um processo de rotulação da mulher, pois “os rótulos surgem dos relacionamentos entre as pessoas em uma sociedade é uma cristalização dos papéis sociais que cada um desempenha” (MORGADO, 1987 p. 4). Esses papéis sociais são tratados a partir do comportamento dos outros em diferentes situações, sendo o papel que o indivíduo assume e deve desempenhar durante toda a sua vida. Esses rótulos não foram apenas destinados às mulheres, desde o surgimento das colonialidade do poder, toda a sociedade passou a ser rotulada, separada, isso é por cor, idade, sexo, raça, origem dentre outros (QUIJANO, 2005).

A mulher do campo tem estabelecido relações de poder e conquista de território ao longo dos anos. Para a sociedade, a mulher do campo tem como único papel cuidar da casa, colocar comida para os animais, arrumar o filho para o colégio, fazer a comida na hora certa para o marido, etc. Porém, a mulher está indo além de dona de casa, a mesma tem alcançado destaque na produção rural, por exemplo.

Ao abordamos território HAESBAERT (2007) nos afirma que, o território tem a ver com poder, mas não apenas poder político, como também a questão simbólica de apropriação. Assim, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois as relações de poder no espaço é um componente indissociável tanto na realização de “funções” quanto na produção de “significados”. Enquanto que para SAQUET (2007) “o território é objetivado por relações

sociais, de poder e dominação, o que implica a cristalização uma territorialidade, ou de territorialidades no espaço, a partir das diferentes atividades cotidianas”. Deste modo, a mulher do campo começa a estabelecer relações de poder, trajetórias, cultura e identidade.

A luta pelo poder ao longo dos anos é marcada por resistência, voz, corpo e alma, em especial das mulheres, que precisam lutar por direitos que são delas por direitos, pois são elas mães, esposas, cuidadora, símbolos de paz para muitos, mas no interior não tem paz para elas, poder vestir o que quiserem, comer o que quiserem andarem pelas ruas. A luta pelo poder, está relacionada ao poder da liberdade, ser livre de rótulos, ser livre do medo, o ser livre é o poder que as mulheres buscam, ou seja, a luta pelo seu território simbólico, a sua valorização em seu espaço de vivência, de trabalho.

A figura da mulher é remetida apenas a dona de casa, ou a secretária, ajudante, ou segunda em tudo o que for fazer. No Brasil, atualmente cerca de 80% das mulheres sofrem algum tipo de preconceito em seu ambiente de trabalho, pelo simples fato de ser mulher (FERNANDES, 2018). Pois, o Brasil enquanto um país machista ensina desde muito cedo, princípios e representações da mulher a partir disso. Onde a mulher é apenas uma ajudante complementar do homem, na qual a mesma é incapaz de tomar boas atitudes em setores que não se baseiam em arrumar a casa e cuidar dos filhos.

Para a sociedade o único papel atribuído a mulher é relativo a casa em oposição com a ação do homem, este sendo o dominador do mundo (MORGADO, 1987). Historicamente a mulher é vítima da opressão masculina, tanto em ambiente econômico como pessoal. Atualmente ocorrem ~~mas~~ apontando que a mulher tem liberdade em suas ações, mas elas não podem ir onde querem, não podem vestir o que desejam (porque se ocorre um estupro a culpa é dela, pois a mesma não deveria estar usando isto), não podem se alimentar como gostariam, devido ao objeto corpo não seguir o padrão de beleza adequado. Tudo começa a se voltar em “não pode, não deve, não fica bem”, isso cobrado por toda sociedade, família, vizinhos e até relações de amizades.

No Brasil, a mulher do campo não é reconhecida e nem valorizada, ela é discriminada por estar no campo. A sociedade começa a rotulá-la como a “moça que não queria estudar e acabou na roça”, como se não houvesse honra em estar no campo.

Boa parte do alimento consumido pela população brasileira é provida da agricultura familiar e boa parte dessa comida é produzida pelas mulheres. Porém, mesmo boa parte do serviço do campo sendo realizadas por elas, as mesmas não são reconhecidas e sofrem ~~inúmeras~~ agressões físicas e verbais vindas de homens.

Assim, quando pensamos no contexto mulher e campo estamos considerando uma

relação de poder, conquista, luta, reconhecimento, identidade própria construída e reconstruída todos os dias, que influencia e tem um papel de suma importância para a sociedade atual.

4.3 Mulher e Identidade

Quando tentamos conceituar identidade, temos várias lacunas a serem questionadas. Pois muitos autores preferem trabalhar identidade como um processo de identificação, e há quem prefira falar de identificação e não de identidade (HALL, 2005). Mas quando trabalhamos com identidade em relação a mulher do campo, analisamos que “a trajetória de vida de cada uma se entrelaça com a participação política em organizações e movimentos sociais, constituindo uma “teia” de significados para a identidade dessas mulheres” (CRUZ, 2010).

Nesse momento analisamos que a sua identidade está relacionada desde seu nascimento, pois sua identidade será construída a partir do momento em que um indivíduo começa a ter contato com outros indivíduos. Salientamos dizer que a identidade se forma a partir de uma determinada influência. E o ambiente interno e externo de uma pessoa pode influenciar a formação de uma identidade de uma pessoa. Isto se alinha a elementos influenciadores como, a cultura, o meio social entre outros.

Quando analisamos alguns contextos históricos, percebemos que muitos pesquisadores indicavam que a identidade era uma formação biológica, porém, outros afirmam ser uma definição, tanto histórica como biológica e que ao longo do tempo sofre inúmeros processos de mudanças. Definindo que a identidade sofre mudanças ao longo do tempo, entendemos que não nascemos com uma identidade já formada, não nascemos com nosso “eu” já exposto ao mundo, mas adquirimos nossa forma de identificação mediante as nossas relações contínuas com as pessoas e o ambiente em que estamos construindo e reconstruindo a cada dia nossa identidade.

Normalmente o processo de construção da identidade da mulher do campo tem bases iniciais com as relações nos grupos sociais mais íntimos, nesse caso a família. Nesse momento inicia os contatos permeados pela afetividade na qual os elementos da individualidade e os primeiros indícios da visão da própria pessoa com o mundo é significativo para o processo de construção dessa identidade. Mas, o grupo social a qual pertence é definidor desse processo de identidade.

Com isso vemos que a identidade da mulher do campo se constrói de modo gradativo, em um processo que envolve múltiplas variáveis e relações (HALL, 2000). Quando buscamos essa identidade campo-mulher somos impostos a ter o olhar mais alargado em relação ao

universo das suas relações e suas disposições que a mulher do campo presencia. Pois, nem toda mulher que hoje vive no campo nasceu no campo ou sempre sonhou em estar no campo, inúmeros fatores a influenciaram estar lá e atualmente de identificar como uma mulher do campo.

4.4 Mulher do campo ao longo dos anos: a caça às bruxas, genocídio das camponesas.

Ao longo da história das mulheres camponesas, podemos analisar que há pouco relato histórico sobre as dificuldades que as mulheres sofriam naquela época, uma vez que boa parte da historiografia sobre a mulher do campo foi escrita e relatada por homens. Um exemplo disso, são as mulheres na idade média que eram comparadas a tentação em pessoa, e a igreja não aceitavam os desvios que essas mulheres causaram, e isto estava ligada a relação das mulheres a contos folclóricos, a entidades malignas que eram ligados aos inimigos.

Sousa (2004) aponta que na Europa, o período de caça as bruxas, as camponesas foram as mais afetadas nesse ato de genocídio, relatando uma grande indiferença com esse público de mulheres do campo. Muitas mulheres foram queimadas vivas, com desculpas de estarem praticando magias malignas, suas práticas iam desde fazer remédios ou ajudar outras pessoas em situação de baixa energia até mesmo a fenômenos naturais eram ligados a bruxaria das mulheres.

O famoso caça as bruxas foi palco central na idade média onde o principal lema era “Deus acima de tudo”, onde a igreja usava de argumentos cristãos para praticar tamanha violência contra as mulheres. Angelim (2016) nos traz que esse fator histórico na vida das mulheres camponesas ocorreu por volta do século XV e XVI e durou até o período do iluminismo que foi marcado pelos grandes tribunais da inquisição, pleiteados pela igreja católica onde mulheres e crianças foram acusadas, julgadas e mortas por praticarem bruxarias, ou por herdarem esse “mal” (ANGELIM, 2016).

A “caça às bruxas” durou mais de quatro séculos e ocorreu, principalmente, na Europa, iniciando-se, de fato, em 1450 e tendo seu fim somente por volta de 1750, com a ascensão do Iluminismo. A “caça às bruxas” admitiu diferentes formas, dependendo das regiões em que ocorreu, porém, não perdeu sua característica principal: uma massiva campanha judicial realizada pela Igreja e pela classe dominante contra as mulheres da população rural (ANGELIM, 2016, p. 2 *Apud*. EHRENREICH & ENGLISH, 1984, p. 10)

Os atos de levarem mulheres e crianças a julgamentos eram fatores defendidos, tanto pela Igreja Católica, como protestantes e, até mesmo pelo Estado, onde argumentavam que as práticas dessas mulheres violavam o real sentindo religioso, político e até mesmo sexual

(ANGELIM, 2016).

Todos poderiam ser denunciados por práticas de feitiçarias e em alguns países se confessassem teriam uma morte mais “misericordiosa”, como serem estrangulados antes de serem queimados, caso contrário, se fossem encontradas provas de suas práticas, seriam queimadas vivos. Angelim (2016) nos aponta que não poderiam ser condenados a mortes sem antes confessar seus crimes ou encontrar provas suficientes para a condenação, porém para obter as provas ou confessarem, as pessoas eram submetidas a tortuosos processos.

Na busca de provas de culpabilidade ou a confissão do crime, eram utilizados procedimentos de tortura como: raspar os pelos de todo o corpo em busca de marcas do diabo, que podiam ser verrugas ou sardas; perfuração da língua; imersão em água quente; tortura em rodas; perfuração do corpo da vítima com agulhas, na busca de uma parte indolor do corpo, parte esta que teria sido “tocada pelo diabo”; surras violentas; estupros com objetos cortantes; decapitação dos seios (ANGELIM. 2016 p. 4).

Nesses atos de “justiça” que a igreja praticava contra homens e mulheres, mas em especial mulheres, os mais afetados eram as classes camponesas, pois analisando a historicidade, cabe salientar que as camponesas tinham mais conhecimentos com ervas medicinais e muitas detinham belezas impecáveis, e não se calavam perante a sociedade, mesmo em meados do caça a bruxa mulheres camponesas se levantavam contra essas práticas, a exemplo disso temos Joana D’arco.

Nesse contexto político, pode-se citar a camponesa Joana D`arc, que aos 17 anos, em 1429, comandou o exército francês, lutando contra a ocupação inglesa. Esta acabou sendo julgada como feiticeira e herege pela Inquisição e queimada na fogueira antes de completar 20anos. Diante disso, configurava-se a clara intenção da classe dominante em conter um avanço da atuação destas mulheres e em acabar com seu poder na sociedade, a tal ponto que se utilizava meios de simplesmente exterminá-las (ANGELIM. 2016, p. 4).

A mulher camponesa sempre sofreu com acusações, violências, torturas, por lutar pela igualdade de gênero e pela liberdade, na sociedade. A prática de caçar as bruxas ainda reluze nas sociedades atuais. Angelim(2016) aborda que tais eventos tenham encerrados por volta do século XVIII, esse processo se estendeu por meados do século XX, onde a igreja católica, organizada política e financeiramente praticavam tais atos.

No Brasil a idade média não era “pura” como na Europa, e o sistema medieval era reflexo dos portugueses e espanhóis. No Brasil a idade média era símbolo de economia e construção de riqueza, baseada no serviço do campo, onde culturalmente foi criado os mutirões, práticas desenvolvidas pelas indígenas e adotadas pelos camponeses (AMARAL,2011)

Estranha recusa ao legado medieval ocorre em relação ao mutirão (costume usado por camponeses para derrubar matas, plantar, colher, construir casas e fiar algodão), ao qual atribui origem indígena por se basear no auxílio recíproco e ser depois acompanhado por festividades. Sem negar provável influência dos nativos nessa prática de trabalho coletivo (a etimologia da palavra é possivelmente tupi), não se pode minimizar o fato de os colonos europeus que aqui chegavam conhecerem há séculos tal costume. (JUNIOR, 2006, p.08)

A economia senhorial da Idade Média tornava necessária a associação dos camponeses na realização de tarefas para as quais cada família isoladamente não possuía os meios requeridos

Assim como na Europa, a mulher camponesa no Brasil também vivia a subordinação de um sistema patriarcado, ou seja, sua vida, desde o nascimento até a vida adulta era voltado para o trabalho e casamento. As mulheres do campo eram ensinadas desde cedo a serem boas donas de casas e propícias ao casamento.

Desde a época medieval o poder do patriarcado era extremamente dominante, desde de famílias de classes baixa, até famílias de classe altas, segundo Júnior (p.5,2006), “a grande família, medieval ou brasileira, deixa autoridade quase ilimitada nas mãos do patriarcado.”

Na idade média cada país vivia uma cultura medieval um pouco semelhante e ao mesmo tempo diferente, na Europa, como já analisamos era a idade média pura, ou seja, com castelos, armaduras, com reis, duques, viscondes dentre outros, tudo que hoje são retratados nas literaturas infantis. No Brasil a idade média era retratada um pouco mais diferente, Júnior (2006) nos traz que,

O fenômeno conhecido entre nós por coronelismo nada mais é do que a versão nacional do clientelismo e do patronato que existiu na Europa medieval. Os “coronéis” são poderosos que através da distribuição de favores constituem uma “família” no sentido feudal. (JUNIOR, 2006, p.8)

Enquanto na Europa a idade média tinha a imagem de reis, castelos, no Brasil essa realidade era demonstrada pelo cordel brasileiro, “*associa cavaleiros e clérigos, quer dizer, no ambiente nordestino, cangaceiros e líderes messiânicos*” (JUNIOR, 2006, p.8).

Culturalmente são períodos marcados pelo domínio da economia rural, onde toda a base financeira da sociedade se baseava na produção no campo, o cenário tanto do Brasil como europeu para a mulher não era tão distante, adominação, o poder, a obrigação com lar, era passado de geração por geração, Toda história ou relato tem dois lados, assim como a moeda. Sempre irá depender de que lado ou versão o leitor está lendo. É fácil falar dos julgamentos das mulheres camponesas não sendo elas e ouvindo relatos de mulheres torturadas, abusadas até o último minuto da sua vida.

Atualmente não há fogueira em praça pública onde queimam mulheres vivas, mas ainda há genocídios de mulheres, desde as que moram nos grandes centros urbanos até as camponesas. Mulheres de todos os cantos do mundo são perseguidas, humilhadas, torturadas, vendidas, escravizadas, violentadas por ser mulher, ou em outras palavras, por exercerem medos nos homens, pois os mesmos se sentem ameaçados com essas mulheres, que mesmo ao longo de eras sendo humilhadas, procuram meios de se levantar e, quando se levantam nunca estão sozinhas, enquanto uma mulher passa por isso, se levanta dez para ajudar a combater isso.

4.5 Das propriedades privadas às propriedades capitalistas: o cercamento

Sabemos que a Revolução Industrial foi um grande marco histórico no que tange o avanço tecnológico e industrial. Esse novo sistema surgiu por volta da segunda metade do século XVIII na Inglaterra sendo sua pioneira e se espalhou rapidamente pelo mundo, cabe salientar que essas novas transformações no sistema trabalhista foi o ponta pé inicial para a formação do capitalismo (NEVES E SOUSA, 2020).

O avanço tecnológico e industrial só foi possível, segundo Neves e Sousa (2021), após a burguesia se estabelecer como classe dominante, esse acontecimento foi propício após a igreja católica perder gradativamente seus poderes, após a Revolução Puritana⁵ na década de 1640, onde o poder não estaria sob o domínio da igreja, mas suas monarquias eram constitucionais parlamentarista e o rei não estava mais acima desses parlamentos, dando força aos burgueses.

Assim, a burguesia conseguiu consolidar-se enquanto classe e governar de maneira a atender aos seus interesses econômicos. Um acontecimento fundamental para o desenvolvimento do comércio inglês ocorreu no meio das duas revoluções do século XVII, citadas acima. Em 1651, Oliver Cromwell decretou os Atos de Navegação, lei que decretava que mercadorias compradas ou vendidas pela Inglaterra somente seriam transportadas por embarcações inglesas. Essa lei foi fundamental, pois protegeu o comércio, enfraqueceu a concorrência dos ingleses e garantiu que os navios ingleses controlassem as rotas comerciais marítimas. Isso enriqueceu a burguesia inglesa e permitiu-lhes acumular capital. Esse capital foi utilizado no desenvolvimento de máquinas e na instalação das indústrias (NEVES E SOUSA, a.2021, p. 5).

O novo sistema estava passando a se consolidar, porém necessitava de mão de obra e em virtude disso a Inglaterra tinha bastante, devido aos cercamentos que ocorriam naquela

⁵ Segundo Sousa (na) a revolução puritana aconteceu na Inglaterra no século XVII durante a Guerra Civil (1640-1648) onde o rei e o parlamento se enfrentaram. As atitudes do rei começaram a formar revoltosos que começaram seus protestos na Escócia quando o rei impôs o anglicanismo aos presbiterianos e aos puritanos. Cromwell então ocupou cidades, ajudou na fuga dos parlamentares e assumiu o controle da situação mandando decapitar o rei. A guerra civil findou em 1649 com a implantação da República

época. Segundo Pinto (c.2021) A lei de cercamento sempre teve alterações ao longo dos anos por grandes monarcas ingleses, essas alterações eram voltadas para a privatização de terras, ou seja, as terras utilizadas pelos camponeses. Nesse ponto a lei abrangia a classe dominante para ter acesso às terras dos camponeses, ou seja, roubavam as terras dos camponeses deixando os mesmos sem trabalho obrigando-os a migrarem para as cidades por falta de meio de sobrevivência no campo. Segundo Pinto (ca,2021) “a paisagem rural inglesa que era caracterizada pelo openfield (o campo aberto, sem vedação) passou a ter sua exploração nos campos fechados”.

Esse novo sistema de roubo de terras, implica agora uma nova passagem do campo onde os senhores feudais antes eram os detentores de terras e após o cercamento passam a ser proprietários (PINTO, ca.2021), retrocedendo novamente o homem do campo, que antes trabalhou para ter sua terra e agora novamente está sendo expulso.

Os camponeses que utilizavam as terras de forma comunal e dela extraíam madeira, caça e outros produtos viram-se privados dessa fonte de recursos. A incapacidade de produção em seus pequenos lotes de terras obrigou esses camponeses a abandoná-las – sendo então apropriadas pelos grandes proprietários – e a tentar melhores condições de vida nas cidades. Dentre elas, destacavam Bristol, Birmingham, Manchester, Liverpool, Londres e Glasgow, que contavam com inúmeras fábricas. Os camponeses passavam a ser, dessa forma, assalariados nas cidades, contribuindo para a formação da classe operária na Grã-Bretanha (PINTO, ca.2021, p. 5).

As migrações para as cidades para a formação da classe operária não foi mera coincidência cronológica, em outras palavras foram uma jogada de mestre do sistema capitalista que visava mão de obra rápida e barata para o funcionamento do novo sistema de trabalho, no qual tinha muitos trabalhadores e poucos empregos. Os donos das fábricas exploravam os funcionários, ou seja, pagavam muito pouco e exigiam trabalhos de até 16h corridas com a apenas meia hora de almoço. Como havia muitas pessoas desempregadas, o sistema industrial tinha mão de obra sobrando, então poderiam pagar o valor que quizessem e estipular as horas trabalhadas em virtude de que se um trabalhador não conseguisse fazer o serviço teria de ir lá fora que poderiam tentar, porém cabe salientar que esse novo sistema não se preparou para as super lotações que ocorreriam nas cidades.

Os camponeses foram separados do seu meio de produção, e antes era o proprietário de suas terras, podia produzir e sobreviver do seu meio de produção, porém com o novo sistema capitalista passou de dono a funcionário novamente (ANDRADE, 2018).

Por isso, os produtores rurais ficaram impossibilitados de trabalhar em suas terras, tendo que buscar emprego na indústria, aumentando a mão de obra e extraindo a mais-valia. Marx descreve o surgimento da propriedade privada capitalista, gerada a

partir dessa lei que possibilitava cercar as terras comunais, ou seja, um golpe do Estado parlamentar para a transformação da propriedade comunal (terra comuns) em propriedade privada dos grandes proprietários fundiários (ANDRADE, 2018, p. 414)

Pouco a pouco os camponeses foram expulsos de suas terras e migravam para as cidades em busca de uma vida melhor, porém as cidades estavam superlotadas e não tinham empregos para todos, por isso muitos se toraram mendigos, ladrões ou se prostituíram para sobreviver, realidade essa que se propaga até os dias atuais, onde muitos produtores rurais tem suas terras usurpadas e são obrigados a saírem e embarcando em uma viagem de falsas ilusões nos grandes centros urbanos sem nenhum tipo de apoio financeiro e se submetendo a diversas situações menos humanizadas para sobreviver.

Os cercamentos inicialmente foram implementados como ferramentas para o acúmulo primitivo e fortalecimento do capitalismo, expulsando de forma violenta a mulher do campo. Atualmente o cercamento continua atuando, porém mais moderno e disfarçado, se nomeia como expropriação, que para Andrade (2018) esse sistema atual ocorre tanto nos países desenvolvidos como nos menos desenvolvidos. O capitalismo usa o discurso de que a população tem crescido cada vez mais e que necessita de mais produção de alimento para acabar com a fome, e adota uma narrativa para resolver essa situação a de que necessita de mais terras, e novamente o homem e mulher do campo é expulso de sua produção para dar espaço ao desenvolvimento do capital. Andrade (2018) nos aponta que “com o cercamento, impediram o acesso à terra, empurrando a população para as cidades, ocasionando a proletarianização”.

Percebe-se, por tudo isso, que os métodos utilizados para a acumulação primitiva de capital e, conseqüentemente, para o surgimento da propriedade privada capitalista foram os bens roubados da igreja, a venda fraudulenta dos domínios do Estado, o furto da propriedade comunal (terra comum) e a transformação violenta e usurpadora da propriedade feudal em propriedade privada moderna (com os cercamentos das terras). Assim, entendendo a história da transformação da propriedade privada, primeiro em feudal e, por fim, em capitalista, podemos compreender melhor a propriedade privada moderna no sistema capitalista em que vivemos (ANDRADE, 2018, p. 416).

Para entendermos nosso atual sistema capitalista, a expulsão de terra dos camponeses, a luta e a resistência, historicamente se constituem como Andrade (2018) busca debater, nas origens da propriedade privada. Inicialmente na Idade Antiga, não tinha propriedades privadas, sabe-se que ambos eram bens comuns, sem mercadoria e vendas.

Porém aos longos das revoluções desde a revolução francesa, e industrial, para atender a burguesia, as propriedades privadas dos senhores feudais passaram às propriedades capitalistas, dando início as monopolizações de terras que antes eram baseados no domínio e servidão e passou para uma nova fase de expropriação de terras com objetivo de enriquecer o

acúmulo de capital, por meio da separação do camponês como seu meio de produção (ANDRADE, 2018).

Através dos cercamentos surgiu a propriedade privada capitalista e, atualmente, eles ainda existem, mas denominados de novos cercamentos ou expropriações, o que impede o acesso à terra e expulsa a população para as periferias das cidades (ANDRADE, 2018, p. 417)

Analisamos que todo processo de privatização das terras gerou grandes impactos nas vidas dos produtores rurais, desde homens, mulheres e crianças, que eram e ainda são submetidos ao sistema de acúmulo de capital e são obrigados a irem à luta para permanecerem em seu território, de trabalho e de sustento, pois muitos são expulsos de suas terras a fim de alimentar a roda capitalista, são violentadas e passam por grandes dificuldades para poderem chamar suas terras de lares.

5 TRILHAS DAS PIONEIRAS DO ASSENTAMENTO GLEBA COLORADO DO MUNICÍPIO DE RIACHINHO –TO

A mulher do campo nos últimos anos é vista apenas como a dona do lar, sofre diversos preconceitos por estar no campo, mas quem são essas mulheres, o que realmente elas faziam na época da luta pelo território, trazer suas identidades e representações implica mostrar como elas foram e ainda são importantes para o desenvolvimento histórico da formação de um assentamento, pois são mais que donas de casa, são mulheres, que lutam por uma vida melhor, para seus filhos, lutam pela liberdade e elas foram e continuam sendo muito importante para o assentamento em que vivem.

Inicialmente o assentamento Gleba Colorado foi ocupado por dois grupos de pessoas, um advindo da cidade de Araguaína estado do Tocantins e outro do município de Riachinho-TO, porém devido naquela época as famílias não morar próximas uma das outras, não tem relatos sobre quem eram as famílias vinda de Araguaína. No município de Riachinho-TO o grupo composto inicialmente por 40 pessoas que vieram, atualmente apenas duas famílias permanecem no local. A família da senhora Maria Costa Silva e da senhora Velsa pereira do Santos.

Essas duas pioneiras foram e ainda são muito importantes para a história do assentamento, suas identidades e representações estão ligadas a constituições do território.

5.1 Identidade e representação da mulher do campo

Quando falamos em representação e identidade nos remete ao fato de que, a identidade são pertencimentos adquiridos, são culturas construídas ao longo da vida do indivíduo, ou seja são saberes reproduzidos desde o nascimento até a morte. As identidades são construídas e desconstruídas na vida de um indivíduo pelo meio social que vive, Hall (2005), salienta que as nossas identidades são construídas a partir dos nossos pertencimentos a meio social, isto é, , religioso, racial, cultural, étnico, nossas linguagens e nossas nacionalidades. Isso remete que independentemente de onde nascemos, nossas identidades serão construídas, ou seja, influenciadas pelos costumes daquele local.

Lusa (2017) salienta que a identidade pode ser entendida como algo que se “constitui a partir do cotidiano e da interação do indivíduo com o outro”, então com isso necessitamos de outro sujeito para assim construir nossa própria identidade. A identidade cultural como Hall (2005) mesmo apresenta surge de nosso "pertencimento", de onde nascemos ou migramos, são saberes adquiridos a partir de um convívio social.

A noção de cultura faz alusão às características socialmente herdadas e aprendidas que os indivíduos adquirem a partir de seu convívio social. Entre essas características, estão a língua, a culinária, o jeito de se vestir, as crenças religiosas, normas e valores. Esses traços culturais possuem influência direta sobre a construção de nossas identidades, uma vez que elas constituem grande parte do conjunto de atributos que formam o contexto comum entre os indivíduos de uma mesma sociedade e são parte fundamental da comunicação e da cooperação entre os sujeitos (RODRIGUES, 2020p. 1)

Para formar uma identidade precisou definir a cultura. Oliveira (2020) nos traz um sentido formal do termo cultura, isso é, o autor assinala que a cultura é dada a partir do convívio social, ou seja, os saberes serão repassados de geração a geração e assim o sujeito que nasceu em um determinado costume, sua identidade será constituída a partir da sua nacionalidade. Hall (2005) destaca que a cultura é significada compartilhados, ou seja, são saberes reproduzidos e compartilhados em uma linguagem comum (HALL, 2005).

A linguagem é o sentido que damos as coisas, pessoas, objetos, dentre outros (HALL, 2005), isso é através da linguagem posso dar sentido ao mundo. Isso porque devido a linguagem é possível representar o mundo, sendo que a linguagem se dá através do uso de signos e símbolos, ou seja, termos escritos, imagens, sons, objetos dentre outros, pois são formas de representar o que estamos vendo, ouvindo ou tocando para outro sujeito, são formas de reproduzir nossos conhecimentos e sentido a outros indivíduos (HALL, 2005).

Stuart Hall (2005) nos apresenta em seus argumentos que é por meio da linguagem que conseguimos representar nossas ideias e sentidos dentro da cultura, isso é linguagem mais sentido, forma a cultura.

Um jeito, então, de pensar a cultura" é nos termos desses mapas conceituais compartilhados, sistemas de linguagem compartilhada e *códigos que governam as relações de tradução entre eles*. Os códigos fixam as relações entre conceitos e signos. Estabilizam o sentido dentro de diferentes linguagens e culturas. Eles nos dizem qual linguagem devemos usar para exprimir determinada ideia. O inverso também é verdadeiro: os códigos nos dizem quais conceitos estão em jogo quando ouvimos ou lemos certos signos. (HALL, 2016, p.42)

Hall (2005) aponta que o “sentido é construído pelo sistema de representação. Ele é construído e fixado pelo código que estabelece a correlação entre nosso sistema conceitual e a nossa linguagem” (HALL, 2016

p. 42). Esses códigos e signos sejam visuais ou sonoros são captados, assim é possível reproduzir o sentido entre culturas.

Assim, ao fixar arbitrariamente as relações entre nosso sistema conceitual e nossos sistemas linguísticos (note-se, "linguístico em um sentido amplo), os códigos nos possibilitam falar e ouvir inteligivelmente, e estabelecer uma “tradutibilidade” entre

nossos conceitos e nossas línguas. Isso permite que o sentido passe do enunciador ao ouvinte e seja efetivamente comunicado dentro de uma cultura. Essa "tradutibilidade" não é dada pela natureza ou fixada por deuses, mas é criada socialmente e culturalmente, como resultado de um conjunto de convenções sociais (Hall, 2016, p.42)

Esses sistemas de representação e significados são aprendidos desde a infância e os mesmos são convertidos e compartilhados, os sentindo são reproduzidos porém não são taxados apenas por uma cultura, cada cultura interpreta e representa um objeto de formas diferentes, porém no final o objeto permanece o mesmo, mas, com sentindo e linguagens diferentes (HALL, 2016). Quando falamos em identidade não deixamos de abordar a representação, pois nossa identidade remete a um olhar de representação, pois a mesma se dá através da linguagem mais sentindo (HALL, 2005), o indivíduo consegue reproduzir sua realidade por meio de sua identidade, isso é, através da linguagem e saberes assim adquirido ao longo do tempo. Em suma é dar sentindo ao mundo através da representatividade onde se faz uma ligação direta em cadeia entre pessoas, objetos, coisas, acontecimentos, ideias entre outros, pois tais ligações constituem a representação (HALL, 2005).

A representação por sua vez pode ser resumida a produção de sentindo pela linguagem,

Não por acaso, o dicionário Oxford sugere dois sentidos fundamentais para o termo: 1 - Representar algo é descrevê-lo ou retratá-lo, trazê-lo à tona na mente por meio da descrição, modelo ou imaginação, produzir uma semelhança de algo na nossa mente ou em nossos sentidos. Como, por exemplo, na frase: "Este quadro representa o assassinato de Abel por Caim". 2- Representar também significa simboliza alguma coisa, pôr-se do seu lugar ou dela ser uma amostra ou substituto. Como na frase: "No cristianismo a cruz representa o sofrimento e a crucificação de Cristo". (HALL, 2016, p.32)

A representação dá sentindo as coisas, pessoas e objetos, através de signos ou sentindo, seja ele escrito, visual ou sonoro, com isso é possível o indivíduo expressar seus pensamentos, seja complexo ou não, para outros indivíduos, ou seja, se comunicar através de signos (HALL, 2016).

Os signos nada mais são do que as organizações das linguagens. "Os signos indicam ou representam os conceitos e relações entre eles que carregamos em nossas mentes que, juntos, constroem os sistemas de significados da nossa cultura" (HALL 2016, p 35).

Signos são organizados em linguagens. A existência de linguagens comuns nos possibilita traduzir nossos pensamentos (conceitos) em palavras, sons ou imagens, e depois usá-los, enquanto linguagem, para expressar sentidos e comunicar pensamentos a outras pessoas. Devemos nos lembrar, evidentemente, que o termo "linguagem" é usado aqui de forma bem ampla e inclusiva. O sistema escrito ou o sistema falado de uma língua em particular são ambos, obviamente, considerados "linguagens". Mas igualmente o são as imagens visuais, sejam elas produzidas pela via mecânica, eletrônica, digital ou por outros meios, quanto das para expressar

sentindo. E assim também ocorre com outras coisas não linguísticas em nenhum sentido usual: as expressões faciais ou dos gestos, por exemplo, ou a linguagem da moda, do vestuário, ou das luzes do tráfego. Até mesmo a música se apresenta como uma “linguagem”, com relações complexas entre diferentes sons e acordes trata-se, contudo, de um caso muito especial, já que ela não pode ser facilmente utilizada para fazer referência a coisas ou objetos reais no mundo [...] (HALL, 2016, p.37)

Com isso podemos concluir que todo som, objeto, instrumento que possa expressar sentimento é uma forma de linguagem e através da linguagem conseguimos representar. Mediante a isso vemos que a linguagem e representação são fundamentais para entender a cultura. (HALL, 2016).

5.2 Cultura e Território

No que tange a identidade cultural analisamos até o momento que para formar a cultura há uma grande estrada a se seguir, no que abrange a identidade, as dificuldades permanecem as mesmas, pois há diversas linhas e pensamentos a se formarem no que tange identidade. Rodrigues (2020) aborda que a identidade é uma parte essencial do indivíduo, algo individual, porém depende de uma convivência social.

No âmbito sociológico a identidade é subdividida em duas linhas, ou seja, identidade social e a autoidentidade,

A identidade social refere-se às características atribuídas a um indivíduo pelos outros, o que serve como uma espécie de categorização realizada pelos demais indivíduos para identificar o que uma pessoa em particular é. Portanto, o título profissional de médico, por exemplo, quando atribuído a um sujeito, possui uma série de qualidades predefinidas no contexto social que são atribuídas aos indivíduos que exercem essa profissão. A partir disso, o sujeito posiciona-se e é posicionado em seu âmbito social em relação a outros indivíduos que partilham dos mesmos atributos (RODRIGUES, 2020 p.. 2)

Essa identidade social é algo construído e representado pelos indivíduos através do status social, econômico, religioso, profissional, ou seja, o indivíduo em sua identidade pode ser representado por meio do local que mora, seja ele urbano ou rural. Exemplo disso temos, os moradores de ruas, que de maneira geral é identificado como pessoas sem moradias, sem empregos e em muitos casos como drogados, ladrões dentre outros. Neste exemplo, a sociedade não os vê por sua origem, mas pelo momento que os mesmos estão passando. São representações vistas pelo o que vê momentâneo, ou pelo convívio, exemplo disso temos a profissão de professor, uma professora ao passar pela rua, não será identificada pelo aluno por seu nome, ou onde vive, mas sim por sua profissão. São as identidades sociais, constituídas pelo ambiente que os rodeiam.

No outro âmbito temos a autoidentidade, como o próprio termo já expõe, nada mais é do que como o indivíduo se identifica, dando ou não razão à identidade social presente a si mesmo.

A autoidentidade (ou a identidade pessoal) refere-se à formulação de um sentido único que atribuímos a nós mesmos e à nossa relação individual que desenvolvemos com o restante do mundo. A escola teórica do “interacionismo simbólico” é o principal ponto de apoio para essa ideia, já que parte da noção de que é diante da interação entre o indivíduo e o mundo exterior que surge a formação de um sentido de “si mesmo”. Esse diálogo entre mundo interior do indivíduo e mundo exterior da sociedade molda a identidade do sujeito que se forma a partir de suas escolhas no decorrer de sua vida (RODRIGUES, 2020 p. 2)

Nesse momento é como o sujeito se vê mediante o restante do mundo, sua autoescolha é a forma como o indivíduo se encontra consigo mesmo. Pegando o exemplo exposto acima, primeiramente do morador de rua, será mesmo se ele se vê como um ladrão ou drogado, será se ele não se vê como alguém que apenas não tem casa, como realmente ele se autoidentifica? Ou será se sua identidade está sendo construída pela opinião da sociedade que o cerca? E a professora? Será se ela se autoidentifica como a mãe, esposa, filha, dona de casa, além de professora? Nesse ponto vemos que a construção da identidade parte além do nosso ver, ela é culturalmente construída e desconstruída.

Em outras palavras, a identidade cultural está relacionada com a forma como vemos o mundo exterior e como nos posicionamos em relação a ele. Esse processo é contínuo e perpétuo, o que significa que a identidade de um sujeito está sempre sujeita a mudanças. Nesse sentido, a identidade cultural preenche os espaços de mediação entre o mundo “interior” e o mundo “exterior”, entre o mundo pessoal e o mundo público. Nesse processo, ao mesmo tempo que projetamos nossas particularidades sobre o mundo exterior (ações individuais de vontade ou desejo particular), também internalizamos o mundo exterior (normas, valores, língua[...]). É nessa relação que construímos nossas identidades. (RODRIGUES, 2020 p. 2)

Então nesse intervalo de exterior e interior formamos nossa identidade cultural, e através disso o sujeito em si se identifica ou deixa ser identificado, por fim é uma relação construída e reconstruída ao longo da vida de um indivíduo.

Levando isso para o ambiente rural, como a mulher do campo se identifica? E como ocorre a identidade social da mulher do campo? Em outras palavras como a sociedade representa a mulher do campo?

A mulher do campo como o nome expressa é representada como a mulher que vive no campo, que trabalha no campo, seu sustento provém de lá, dentre outras coisas. Seu meio social está voltado a práticas do campo. Muitas mulheres nascem e se criam no campo, outras migraram para o campo, com isso elas formaram identidades no campo e outras sofreram reconstrução de suas identidades. Cabe salientar que muitas mulheres que moram no campo não se intitulam como do campo, muitas por falta de conhecimentos, outras por vergonha, devido ao termo “morar no campo” para muitos indivíduos simbolizados como algo vergonhoso.

A mulher por si só precisa todos os dias lutar contra a desigualdade, preconceito, buscar respeito dentre outras dificuldades que a terminologia “sexo frágil” as impõe, entretanto, as mulheres do campo “[...] lutam contra preconceitos manifestados de maneira mais explícita do que nos grandes centros” (BRANCO, p. 2014).

Ressaltamos que há um grande preconceito que cerca a mulher que vive no campo, no ambiente de trabalho ela sofre mazelas de preconceito devido seu local de trabalho ser seu local de moradia, outro fator nos remete por ser considerado, o sexo frágil, ela tem que ser dependente e que não consegue viver sem a presença de um homem em sua vida, em outras palavras a eterna submissa

O termo submissão utilizado faz referência bíblica encontrado em Efésios cap. 5 vrs. 22-24, onde fala que *“As mulheres sejam submissas ao seu próprio marido, como ao Senhor; porque o marido é o cabeça da mulher, como também Cristo é o cabeça da igreja, sendo este mesmo o salvador do corpo. Como, porém, a igreja está sujeita a Cristo, assim também as mulheres sejam em tudo submissas ao seu marido.”* Termo esse que é utilizado de forma que apenas convém ao homem, se esquecendo de aprofundar a leitura bíblica.

Mediante isso, analisamos que a mulher luta pela valorização em seu espaço vivido, uma relação de poder e respeito na sociedade, sua luta territorial vai além do respeito pelo seu território, o corpo feminino e está voltado para o poder em seu ambiente de trabalho. O território se forma a partir da territorialização no espaço, pois espaço e território é “uma ação conduzida por um ato sintagmático (ato que realiza um programa) em qualquer nível” (RAFFESNTIN, 1993, p.143), ou seja, é forma de territorialização de um espaço, formando, assim o território a partir do espaço. Essa modificação no espaço dá início a uma relação da mulher e do homem com o território, inicia – se o prefácio da relação do poder, o domínio pelo território, a soberania entre mulheres e homens.

O território é um espaço delimitado, onde se apoia no espaço, mas não é o espaço, é apenas uma reprodução no mesmo (RAFFESNTIN, 1993). Nos primórdios da humanidade, os primeiros homens delimitavam pequenas porções de áreas a fim de demarcar seu local, tanto para produzir como para habitar, nesses momentos inicia a produção territorial, “é interessante destacar a esse respeito que nenhuma sociedade, por mais elementar que seja, escapa à necessidade de organizar o campo operatório de sua ação” (RAFFESNTIN, 1993, p.150), o homem é sujeito a demarcar sua localidade e se distribuir por porções de territórios diferentes do seu grupo, a fim de não haver brigas por territórios.

Os indivíduos ou os grupos ocupam pontos no espaço e se distribuem de acordo com modelos que podem ser aleatórios, regulares ou concentrados. São, em partes, respostas possíveis ao fator distância e ao seu complemento, a acessibilidade. Sendo

que a distância se refere à intenção entre os diferentes locais. Pode ser uma intenção política, econômica social e cultural que resulta de jogos de oferta e de procura, que provém dos indivíduos e/ou dos grupos (RAFFESTIN, 1993, p.150).

O território pode ser dividido ou agrupado em três bases, a política, a cultural e a econômica. Questões econômicas e políticas são um dos principais influenciadores na escolha de dominar um determinado território. Pois, o território político é aquele espaço delimitado e ainda controlado, onde há um domínio de poder, em certos casos relacionados a política de Estado (HAESBAERT, 2006). Diante disso nos conduz a um sistema de hierarquização, um sistema de rede em que esses diferentes princípios hierárquicos conduzem e contribuem para ordenar o território dos indivíduos ou grupos em suas diferentes ações. O território econômico se baseia nas relações capital-trabalho, onde a divisão territorial está relacionada com o trabalho, se formando assim uma relação econômica (HAESBAERT, 2006).

A questão cultural traz o território simbólico sujeito a valorização e a relação do indivíduo com o espaço vivido. Com isso podemos abordar a relação sociedade e natureza, uma relação entre o homem e seu ambiente físico. Quando há uma interação do homem com o território inicia-se, então, o processo de territorialização daquelas determinadas áreas, essa relação é definida como uma relação tridimensional, sociedade, espaço e tempo, onde a mesma irá se relacionar para atingir uma autonomia a fim da utilização dos recursos dos sistemas (RAFFESTIN, 1993).

Essa territorialidade resume, de algum modo, a maneira pela qual as sociedades satisfazem, num determinado momento, para um local, uma carga demográfica e um conjunto de instrumentos também determinados, suas necessidades em energia e em informação. As relações que as constituem podem ser simétricas ou dissimétricas, ou não. Opondo-se uma à outra, teremos uma territorialidade estável e uma territorialidade instável. Na primeira, nenhum dos elementos sofre mudanças sensíveis a longo prazo enquanto na segunda todos os elementos sofrem mudanças a longo prazo. Entre essas duas situações extremas teremos os outros casos, nos quais um ou dois elementos podem mudar, enquanto o outro ou os outros permanecem estáveis (RAFFESTIN, 1993, p.161).

Tudo isso nos remete a ligação entre o processo de troca e comunicação. “A territorialidade se manifesta em todas as escalas espaciais e sociais; ela é consubstancial a todas as relações e seria possível dizer que, de certa forma, é a “face vida” da “face agida” do poder” (RAFFESTIN, 1993, p.162). Esse ato de territorializar implica uma interação direta do homem com o local, modificando o mesmo com relações de trabalho, família, autoridade dentre outros. Uma construção de um determinado lugar, abrangendo segundo o ritmo que o mesmo se desenvolve. Esse ato de territorialização nos remete ao domínio do poder, salientamos que esse átrio ao poder gerar assim confrontos violentos e brutais pelo poder, pois quanto mais território um indivíduo tiver mais poder em mãos terá. Nesse momento estará

trabalhando com o território simbólico aquele que dará início a um processo de desterritorialização, o que Haesbaert (2007) salienta que,

Simplificadamente, podemos afirmar que a desterritorialização é o movimento pelo qual se abandona o território [...] no primeiro movimento, os agenciamentos se desterritorializam e, no segundo, eles se reterritorializam como novos agenciamentos maquínicos de corpos e coletivos de enunciação. O movimento concomitante e indissociável entre desterritorialização e reterritorialização está expresso no “primeiro teorema” da desterritorialização ou “proposição maquínica” (HAESBAERT. 2007, p.127).

Esse processo implica não apenas a saída de uma pessoa de um determinado local, mas sua cultura, seu costume é arrancado deste local e colocado em outro. A partir desse momento tentamos identificar o conceito de identidade em síntese da mulher do campo, pois toda pessoa tem sua própria identidade, que é poder ser formado ou desformada a partir do ambiente em que o indivíduo se localiza. Enquanto para SAQUET (2007) “o território, dessa maneira, é objetivado por relações sociais, de poder e dominação, o que implica a cristalização de uma territorialidade, ou de territorialidades no espaço, a partir das diferentes atividades cotidianas”. Deste modo, a mulher do campo começa a estabelecer relações de poder, trajetórias, cultura e identidade.

Ao trabalhar identidade da mulher do campo nos remete a analisar dois olhares distintos, a visão que a própria mulher que vive no campo tem sobre ela mesma e como a sociedade ao seu redor a percebe. Em muitos casos a mulher do campo é auto-identificada como a trabalhadora rural, a trabalhadora da agricultura familiar, a filha do produtor, a esposa do produtor, a irmã do produtor ou até mesmo a produtora.

No âmbito externo, de forma geral a mulher do campo pode ser representada e identificada com esses termos, ou seja de maneira preconceituosa e mais utilizada pela sociedade, os termos são voltados: a sofredora, a menina que não quis sair da roça, a moça que não queria estudar acabou na roça, a moça que engravidou e foi para roça, a moça que casou com um roseiro dentre outras representações impostas pela sociedade e mesmo no âmbito familiar.

Em busca de conhecer e representar a mulher do campo, necessita conhecer o local em que a mesma vive, ou seja, fazer uma relação com ambiente interno e externo da mulher do campo. Esse ambiente é o local em que ela vive e trabalha, pois o campo se configura como ambiente de lazer e de trabalho para a mulher do campo, e nesse sentido costuma-se confundir a mulher do campo como apenas dono de casa, dando a não valorização do seu trabalho como produtora.

5.3 Pioneiras Do Assentamento: Maria Costa Silva

Para entendermos uma pessoa e utilizar suas narrativas acerca do seu cotidiano, primeiro devemos entender sua trajetória (CIRQUEIRA, 2010). De onde ela vem, onde seus pais nasceram, porque ela está neste local, dentre outros pontos.

Maria Costa Silva, tem 60 anos, casada, com 3 filhos. Nasceu no Estado do Maranhão veio para o estado do Tocantins com dois anos de idade, juntamente com os seus pais, ambos lavradores, suas vindas para o Estado do Tocantins estão relacionados com a busca de uma vida melhor no Estado. Inicialmente moravam no assentamento Carimpinho, assentamento este do município de Ananás e depois passou a ser do município de Riachinho-TO. Mudaram para cidade de Curica, atualmente Brejinho e depois se deslocaram para município de Riachinho que antes era município de Ananás-TO.

Dona Maria sempre esteve ao lado do esposo na ocupação das terras do Gleba Colorado, infelizmente, segundo seu relato não conseguia ficar todo dia com ele na ocupação devido estar grávida e ainda tinha outra criança pequena com ela. Foi perguntado se ela lembrava quando veio para a ocupação do assentamento, a mesma veio a relatar que: *“Quando eu vim você já tava aqui (fala questionando o esposo que está juntamente com ela na sala) já tinha um ano que você tá aqui em 1988, eu tava gestante, eu tava esperando um filho, eu ficava em Riachinho, tínhamos um barraquinho lá, aí não tinha como eu vim.”*

Para Dona Maria não apenas por estar gestante impossibilitava ela de ficar junto com o marido, mas devido ao difícil acesso ao assentamento complicava suas viagens.

É porque naquele tempo nem jegue entrava aqui, porque era muito difícil vim para cá, a gente vinha a pé de Riachinho para cá, com menino mutado nas costas e o mantimento também tinha que trazer nas costas porque num animal não passava, era muito difícil, aí nós teve que vim para cá com as crianças pequenas, meu filho foi criado aqui e foi muito difícil, nesse tempo até o Neli tava doente e aí com essa dificuldade grande, grande mermo, sofreu muito aqui (Relato de Dona Maria, 2021).

Em seu relato podemos analisar que sua maior preocupação não era ela, mas sim seus filhos e seu marido que mesmo doente vinha para luta em busca de uma terra, Dona Maria não queria que seu esposo participasse desses conflitos de terras, mesmo com a necessidade batendo à porta, sempre tinha o cuidado e proteção com as pessoas que ela amava. *“nós nunca tivemos possuído um pedaço de terra e não podia comprar, aí o Neli queria vim pra cá eu num queria que ele vinhesse não”* (Dona Maria, 2021).

A época da ocupação do assentamento colorado foi no mesmo ano em que o Estado do Tocantins foi constituído como Estado⁶, então nesse período, economicamente o estado estava

⁶ Segundo TOCANTINS (2006), O **Tocantins** é o mais novo dos estados brasileiros. Foi criado em 1988, com a promulgação da Constituição brasileira. Antes, as terras que hoje correspondem ao território do Tocantins faziam parte do estado de Goiás

caminhando, significativamente bem, principalmente na agropecuária, porém para os pequenos produtores ou pessoas que não tinham terra eram peões de grandes fazendas, a crise financeira era extrema. A luta pela terra era uma luta pela liberdade e pelo futuro da família camponesa.

Devido aos grandes conflitos agrários que ocorria frequentemente naquela época, dona Maria sentia muito medo que seu companheiro não voltasse com vida das terras,

Sabe o que é que eu pensava é porque o povo só falava que aqui estava cheio de pistoleiro e que ia matar e eu na casa cheia de criança e tudo era pequeno e aí tinha de matar ele lá dentro e como que eu ia criar essas crianças? Era o que pensava e era certo invadir o que era alheio, foi assim que eu pensei (Relato de Dona Maria, 2021)

Devido a esses rumores de ameaças, as mulheres só iam durante o dia para ajudar seus companheiros formar as roças, ou seja, ajudar a cortar o mato, a controlar o fogo, ainda levantavam mais cedo que os companheiros, preparavam comida para almoçar, vestia as crianças, dava de comer e assim era a rotina das pioneiras que ajudavam na conquista da terra, ao final do dia seu companheiro as levavam de volta para a cidade e durante a noite apenas os homens ficavam nas terras. No início da ocupação nem todos tinham contato com todos que ocupavam, devido cada um ocupar um terreno distante de ambos, devido esse motivo Dona Maria ficava no meio termo de preocupação, por um lado a distância entre os terrenos ajudava conflitos internos, porém se caso alguém passasse mal ou algum animal atacasse durante a noite não tinha quem socorresse seu companheiro.

Essa preocupação noturna, tirava o sono da Dona Maria, quantas noites sem dormir a mesma relata que ficou, pois não tinha como ela ficar na terra sem um barracão.

Eu vim entrar depois que tive um menino, aí eu as vezes passava uma semana e depois só fim de semana quando tinha o barraco, aí quando eu passei para cá o barraco tava só coberto num tinhanenhuma paredinha ao redor, os meninos brincava em cima das pedras porque não tinha outro lugar. (Relato de Dona Maria, 2021).

Não tinha luxo e nem segurança, mas só o fato de estar junto ao seu companheiro como uma forma de proteção dona Maria já se sentia mais confortável. Assim como dona Maria muitas outras mulheres faziam essa trajetória, cuidar do esposo, dos filhos, da casa, quebrar coco, ajudar na roça, plantar legumes e participar das reuniões como algo rotineiro, *“as muier trabalha na roça juntamente com os homens, na roça também, com aquela dificuldade toda”*, (Dona Maria, 2021), até enfim conseguir um pedaço de terra que no final possa dizer que seu por luta e direito.

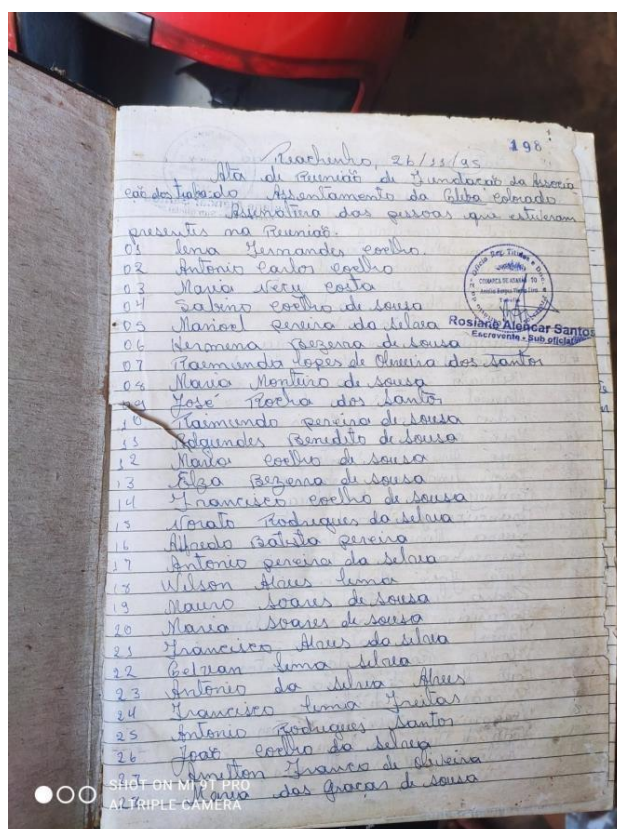
Inicialmente não foi uma luta fácil, em 1994, seis anos após a ocupação os novos assentados ainda permaneciam na briga, através de reuniões eram debatidas melhorias para o assentamento, como água, luz, escola, para que todos pudessem viver de forma digna dentro

do assentamento sem precisar ir para fora.

Entre o ano de 1999 e 2000 que o assentamento recebeu energia, no mesmo ano que o INCRA veio ao assentamento passou a demarcar as terras, ou seja, realizar as divisões certinhas para cada família, lembrando que boa parte dos assentados já tinham casas construídas, mesmo com vinda da água entre 1999 e 2000, os assentados ainda tinha dificuldades ao acesso da água, no fim do ano de 2000 ocorreu liberação de poços para assentamento, no ano de 2001 o assentamento conseguiu acesso a água corrente.

Nas reuniões as mulheres também eram importantes, não apenas para estar lá e dar volume as reuniões, mas para debaterem, e assinavam nas ATAS, elas marcavam presença, conforme imagem abaixo, sua participação foi e ainda é primordial para a conquista do assentamento. Pois era essas mulheres que davam apoio a seus maridos a entrarem na luta, eram essas mulheres que cuidavam dos seus companheiros quando estavam doentes, preparavam a comida e acordavam mais cedo que seus companheiros para deixar as crianças arrumadas e comida pronta, eram elas que ajudavam a montar a roça, a plantar e a colher.

Figura 4 Ata de Fundação do Assentamento
Gleba Colorado de 1995



Fonte: SANTOS, Dislaine Dias. Março de 2022

E hoje se perguntar a essas mulheres depois de tanta lutam e sofrimento, se desejam sair de suas terras, teremos respostas semelhantes à de dona Maria:

Não muer eu não me vejo morando em outro lugar não, e eu moro aqui sabe Irany (olhando para Dona Irany que esta na sala juntamente conosco), e num tenho vontade de sair daqui e é só quando eu morrer eu e o Neli vai me enterrar lá no centro do Bezerros, e eu só saio daqui para o centro dos Bezerros.

Quando as interlocutoras abordam sobre serem enterradas no centro dos Bezerros, o presente local é um assentamento encontrado a poucos quilômetros no município de Riachinho -TO, conforme imagem a abaixo.

Figura 5 Cemitério localizado no Assentamento Centro dos Bezerros



Fonte: SANTOS, Dislaine Dias dos. Março de 2022.

5.4 . Pioneiras do assentamento: Velsa Pereira do Santos

Velsa pereira do Santos, 54 anos, casada com 3 filhos. Nasceu no município de Ananás. Seus pais nasceram estado do Piau e ambos vieram para o Tocantins ainda criança, seus pais eram lavradores. Dona Velsa também é uma das pioneiras do assentamento Gleba Colorado, apenas Dona Maria e Velsa permanecem nas terras desde a ocupação do mesmo.

Atualmente Velsa trabalha na escola na área do apoio pedagógico, e aos fins de semana que permanece na sua chácara, a mesma relata que teve que mudar para o município por questões educacionais da filha, que na época que ficava fixamente na chácara não tinha escola para seus filhos. *“No assentamento teve escola, e fechou no mantado do Lipe. Eu tive que vim para cá, já que lá não tinha escola, eu só ia para lá fim de semana”*. Pela falta de escola no assentamento, dona Velsa optou por mudar para cidade, para que seus filhos tivessem acesso à educação.

Porém, mesmo morando na cidade e apenas indo aos fins de semana para sua chácara, dona Velsa continua fazendo roça com seu esposo, plantando, milho, feijão e tendo criação de gado e galinha. Cabe salientar que antes da mesma possuir terra, no período da ocupação, assim como as demais mulheres que estavam nas terras, sua ocupação era quebrar coco, tirar oazeito e ajudar na roça.

Dona Velsa, dona Maria e dentre outras mulheres que estavam participando da ocupação do atual assentamento, a maior função que todas tinham era a prática de quebrar coco, uma prática que ainda é bem forte na região do município de Riachinho-TO, infelizmente mesmo com número significativamente alto de quebradoras de coco, as mesmas nunca conseguiram montar uma associação, as vezes por falta de organização e de valores baixos que muitos tentam ofertas para as mesmas.

Na época que dona Velsa chegou, por volta de 1989, a mesma relata que o local já estava com média de mais ou menos 60 a 70 famílias, a mesma por questão de saúde, não consegue se lembrar se algumas dessas famílias eram no município ou de outras cidades e a mesma não se recorda os nomes dos mesmos.

Foi indagado para Dona Velsa onde ela estava antes de decidir juntamente com seu marido ocupar as terras do atual assentamento e porque tomaram essa decisão? Nos explicou que, *“trabalhava lá na roça em Sororoca, nos já morava em riachinho ai via o povo indo e nós não tinha terra para trabalhar aproveitamos e fomos junto”*. Seu marido era pião em outras fazendas e o mesmo procurava uma forma de trabalhar para ele mesmo e sustentar sua família sem precisar ficar mudando de fazenda em fazenda, arrastando mulher e filho nessa caminhada e que a melhor forma era ter um pedaço de terra. Quando soubera que algumas famílias estavam ocupando esse local, decidiu tentar a sorte juntamente com os demais companheiros. Dona Velsa inicialmente não tinha como ir junto com seu marido, a mesma relata que, *“quando o povo tava fazendo as picadas ai nós foi fazendo também, depois que foi feito o barraco é que fomos para lá, depois das roças [...] “O inicio nunca foi fácil”*, relata dona Velsa, as mulheres ajudavam seus maridos de todas as forma que podiam,

não estavam a frente da disputa falando literalmente, mas eram elas que ficavam esperando seus maridos com risco de perder eles por tiroteios, são elas que formavam roça, cuidavam dos filhos, brigavam por melhoria e educação para seus filhos e depois de passar por tudo isso, hoje são essas mulheres que são chamadas de frágeis, que seu lugar é na cozinha e que estar no campo é fácil. Fácil para quem vê toda fazenda formada, mas nunca olham as marcas que essas mulheres tiveram que passar para hoje terem isso.”*É muito pesado o serviço para mulher, não é fácil. Às vezes sofremos preconceitos sim, porque tem muita gente que se desfaz de quem é da roça, sabendo que come do que a gente planta, sempre aparece.* (Relato de Dona Velsa, 2021).

Ser mulher e viver no campo são barreiras a serem quebradas ao longo dos anos, é do campo que vem o almoço, a janta, da família brasileira, porém as mesmas pessoas que desfrutaram do trabalho do campo, são as mesmas que se desfaz do trabalhar, e se esse trabalhador for mulher, o nível de desprezo aumenta. O trabalho no campo não é fácil, porém hoje, mas as mulheres tem tomado a frente, tomam conta da casa, dos filhos, da plantação, da roça em geral. Ser mulher do campo vai além de ser mãe, esposa, filha, é ser frágil, é ser mulher, e ser mulher com marcas no rosto e devem ser mostrados ao mundo, não como a moça que veio parar na roça, mas a moça que está fazendo a roça e dando futuro ao mundo atual.

5.5 Mulheres no contexto pós formação do assentamento: Raimunda Lopes de Oliveira.

Apenas em 1994 foi constituído o assentamento Gleba Colorado, nessa longa trajetória de luta pela terra, o INCRA ainda não tinha liberado o pagamento para o fazendeiro, e as pessoas que viviam neste assentamento ainda viviam sob ameaças constantes, assim muitas famílias pioneiras venderam suas terras, devido serem aterrorizados diariamente por serem expulsos por pistoleiros. Ao longo dessa troca de terra por intermediários das vendas, algumas famílias que compraram as terras por valores extremamente baixos, compraram também a luta pela terra naquele momento.

Um das mulheres que enfrentaram essa luta foi Raimunda Lopes de Oliveira, atualmente com 57, divorciada, mãe de três filhos, natural de Tamburi-TO seu pai nasceu na Bahia e sua mãe no estado do Piauí, ambos vieram adolescente para o estado do Tocantins, segundo relato de dona Raimunda em busca de um futuro melhor, juntos com seus avós. *“Antes de ir para Araguaína minha mãe morava em tamburi município de Nazaré, eu vim de lá com um ano para Araguaína eu tinha um ano de nascida quando eu vim de lá para o tamboril*

e nasci em Tamburi” (Relato de Raimunda, 2021). Passou parte da sua infância e adolescência em Araguaína, e após casar, por decisão do seu companheiro migraram para Riachinho-TO.

Nam, eu nam, eu vim para cá porque o teu tio, o Pedro Lima arrumou umas terras para cá e chamou teu ti para vim para cá, inclusive ele vem na frente ainda fiquei, eu fiquei na Araguaína enquanto ele vinha fazer a roça, aí eu fiquei lá com os meninos em Araguaína, depois que eles arrumou lá a roça aí que aí eu vim, já tinha brocado, derrubado faltava só queimar, aí quando ele queimou a roça é que nós pulou para dentro (Relato de dona Raimunda, 2021).

Dona Raimunda veio para município de Riachinho-To no ano de 1996, a mesma lembra a data devido sua filha mais nova na mesma época ter completado 6 anos, nessa época o assentamento ainda estava em fase de construção, não tinha estrada, casas, água, luz, ainda permanecia mata fechada e muito lamaçal devido as fortes chuvas que acarretavam o local.

Eu lembro minha filha quando cheguei era muito difícil não tinha estrada era um lameiro que nem precisava calçar chinela porque a lama servia como sapato e foi muito difícil assim, porque quando eu cheguei eu não tinha quase nada pronto ainda nos foi fazer.

O primeiro ano quando a gente chega de sofre bastante sabe aí de 1 ano de quando passou do ano e pouco aí foi conversado melhorar as coisas mas já comecei a ter nossos legumes aqui plantamos roça tivemos nosso legumes aí foi melhorando mais (Relato de Dona Raimunda, 2021).

Assim como as pioneiras, todo início é difícil, até mesmo para quem chegou 7 anos após a ocupação as dificuldades ainda permaneceram, ainda eram ameaçados de serem despejados, risco de levar tiro por meio dos próprios assentados que andavam aterrorizados.

Dona Raimunda chega a relatar que quando chegou no assentamento passou por muitas dificuldades, porém ao longo do tempo as pessoas mais antigas de lá foram seu botes salva-vidas, ajudando com alimentação e cuidado.

Enfrentei, assim devido assim Dislaine porque nós não tinha cheguei nós só tinha mesmo uma cachorrinha, iai quando nos chegamos não tinha nada e aí nós passamos aqueles que tinha nos passamos eles deram ajuda para nos, e nos ia lá e ganhava, arroz, nos ganhava feijão, davam mandioca para nos fazer farinha e nos continuemos assim, os que já tavam ali que já tinha foi ajudando a gente assim nesse ponto até quando nós tivemos não foi fácil não minha Filha (Relato de Dona Raimunda, 2021).

Não apenas Dona Raimunda, passou por todos esses problemas, mas todos que adentravam o local, porém um dos principais problemas era as ameaças que recebiam, dona Raimunda relata que *“só povo que tava com muito medo quando nos chegou lá aí quando passou uns dias, nos, o povo ta dizendo para nos ter cuidado que o povo tudo assombrando, que o povo ia arrancar o povo de lá na marra, mas não mecheram não, só mesmo a zuada do povo”*.

Eu tinha medo, por que eu adanva muito assim, porque assim que eu cheguei quando as pessoas tinha as coisas para pegar arroz feijão, sempre eu ia eu ia com as minhas meninas, a adalice a dilene, que era as mais maiozinhas eu ia para pegar essas coisas, eu tinha medode topar com alguém na estrada por que alguém, por foi

assim depois que Zé cabloco saio aviansado os outros tudinho na casa lá que era na chácara Pedro Lima que tem gente que mora lá, morador novod e Araguaína, que els não são bandido, como é que diz não quer mecher com niguem vinheram tabalhar por que o povo tava todo mundo dormindo com as armas esperando a qualquer hora mecher e eu tinha medo do povo falava que não podia ficar andando muito porque o povo ta tudo armado, ai eu nunca tinha magua de ninguém eu num, num pensava eles num vão acerta em mim não, por que eu num to devendo ninguém eu vi aqui foi para tabalhar, ai foi indo foi indo quando o Ze cabloco avisou todo mundo que tinha nos que tinha chegado ai nos andava de noite na casa da Maria da Cruz, nos ia conversar se encontrar a noite ai acabou o medo, depois que o Ze cabloco saio avisando ai disse o jeito nosso tudo que eu era muito bonita assim, rrsrsrs eu sofri Dislaine e foi brincadeira não (Relato de Dona Raimunda, 2021).

O medo é umas das armas mais perigosas que a humanidade pode usar, muitos assentados venderam suas terras por sentirem medo de estar naquele local. Terras foram vendidas por menos de 500 reais, tudo por reflexo de medo de alguns moradores da região, dentre eles muitos dos pioneiros que perderam a fé nas suas terras.

Dona Raimunda tem uma visão diferente acerca das vendas das terras no assentamento, segundo ela:

Eu acho que os que venderam suas terra e foram embora, não queria ficar dentro que era muito difícil e as pessoa que não quer trabalhar eles pensa que tudo é difícil para eles então os que ficou foi só osque tavam precisando mesmo deram graças a Deus arrumar a terrinhas pa poder trabalhar né, mas agora aqueles que, aqueles que pegaram somente para vender para os outros que pegaram só para vender perderam por que eles venderam de qualquer preço e eles não chegaram a vender o preço o valor porque eles não tava nem ai. Até os moradores velhos de lá no tempo que nos chegemos é o Neli era o finaldo Mauro e eu não sei se é o Ze cabloco é os moradores mais antigo do que nos chegamos eles já tavam lá.

Para dona Raimunda, muitos venderam as suas terras por não quererem trabalhar dentro delas, e assim perderam uma grande oportunidade de vida, e deram essas terras a pessoas que realmente queriam trabalhar. Uma no caso a família dela.

Ao longo da formação do assentamento era necessário que ocorresse algumas reuniões com todos os assentados para discutir estratégias a fim de trazer melhorias para o local, dona Raimunda foi indagada se a mesma chegava a participar de algumas dessas reuniões e como as mesmas funcionava, dona Raimunda passa a relatar que:

Muitas era só eles falando para todo mundo que tiver se tivesse Terra não podia vender se tivesse posso não não podia vender, porque, quem não tivesse morando dentro também não podia ficar é só para quem tava morando e que queria trabalhar né, tivesse mostrar serviço não fosse não ficava.

A maior prioridade naquele momento era diminuir as vendas de terras que estavam crescendo rapidamente, e como aumento das vendas de terra estava ficando impossibilitado o desenvolvimento do assentamento, ou seja, trazer água, luz e estrada, pois era de caráter de urgência esses recursos para o local.

Ao longo dessas reuniões foi possível analisar que as mulheres sempre estavam rentes, sempre lá com seus companheiros,

Era, era todas ativas, todas as muier junto, na hora que tinha reunião tava todo mundo junto com os homi, na reunião era na casa do colorado, que tinha a cede lá de nos todo, de todo mundo, ai a reunião era lá, tinha negocio de dizer que era só os homi não as muier junto de ponta a ponta. (Relato de Dona Raimunda, 2021).

A participação das mulheres nas reuniões era de suma importância para todos, não apenas para dar volume ao local, mas onde as mesmas estavam opinando, questionando melhorias para todas, infelizmente seus nomes não constam nas atas de formação do assentamento, porém estão registradas nas memórias de muitas pessoas e que hoje é passado de geração a geração.

Seus nomes não constam nos únicos registros da formação do assentamento, porém era essas mulheres ajudavam a plantar e colher os legumes, era com inchado ou cutelo na mão, batia arroz, carregava, quebrava milho e ainda cuidava da casa e do marido e dos filhos, estavam sempre juntas ajudando, elas são as principais formadoras daquele assentamento.

Segundo dona Raimunda, as mulheres seguiam uma rotina de trabalho pesado naquela época, muitas com crianças de colo, porém nunca abandonaram os afazeres da chácara.

Quando amanhecia o dia minha fia as que não ia para roça pegava um cofô e um machadinho do cabo curto e colocava dentro do cofô e tocava no mato para quebrar coco para tirar o azeite, mas a maioria era dentro da roça mesmo, os homi somente botava e as muier que caia para dentro, nos era na enxada, no facão, aquela que não sabia capinar era no facão, ai depois que homi plantava as muier ajudava, entrava para dentro limpando tudinho o mato do arroz e na hora que tava bom os homi ia cortando o arroz e aquelas que não ia ajudando a corta, minha menina a dilena não tenha que bata no cutelo, a dilena já pegou foi aposta com Paulo veredor quem tirava muito arroz primeiro, a dilena venceu o Paulo veredor, ele ta bem ai de prova, aquelas que não ia para o cutelo eu ia para banca eu que era a batedora de arroz sou quente minha fia pano reio quente e nos lá, porque quanto mais o sol é quente melhor é a hora bater o arroz ne Irany?, que ai larga do pé e as outras iai as outras que não sabia capinar ia para o facão rosando de facão na moita (Relato de Dona Raimunda,2021).

Mediante a essa rotina, indagamos a dona Raimunda o que essas mulheres faziam com seus filhos, desde os grandes aos pequenos, onde eles ficavam, com quem ficavam, como era a rotina com eles:

Levava, aquelas pequenininhas que não podia ficar levava levava a redinha veia e amarrava na beira da roça e colocava uma corda no punho da rede e botava um cobertona por cima deles para não cair bicho nos bichinhos ai vinha de lá com sangue quente e dava peito pro menino e colocava eles lá de novo lá dentro da redinha ou então limpava um cantinho e colocava eles lá e toda hora voltava lá “ o tocono meu fi” voltava para pegar eles de novo e aquele mais pequeno oinhava o outro era assim, nossa vida dera assim mas nos se sentia feliz (Relato de Dona Raimunda,2021).

Dona Raimunda é considerada até hoje uma mulher disposta que sempre teve peito para ir à luta, nunca desistia, sempre pensava não apenas nela, na época que chegou para vila sempre procurava meio de ajudar as pessoas com pouco que tinha. Indagamos Dona Raimundo o que as pessoas da época chegavam a falar sobre ela, a mesma veio a responder que:

eles sempre falavam que eu era muier macho sim senhor aí temmais uma que num tinha água não tinha água e que que eu fiz eu fiz uma caiera de tijolo eu merma, eu amassei o barro fiz o tijolo, cinco miera te tijolo ai aquele poço que tem boca que ta calçado foi eu que fiz de tijolo eu fiz pro Pedro Lima tio de vocês ele vendeu para aquele pessoal lá, foi grilo não sei para quem e todos queria calçar poço lá, mas quem fez foi eu sozinha eu mesmo toquei fogo todo mundo passava lá eu lá sozinha tocando naquela carreira, cinco meiro de tijolo eu fiz, eu mesma amassava o barro, eu mesmo fazia o tijolo eu mesmo encairei, um casqueiro fogo, eu mesmo casei a lenha, tudo foisó eu, aí todo mundo tinha posço calçado mas foi eu que fiz, aí não deixa do povo ter uma invejeinha de porque eu era disposta a tudo.

Aos relatos de dona Raimundo pode-se considerar que a mesma não parava quieta, buscava forma de trabalhar de dar o sustento para seus filhos e educação.

Figura 6 Modelo de Poço que era feito no assentamento



SANTOS, Dislaine Dias dos Santos, 2021

Conforme a figura 6, esses eram os modelos que os poços de águas eram calçados na época em que dona Raimunda relata. A mesma produzia os tijolos e vendia para os moradores e os mesmos calçavam seus poços ou poços abertos próximos, infelizmente atualmente os primeiros poços cavados não se encontram mais no local, devido terem sido fechados ao longo dos anos, o poço representado na figura 2 é referente a um dos poços que ainda permanece em uso por alguns dos moradores do assentamento.

Dona Raimunda marcou o assentamento Gleba colorado no que diz respeito ao transporte escolar. Inicialmente as crianças do assentamento estudavam em uma pequena casa, dona Raimunda retrata o local parecido com um curral de animal, a primeira professora que ministrou lá foi a falecida senhora Lima, ao longo do tempo que as crianças cresciam as mesma teriam que se deslocar para a cidade para assim poderem estudar, porém

inicialmente essas crianças eram transportadas em um trator, que durante o um período era utilizado para catar lixo na cidade e em contraturno levava as crianças do assentamento até a escola da cidade.

Dona Raimunda optou por estudar juntos com filhos por medo de deixá- los irem sozinho para escola encima de um trator. Devido uma situação extremamente desumana com todos os alunos do assentamento, essa situaçãofoi mudada, dona Raimunda tomou a frente de tais atrocidades e com isso algumas coisas foram melhorando.

foi que o caminhão ia buscar todo tipo caminhão que carregava lixos durante o dia o trator, inclusive eu estudava, sabe quem era o motorista finado rudinei que um dia ele foi buscar nos e tinha acabado de jogar uns cachorro reios mortos no mato, e nos vinha morrendo de gatinha pegamos uma chuva na estrada, acabou com tudo que era de livro, rascou tudo por que nos nem bolsa para carregar livro nos não tinha ai moiu a folha do caderno pobres dos caderno e acabou tudo, aqueles cardenos que dobrava que colocava no bolso aí é que eu fiz fui lá na casa do prefeito e chamei os alunos tudinhos fizemos uma greve, o Valdemar tava construído aquela casa casa eu peguei naquele ferros daquela casa tudinho, puchei tudinho e chamei todos, chegou polícia até polícia chegou e eu digo eu não preciso de policia não, eu preciso de um carro para carregar nós pó colégio porque nos ta indo é de carro que carrega lixo, ai o Valdemar foi e calma calma aquela muier dele tava buchuda daquela menina mais nova ai a mulher a filha da mulher do Afonso falava “ é Raimunda você não pode fazer isso não a muie ta gravida a muier, ce quer que a muier perda o filho dela” ai eu disse vocês não lembra que meus filhos tudinho ta nesse trator vocês não lembra deu perde a minha vida e vida dos meus filhos só lembra da vida de vocês? Ai a policia chegou Chico Borges que o menino chamou o Ozana Quedeia chamou a policia e eu num tive medo de policia não, de policianenhuma nenhuma e eu disse daqui ninguém, “ai vão prender você tudo”, pois compre muita abobora e para jogar no chiqueiro porque nos somos muito por que oque se prende é porco, por que eu não preciso matei e nem roubei de ninguém eu to lutando pela vida da minha família e sabedoria dos meus fipor que o que nos somos pobre e o que eu posso dar para meus fi, posso não, dou figo coração é dao saber para eles para eles saber pelo menos assinar o nome e já que eu não tive aquela oportunidade de apreender que agora eu to aqui junto com eles por que eu fui estudar, eu fui estudar Dislaine ne porque eu não tinha coragem de deixar meus filhos sozinhos ai eu fui obrigado a ir para o colégio e apreendi um bucado de cozinha ainda (Relato de dona Raimunda,2021).

Os assentamentos eram ainda pouco vistos pelos gestores locais do poder, mães, filhos passavam por situações extremante humilhantes para acesso a saúde e educação, uma mulher do campo teve que tomar a frente detamanha situação para assim o prefeito poder ver a real vida dos assentadosdo seu município.

(...) desse dia desse dia que eu fiz esse arregaçõ lá que foi chamado a policia aí consertado apareceu um carro mas foi eu que vi essepraiu todinho, porque pro rum de uma mãe, a Irany sabe por rumo dos filhos a mãe vira uma leoa porque meus filhos ficava andando emum trator reio fedendo a carniça e gritando dentro e a chuvando cair nós e nós na chuva e nesse dia a professora não deixou nos entrar no colégio porque nos não podia entrar, todo mundo tremendo moiadinho, ai eu disse bora todo mundo para casa do Valdemar e nos foi tudinho para casa do Valdemar, todo mundo acompanheu eu. Rudinei tava tão apertado que eu falo em vida e morte ele dirigiu o trator com o bucho e era com nós cair por cima dele assim para não cair do outro lado que cabeça do jirico é diferente né nós caindo por cima a dele, foi a pior luta do mundo, ai depois que eu dei essa exprega la

meiolhou demais minino ai aparecer o carro na hora nunca mais foi trator para nos ai começou o Ozano vim buscar nós mas no carro dele o banco tinha sofazinho nos ia tudo folgado aí eu disse só precisava de uma pessoa de coragem não, de ignorância porque que é que era no meio desse povo, mas meus alunos os amigos tudo numa boca só que eu falo com ele e eles dizia “ émesmo, é mesmo” e eu digo grita meu povo e esse povo gritava. (Relato de dona Raimunda,2021).

A partir desse movimento na porta do prefeito a situação de transporte do assentamento até a cidade passou a melhorar, uma grande vitória aos alunos do assentamento. Porém o pessoal do assentamento ainda enfrentava um grande inimigo em comum, a falta de água, de muitas dificuldades que os assentados passavam, acesso a água foi um grande problema.

Sabe Dislaine a dificuldade que tinha lá era que não tinha água, ai esse povo todo, Raimundo do teo, tudo buscava água num tinha um tal de grotão que vai para casa do senho neli, ai o grotão secou ai fui esperta e subi por dentro num lugar limpo e fiz um buraco eu fiz um buracom cavador e um pedaço de foice furei aquele buraco e furei aí minor uma água bem bonitinha aovinha mesmo aí eu peguei um bucado de pau botei um estorno assim aí quais fuicercado batendo vá assim cercando por causa dos sapor não pular dentro e aquela água nós ia cedinho buscar aquela água, todo mundo desse povo todo ia buscar pagua naquela casibinha minha, outeria que ir lá no ivan de junto Pedro lima. Ai quando quando eu chegava lá que eu enchia minha vazia minha com lata com caneco ninguém metia nada lá não com cenequinho ai la vinha um horror de gente com as vazia e eu já cheguei lá em casa com dois litros de água e dividia minha lata de água com todo mundo que eu botava um pouquinho de água, nos sofremos mais foi disso água, sabe onde eu ia buscar água mas minhas meninas, não sei se a Irany lembra, chamava Zé do lau, no corda, ai para aproveitar a ocasião eu levava minha roupa e lavava e cada quem vinha com balde de água na cabeça com galho de mato dentro para não derramar do corda de lá da outra vila da onde nos mora nos vinha de lá e nos demorava na casa de quem do Rau, seu Rau morava mais perto ai nos demorava mais um pouquinho para descansar o pescoço e eu com aquelalatona na cabeça cheia de folha para não derramar ai quando eu chegava lá em casa aquela era para beber e aquela outra eu ia rapar la no grotão para botar para cozinhar e quando eu ia para roçaquando chegava sabe o que que eu fazia lavava o arroz e a agua do arroz deixava guardado numa bacia para quando nos chegasse da roça lavasse os pés e as mãos eu já sofri na vida foi brincadeira não, dentro daquela cajueira ali. (Relato de Dona Raimunda, 2021).

Dona Raimunda é apenas uma das mulheres que tinham que passa por todo essa luta para conseguir água, infelizmente dona Raimunda teve que vender sua terra no assentamento na época devido ter si divorciado do seu esposo,

nós vendeu ali, o negocio nosso foi assim, foi depois que depois quenós separou que ai p divogado falou que o teu tio tinha que me dar uma casa para mim ficar com os meninos e ai como num tia casa e teu tio num tinha como comprar uma para mim ai teu tio deixou ei fcarcom na terra, como eu fiquei só com os meninos e tinha que colocar na rua para estudar ai eu vendi eu vendi, porque não tinha como trabalhar o meu menino mais novo que tinha era o renato mas novoda turma nera Irany e ar merman tavam aqui na rua trabalhando para me sustentar por que eu não tinha emprego, as mermina vinha trabalhar na casa do Claudenor a Odalice foi criada junto com Claudenor e ela que mandava o sustento para nos e os meninos depois a dilene foi trabalhar no Jonas moreira e também ajudava as duas e me sustentando e mais o renato e a Maria todo mês elas dava nossa feirinha (Relato de Dona Raimunda,2021).

Figura 7 Igreja Católica e Igreja Evangélica



Fonte: SANTOS, Dislaine Dias dos Santos, 2021

Devido as circunstâncias que acarretava a vida de dona Raimunda a mesma foi obrigada a vender, mas aos poucos ela foi se reconstruindo novamente e hoje a mesma possui uma terra dentro do assentamento, não a mesma do período de luta, mas bem próximo. Porém mesmo com tantas dificuldades, conseguiu criar seus filhos, uma lutadora nata que enfrentou tudo para que hoje seus filhos tivesse um futuro diferente do dela.

No contexto educacional como a troca de gestores do ano de 1997 ao ano de 2001, foi a implementação de um difícil para uso escolar dos alunos do assentamento. O local que era a primeira escola atualmente é pasto para criação de gado dos assentados locais. O segundo local em que as crianças da vila frequentavam atualmente está em uso para guarda maquinários agrícolas, conforme a figura 8 abaixo.

Figura 8 Antica escola municipal do Assentamento



Fonte: SANTOS, Dislaine Dias dos Santos, 2021

Primeira estrutura de um colégio criado no assentamento Gleba Colorado, onde ficou em uso do ano de 2002 ao ano de 2006, segundo relato dos habitantes do assentamento o colégio foi fechado para ocorrer corte de gasto no município, pois ao invés do município manter o colégio optou por disponibilizar transporte escolar para os alunos irem para a cidade como era feito antes, porém o prefeito alega que o local foi fechado por falta de alunos no assentamento. Atualmente a vila consta com apenas duas infraestruturas em atividades, uma igreja católica e uma igreja evangélica, conforme as imagens abaixo.

Atualmente o assentamento continua com 75 famílias no local, porém o acesso a educação se faz por meio de transportes escolares, poucas casas na vila, conforme imagem abaixo, a maiorias das pessoas decidiram morar nas suas chácaras, lembrando que até o ano de 2008 a vila era cheia de gente, porém com as vendas de terras muitas pessoas passaram a morar nas chácaras e a vila não esta tão povoada como a muitos anos atrás, porem o estilo de vida do local não se desfez com tempo, ainda muitas pessoas continuam tendo hortas no fundo dos quintais, roças e criação de animais, como galinhas, patos, vacas dentre outros.

Figura 9 Interior da vila Gleba Colorado



Fonte:

SANTOS, Dislaine dias dos. Março de 2022.

Algumas casas ainda estão no modelo antigo da formação do assentamento conforme imagem acima, outras já buscam a reforma, conforme mostra a imagem abaixo.

Figura 10 Casas Reformadas no Assentamento Colorado



Fonte: SANTOS, Dislaine dias dos. Março de 2022.

Casas de modelos novos ou antigo, ainda assim conte muita história nas ruas e nas casas dessas vilas, pessoas que vieram e foram embora e sua história ainda permanece no local, história que são contados no fim do dia para as crianças ou nas festas onde reuni toda família.

5.6 Mulheres no contexto durante a formação do assentamento: Durvalina Francisca de Azevedo.

Nos últimos anos as mulheres vêm lutando por um papel mais ativo nas questões políticas, econômicas e culturais do país. Lacoste (2007) salienta que questões de representações espacial podem ser meios e instrumentos políticos, isso é, todo aporte que é voltado sob o domínio, estratégias e decisões geram mazelas políticas tanto sociais como privadas. As mulheres querem ter domínio pelo seu corpo, sua história e suas próprias decisões, tanto políticas como conjugais.

Mediante a isso outra mulher que marcou a história do assentamento Gleba Colorado ao longo da sua formação, foi Durvalina Francisca de Azevedo, outrora conhecida na região do município de Riachinho-TO como Dona Dú, mulher estar com 78 anos, natural do Estado da Bahia, viúva, moradora no assentamento Gleba Colorado a cerca de 21 anos, mãe de 14 filhos, porém só 8 vivos ainda, ambos atualmente casados e com filhos também, atualmente mora sozinha, porém é vizinha de seu filho mais velho.

Dona Dú filha de lavradores, sua mãe trabalhava com artesanatos produzindo balaio e cestas e seu pai pião de fazenda, a mesma seguindo os passados dos seus pais ao longo da vida, já trabalhou em fazendas dos outros e fabricava balaio e cestas. Foi perguntado a Dona Dú qual motivo levou ela teve para sair de seu estado e migrar para o estado do Tocantins, a mesma não se recorda a época que veio para o Tocantins, porém relata que veio devido seu marido, *“é porque as coisas pra cá era mais fácil ae ele arrumou uma fazenda pra trabaiar ali da boiadeiro lá do, do ananás pro angico, ae nós pegou e viemos pra trabalhar na fazenda, ae dae nós ficou já por aqui mesmo, pra cá é muito melhor do que na nova Olinda”* (RELATO DE DURVALINA,2021). Ao relato da mesma, ela mudou para o estado do Tocantins para acompanhar seu marido, inicialmente moraram em Nova Olinda, mas segunda ela, as coisas naquela região era muito complicado em questão de serviço, ambos, ela e seu esposo, sempre trabalhavam como piões de fazenda e sempre que podia Dona Dú, trabalhava construído balaio e cestas e vendia nas feiras das cidades, uma forma de ter dinheiro para ela, mediante que segundo seus relatos, seu marido era muito namorador e não economizava dinheiro e a mesma sempre sonhou em ter um pedaço de terra, porém seu

esposo nunca teve a mesma ambição. *“Pedro segura os dinheiro que você ganha pra nós comprar uma terra pra nós morar, ae ele dizia: terra eu só quero de baixo da unha”* (RELATO DE DURVALINA, 2021). Seu esposo nunca sonhou em ter seu próprio pedaço de terra, só pensava em trabalhar para os outros e ter seu dinheiro fixo todo fim do mês, porém Dona Dú não pensava da mesma forma.

Quando a mesma mudou para o Tocantins percorreu um longo caminho até conseguir dinheiro suficiente para comprar um pedaço de terra,

Era nós trabalhou lá na boiadeira de lá nós foi trabalhar pro seu finado.. É.. Esqueci o nome dele muié, o pai do wilson, do wilson saraiva cê sabe? Ae nós trabalhou com ele ae nós foi pra fazendado wilson saraiva ae depois nós saiu da fazenda do vilso saraiva e foi pra boca da mata, da boca da mata nós saiu da fazenda eu fui e comprei uma chacinha lá no ananás que lá chamava paraíso ae eu morava lá nesse paraíso ae o Pedro falou a senhora podia vender e comprar lá na, lá na cajuera que lá é bem baratinho. Eu n vou vender minha terra não ae o Pedro: cê não vende porque não acha quem compra. Ae eu dizia assim: Pedro se eu abrir a boca pra vender aqui eu vendo, eu porque não quero vender que aqui é bom a gente pode tá, botar a rabeira no fogo e buscar o café e o açúcar na rua que ainda dar pra fazer. É mais é porque você não acha quem compra. Ae num dia apareceu um comprador lá ae eu vendir ae vim e comprei aqui. Ae hoje eu morar aqui (RELATO DE DURVALINA, 2021).

Dona Dú em seus relatos demonstra como foi difícil conseguir dinheiro para comprar seu primeiro pedaço de terra, pois a mesma teve que juntar sozinha, seu marido não tinha vontade de ter uma terra e metade do seu dinheiro era gastado com outras mulheres.

Ates de morar pra cá eu trabalhei no sespi de zeladora e eu trabalhei eu muitas coisas, eu fazia balaia saia pra vender, vendia no xambioà em Araguaína, tudo isso eu já vendir balai cestinha, oque me incumendasse eu fazia e vendia, meu esposo ele só trabalhava mais era em fazenda, era carregando gado. Tinha vez que boiadeiro ia levar gado pro pará ele ia também né ia mais eles. Trabalhou lá no.. No.. A meu Deus esqueci o nome do homem. Ele trabalhou de guarda e trabalhou de guarda pra socorro Borges também ele n ficava queto também não, era trabalhando soque o serviço dele era outro ele n mecha com peneira nem com cesta era só eu mesmo ele trabalha era assim ajudando a carregar gado, era com gado de arretio pra outros cantos e eu ficava mais era na chácara mesmo (RELATO DE DURVALINA,2021) .

Dona Dú com cerca de 8 filhos na época, conseguiu juntar dinheiro e possui seu primeiro pedaço de terra, mas devido seu filho mais velho já morar aqui na região e alguns amigos sempre falar que as terras aqui eram mais baratas e maiores e sabiam das vendas de terras que aconteciam, mesmo sendo proibidas, indicou a troca de terras com a Dona Dú e mediante a isso a mesma optou por vender suas terras e adquirir uma maior comparada a que ela já tinha, *“é porque a gente não contenta só com oque tem, a gente quer mais porque lá era só 1 alqueire e aqui era 7, hum aqui era mais”* (RELATO DE DURVALINA,2021).

Ao longo dos anos se tornou cultural a mulher seguir os passos do marido, por questões financeiras era comum o homem migrar de cidade e a mulher sempre acompanhar, um costume passado de pai para filho, ao longo do relato da Dona Dú, foi possível analisar

que inicialmente ela acompanhou seu marido, porém chegou um momento na sua trajetória que ele teve que seguir ela, pois ela queria ter independência financeira e trabalhar para se própria, nesse ponto ela começou a tomar as rédeas da sua vida, mesmo que involuntariamente, ela as poucos foi quebrando a enigmática questão da mulher sendo rotulado como frágil, incapaz de tomar decisões sem um companheiro ao seu lado, ela tomou a frente e mudou a vida dela e de sua família.

Foi questionado a Dona Dú como foi a chegada dela no assentamento, como estava a formação do assentamento, a mesma relatou que, *“aqui quando eu cheguei tinha muito morador ai os morador tinha muita casa, morador era pouco ai os morador decidiu tirar a casa e levar pra chácara ai a maior parte do povo tirou as casa, ai foi pra chácara, outros vendeu e foi, era assim” (RELATO DE DURVALINA,2021).*

Quando Dona Dú chegou no assentamento estava ocorrendo muitas vendas de terras, os pioneiros dos assentamentos estavam optando por vender as terras e mudar para as cidades, pois acreditavam que teriam uma vida melhor na cidade do que na zona rural, alguns devidos as grandes dificuldades de chegar no local, devido não ter estradas, luz e água no local.

Devido a troca de terras, vendas, difícil acesso ao local e falta de alguns recursos no local, muitos moradores estavam tirando suas casas da vila e migrando para suas chácaras, porém ainda tinha muitas pessoas na vila que passavam por algumas situações complicadas, em relato Dona Dú falou que,

Já tava a vila formada soque não tinha reboco nas casa nem nada,ae veio uma reforma pra nós ae nós reformou as casas., água não tinha não, nós panhava água lá no faça. Não tinha energia também, depois que nós chegou que o inca começou assim mais mecher com o povo aqui (RELATO DE DURVALINA,2021) .

Segundo Dona Dú algumas casas estavam em fase de construção, porém ainda precisam ser reformadas, não tinha água, luz e estrada no local quando ela chegou, porém ela se juntou as reuniões em prol da luta, pois a mesma visava não só ajudar a melhorar sua vida, mas de todos que estavam vivendo aquela situação. Um ponto da sua entrevista foi o relato da compra da terra, a mesma não tinha conhecimento que as terras não deviam ser vendidas, porém, quando ela comprou, não tinha interesse em vender, pois ali morava o sonho dela, destaca que:

As reuniões era só pra saber do povo se ia ficar mesmo nas terras se ia vender porque as terras que não era pra vender, nois comprou porque o povo vendeu e nem disse pra nós que as terras aqui que não era pra vender. Mais eu não comprei de cara pra vender mesmo não, eu comprei de cara pra morar e ae nós morou graças a Deus até agora através mesmo de boa vontade e de querer firmar numlugar pra nao ficar só de um canto pro outro, porque a gente que trabalha nas fazendo dos outros nunca fica queto, um ano tá aqui outro amo já vai pra outro canto porque o patrão tem hora que não dar certo mais com o vaqueiro e ae outra hora com a mulher do vaqueiro mesmo ae já não dar certo mais, ae a gente tem que sair. Eae eu queria mesmo um lugar pra mim morar pra modo da gente n ficar pra riba e pra

baixo. (*RELATO DE DURVALINA,2021*).

Quando ela chegou no assentamento foi em buscar de melhorar sua vida, não reproduzindo os costumes que muitos assentados estavam produzindo, ou seja, a venda de terra. “*Ae essa daqui foi atravez de Deus e eu que comprei, porque eu comprei essa pequenininha lá e depois eu vender e vim e comprei essa aqui maior ae nessa nós tá até hoje já tem 21 anos que nós mora aqui*” (*RELATO DE DURVALINA,2021*).

Quando Dona Dú se mudou para o assentamento juntamente com seu esposo, ambos trabalhavam duro nas terras,

Nas terra nossa eu plantava miii, plantava feijão, plantava fava e cuia muito, junto com meu esposo era. Teve uma vez que plantei sozinho mesmo que ele tava operado, ele tava doente foi o médico operou ele ae nós vei pra cá e... nós vei nao. Ele foi e ficou aqui foi até pra rua pra casa da Rosilene que eu não ficava quase aqui era na roça trabalhando e ae eu mesmo foi quem plantei miii plantei fava e nós cunhemo bastante miii bastante fava ae depois plantei feijão quando eu cui a fava cui o miii e antes deu cui o mii plantei o feijao e cui muito feijão. (*RELATO DE DURVALINA,2021*).

Nessa época Dona Dú relata que quase não gostava de sair de casa, só participava das ações em prol do assentamento, porém devido a suas dedicações nas reuniões, Dona Dú ficou bastante conhecida e respeitada no assentamento, em seus relatos sempre respeitou todos ao seu redor, porém não aceitava que ninguém levantasse a voz contra ela, pois a mesma relata que não levaria desafora para casa.

Devido sua participação ativa dentro do assentamento a mesma chegou a ser responsável pela igreja católica do assentamento desde sua fundação. Sabemos que ao longo dos anos a Igreja Católica no Brasil é bastante presente nos presentes movimentos do MST, desde as ocupações de terras a formação de assentamentos, essa relação de entre religião e movimentos sociais são bem forte e repercutem a histórias de muitos assentamentos.

Dona Dú até os dias de hoje é conhecida como a benedeira do assentamento, mulher de fé que viveu uma vida devota a Deus e ganhou destaque dentro do assentamento quando assumiu a responsabilidade de cuidar da igreja.

Essa construção dessa igreja foi anazio ela candidato a vereador ganhou ae ela foi e levantou a igreja pra nós, depois de levantada ela entregou a igreja pra mim ae eu fiquei trabalhando ae bem uns 5 anos, ae eu comecei a doecer das pernas, minhas pernas não dava mais quase conta mais de andar. Ae não tinha como eu sair pedindo joia pra arrumar as coisas que precisava se dentro. Ae eu peguei e passei pra dona Tereza e eu também via que eles ali num.. Num gostava muito que eu mechisse na igreja. Que a gente conhece quando as pessoas gosta ou não gosta e ae eu peguei e entreguei pra eles. (*RELATO DE DURVALINA,2021*).

Devido ao avanço de idade Dona Dú teve que entregar a igreja para outra pessoa cuidar, pois a mesma já não conseguia mais prover recursos para igreja, e como a mesma relata, a coisa de Deus tem que ser bem feita, e como já não estava, mas conseguindo tais

coisas, preferiu entregar.

Figura 11 Igreja Santa Tereza



Fonte: SANTOS, Dislaine Dias dos Santos, 2021

Sabemos que ao longo dos anos a igreja Católica tem exercido um grande papel nas formações dos assentamentos rurais no Brasil. Segundo CNBB- Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (2014), o papel da igreja está voltado a cuidar das pessoas menos afortunadas ao longo dos tempos, como uma história de salvação. A igreja tem como papel no que trata os cuidados com o homem do campo é *‘lutar, como Jesus, em favor da vida, contra todas as forças da morte e da exclusão, buscando fazer com que a criação toda alcance e plenitude da vida que nela é contínua’* (CNBB, pg.47,2014).

A igreja tem como base os ensinamentos que Jesus deixou às pessoas através da escritura sagrada, a bíblia, uma forma de evangelização.

A sabedoria teológica, fruto dessa caminhada histórica, leva-nos a aceitar, proclamar e reviver valores importantíssimos que dizem respeito à posse e ao uso da terra e de suas riquezas, e que continuam exigindo nossa fidelidade por serem critério de nossa ação pastoral e parte integrante do nosso anúncio evangélico (CNBB, pg.48,2014).

Nesse ponto a igreja historicamente tende a assumir um papel profético diante dos desafios propostos pela realidade atual do cenário humano, ou seja, usam a forma de

evangelismo para realizar boas obras na luta pela terra.

Trata-se de anunciar a Palavra da Vida e a urgência de transformar a situação dos que sofrem as consequências da hegemonia do capital financeiro, materializado nas políticas que privilegiam o agronegócio em expansão pelo País. (CNBB, pg.49,2014).

A igreja aborda a luta pela desigualdade da distribuição de riqueza, e questiona o porquê da concentração de riqueza e poder nas mãos de poucos. Segundo a CNBB (2014), os padres fundadores da Doutrina Social da Igreja, questionavam e lutavam contra a avareza e os direitos de posse absoluta, pois acreditavam que a terra não deveria ser apenas para os ricos e poderosos, mediante a isso eles desatacam o direito natural a posse de terra que deveria ser extensiva a todos e mediante a isso garantir a liberdade a todos.

“De longa data a Igreja denuncia a exagerada ingerência do dinheiro, do poder e da avareza no que diz respeito às questões de posse e uso da terra” (CNBB, pg. 51, 2014). A igreja reconhece as lutas ao longo da história, entre as pessoas que querem adquirir uma terra para trabalhar e outro grupo que tem terra e utiliza da mesma apenas para apropriação e aumento de riqueza, privando uma parcela significativa de trabalhadores de trabalhar para sua sobrevivência.

Nos últimos milênios segundo CNBB (2014) as Campanhas da Fraternidade (CF), da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), são caminhos em defesa “da vida do planeta, das terras dos indígenas, dos quilombolas, do necessário equilíbrio dos bens da natureza e da economia a serviço da vida”, ou seja, são lutas em busca de defender os pequenos produtores rurais, que necessitam que alguém dê voz a eles em meio a uma parcela tão pequena de dominadores. A igreja Católica sempre está presente nas lutas e formação dos assentamentos, como ajuda social, alimentos, e fé, para que os produtores não hesitem dessa caminhada e após a conquista não esqueçam quem os ajudou.

Nesse percurso, sempre que as igrejas são construídas dentro dos assentamentos, ambas são entregues aos cuidados de algum morador do local, uma forma de preservar a história do local, uma tradição que é passada sempre a outro morador, quando o presente já não tem mais forças para continuar o zelo pela igreja.

Antes de entregar a igreja aos cuidados de outras pessoas Dona Dú realizou muitas coisas em prol da fé, a igreja conforme a imagem acima está construída com tijolo e

reformada, quando Dona Dú assumiu o dever de cuidar da concreção a mesma era de construída de taba e coberta de palha, isso por volta dos anos de 2000 a 2001.

Já foi feita pra santa Terezinha mesmo. Tinha uma igrejinha de madeira ali em baixo de tábua, cercado de tábua e o povo trabalhava era lá dona Tereza mexia com ela lá, mais era de um jeitinho só toda vida só de tábua mesmo nem banco n tinha, tinha era uns paus, uns toco assim botado de um lado do outro e uma tábua em cima pra gente sentar. (*RELATO DE DURVALINA,2021*).

Ao longo dos anos cuidando da igreja Dona Dú buscou sempre dar o seu melhor em prol da igreja, seu marido sempre apoio suas decisões, e mesmo após a morte do mesmo, ela continuou cuidando da igreja e de suas terras, atualmente dona Dú não consegue mais cuidar da igreja e nem das suas terras com produção de grande porte, se dedica a cuidar de sua mãe já idosa e cuidar de pequenas cultivos em seu quintal, conforme imagem abaixo.

Figura 12 Quintal de Plantação da Dona Dú



Fonte: SANTOS, Dislaine Dias dos Santos, 2021

“Hoje eu só trabalho arrancando grama (risos)”, Dona Dú chega a relatar que já esta velha para produzir, como produzia antes, seus filhos já estão criados e hoje só quer viajar e curtir a vida dela. Atualmente Dona Dú passa bastante tempo viajando, porém sempre que

retorna a vila é uma senhora bem respeitada pelos moradores dos assentamentos, sempre conhecida como benzedeira das crianças e todos são bem vindos em sua casa, uma mulher que praticamente ajudou a fundar a igreja católica no assentamento, igreja que virou símbolo de resistência para aqueles que ficaram, mulher essa que teve peito e foi a luta, nunca desistiu e sempre se manteve em pé em todas as situações que vinha pela frente.

Por fim, perguntado a Dona Dú, o que levou muitas pessoas a venderem suas terras e voltar para a cidade, e se ela pensava em fazer isso, a mesma relatou que:

Mais é porque assim tem muita gente que quer negociar, compra por um preço, vende por outro tá ganhando qualquer coisa né, por isso eles quer negociar. Agora eu como não tinha vontade assim de de negociar eu queria comprar pra mim ficar mesmo então se eu tô morando até hj e tenho fé em Deus que até o final de minha vida que eu n sei que dia é que eu vou viajar. Rs rs rs. Fazer essa viagem sem volta, pra n voltar mais. Rs rs rs. Eu acho que é muito é boa porque não volta é ruim pros que fica. (*RELATO DE DURVALINA, 2021*).

Dona Durvalina, mais conhecida como Dona Dú, foi e sempre será lembrando como uma mulher guerreira, que decidiu ter seu pedaço de terra e lutou por isso, assumi a responsabilidade de cuidar da igreja do assentamento e de todas as pessoas do local, toda criança, velho ou adulto conhece Dona Dú pelo seu trabalho e cuidado com todos naquela região, uma mulher amada e respeita e sempre foi e será batalhadora no assentamento Gleba Coladora.

5.7 Mulheres no contexto da formação do assentamento: Maria das Graças Francisco dos Anjos

Ao longo dos anos, a mulher tem vivencia segmentos religiosos onde sua vida é dedicada ao seu marido, uma forma de submissão pregada por várias religiões ao redor do mundo, onde a principal função da mulher é cuidar da casa, dos filhos e ceder aos desejos do marido.

[...] a Igreja Católica possuía primazia na produção dos conhecimentos e, desta forma, a maioria das obras veiculadas eram produzidas por homens religiosos que viviam em mosteiros e igrejas. Não é difícil concluir que, os livros e textos faziam menção à maneira pela qual as mulheres deveriam se comportar para que pudessem ser aceitas pela sociedade. E, em maior medida, os livros que eram permitidos para as mulheres eram voltados à vida religiosa, como orações e bíblias (MARÉGA, 2016, p. 2).

A autora aborda, que ao longo dos anos as mulheres eram (e algumas situações ainda são) ensinadas uma vida taxada, ou seja, uma vida voltada a submissão, aos fazeres e deveres com marido, uma vida religiosa, tudo voltado ao padrão religioso, ou seja, a mulher não era designada a função de administradora dos bens ou da sua vida. Um dos pilares que abrangem a teórica submissão da mulher está voltado sempre para o referencial da primícia histórica de

Adão e Eva, pois historicamente Eva foi a principal culpada da expulsão de ambos do paraíso e com isso para sociedade medieval a mulher estava sob o domínio da culpa e com isso a mulher era forte mente controlada (MARÉGA, 2016).

A mulher tem lutado contra esses tabus ao longo dos anos, porém cabe salientar que tais costumes culturais são passados de mãe para filha, como se fosse uma versão da submissão mais moderna. Sempre em busca de acompanhar o marido ao longo da vida dele.

Outra mulher que ganhou destaque na formação do assentamento Gleba colorado foi Maria das Graças Francisco dos Anjos, atualmente tem 66 anos, mãe de 5 filhos, casada e lavradora, natural de Goiatins-TO, e seus pais naturais de lá também. Chegou no assentamento em 1995, juntamente com seu esposo.

Dona Maria, veio para região de Riachinho TO acompanhada de seu esposo, porém antes mudou para cidade de São Miguel, junto com seu pais e madrasta, os mesmos trabalhavam de pião em fazendas. Dona Maria nunca chegou a conhecer sua mãe, a mesma veio a falecer quando ela tinha menos que 2 anos de idade, inicialmente foi criada pela vó e após a morte da mesma passou a ser criada por algumas madrastas, que segunda ela não foi muito fácil, *“fui criada por minha vó até 11 anos e com 11 anos fui pra onde a madrasta, que a minha vó morreu” (Relato de Dona Maria,2021)*. Sua primeira madrasta era muito amorosa com ela, porém veio a falecer quando ela ainda era muito nova, sua segunda madrasta já não tratava dona Maria muito bem, seu pai por trabalhar muito em fazenda acabou não acompanhando essa fase da vida dela, mediante que tinha muitos filhos, porém devido a alguns maus tratos por parte da sua madrasta dona Maria optou por casar e sair de casa, iludida como muitas jovens, que vida de casado seria um passo para a liberdade.

É porque já nesse tempo meus pais já tinham saído de lá, já tavam pra cá pro são Miguel ae eu casei ae fiquemo no cartucho ae de lá foi que nos vinemos embora pra cá, não! Fiquemo no alto lindo, fomos morar no alto lindo ae de lá vinemos embora pra cá. (Relatode Dona Maria das Graças,2021).

Ao longo dos anos muitas mulheres buscam nos casamentos liberdade de vida, acreditam que o casamento lhe proporcionariam uma vida melhor, em muitos casos maus trados dentro de casa, fome devido ter muito filhos para alimentar, abusos dentre outros, porém muitos casamentos iniciados com esses tipos de busca por liberdade, acaba sendo uma prisão maior para a mulher que acaba cedendo a violência doméstica e infidelidade por parte do marido, e por medo de sair de casa ou pelos filhos que cultivou no casamento se prende aquela determinada situação.

Quando Dona Maria chegou no assentamento Gleba colorado as vias de acesso ao local eram muito difíceis, pois não tinha estradas feitas, era apenas os famosos carreirinhos, e nem

todos tinham animais de carga para ajudar, dona Maria relata que naquela época “*era só os carrerrrinho pra gente viajar, água como o diabo, era só aqueles triinho nao tinha estrada, só que essa aqui essa nossa aqui foi nós que compremos*”. Dona Maria relata que para ir a cidade quantas vezes teve que atravessar grotas profundas sem saber nadar, porém precisava ir a cidade próxima para vender algumas produções que eram colhidos na chácara deles, “*agente de plantar arroz, plantava milho, plantava abóbora (risos), era só o que comer e ae pasto*”.

Quando ela chegou no assentamento o local não tinha água, luz e nem estrada, porém mesmo comprando a terra, que naquela época custou cerca de 500 reais, foi uma vitória para ela, e aquelas dificuldades enfrentadas não iria tirara a vontade de dar um futuro melhor para seus filhos. Dona Maria relata que naquela época, era “*difícil pra gente andar, eu pegava água era na faca, e era na lamparina, a luz que nos tinha era lamparina, depois que o lula ganhou foi que veio luz para todos, água n, que a água é dito e certo.*”

A dificuldade de mobilidade que a mesma enfrentava, nunca optou por sair da vida de lavradora, pois foi o que lhe foi ensinada ao longo da sua vida, seu pai era lavrador e suas madrastras seguiam os mesmo passos, seu esposo também era. Muitas mulheres na constituição dos assentamentos sempre estavam lado a lado com seus maridos, porém seus nomes nunca são lembrados, pois reluz a mulher do campo como aquela que apenas fica em asae cuida dos filhos, porém são elas que ficam em casa, preparam o alimento dos maridos, roçam, plantam, aguentam em muitos casos maus trados de seus esposos, infidelidade, e muitas passam ate fome para que seus filhos possam se alimentar, porém quando o esposo se encontra enfermo, são elas que estão do lado deles, cuidado e zelando do casamento. No assentamento Gleba Colorado não foi diferente, dona Maria relata que “*as mulheres era a mesma coisa, era capinar, era colher arros, cortar arroz eu mesmo cortei muito arroz, engajobar arroz, bater, carregar, as mulher trabalhava era nisso*”, elas não estavam frente ao fogo cruzado nas tomadas das terras, mas estavam do lado do seus companheiros antes e depois da posse da terra, cuidando deles e das terras.

Dona Maria ficou muito conhecida no assentamento, por sempre estar junto com as mulheres quebradeiras de coco, ensinados arte do quebrar coco e fazer azeite, carvão dentre outras coisas, pois uma das principais rendas do assentamento era e ainda é através do coco babaçu. Devido as grandes dificuldades em se deslocar do assentamento para a cidade, as mulheres sempre buscavam estar em grupos, para uma ajudar a outra nesse caminho, pois segundo dona Maria,

A dificuldade era sair daqui pra ir fazer compra no riachinho e vim de lá pra cá na

lama caindo passando naquele grotão, rapaz passava lá muitas vezes por cima daquele pé de coco ou nuns pai vei, numa ponte veia lá que teve uma vez que eu nem passei, passei assim porque a Maria da cruz foi quem agarrou no meu braço, com a água arriba dos peitos eu sozinha não passava de jeito nenhum era mais fácil eu morar lá do outro lado (Relato de Dona Maria,2021).

Mesmo em meio a tantas dificuldades, essas mulheres não desistiam facilmente e, buscavam o sustento de sua família e nunca tiveram medo de ir para as roças, quebrar lenha, fazer carvão, cozinhar e cuidar das casas, sempre de cabeça erguida para as dificuldades, porém em muitos casos de cabeça baixa para os maridos, Dona Maria é uma de tantas mulheres que vivem ou viveram no assentamento Gleba Colorado que sofreram inúmeras dificuldades para permanecer no local, porém nunca desistiu, um de seus filhos chegou a relatar que viu sua mãe ser apanhar de seu pai, porém nunca deixou de sorrir para seus filhos, apanhava calada com medo dos filhos acorda, fazia suas roupas e de seus filhos com alguns retalhos de panos que conseguia, devido o esposo gastar todo dinheiro com outras mulheres, deixava de comer para que seus filhos não sentisse fome, percorria caminhos e ajudava todos que podia, mesmo precisando de ajuda.

Atualmente todos do assentamento respeitam dona Maria e conhece a mesma como guerreira, que mesmo com tantas dificuldades sempre esteve ao lado do marido e nunca desistiu da tão sonhada terra, pois cansada de trabalhar nas terras dos outros atualmente a mesma tem a sua, devido sua idade avançada, já não consegue mais montar uma roça, porém nunca deixou de produzir, no quintal de sua casa mostra sua dedicação com a terra, conforme a figura abaixo.

Figura 13 Quintal de plantação da Dona Maria



Fonte: SANTOS, Dislaine Dias dos Santos, 2021

Dona Maria não foi pioneira do assentamento, porém desde que chegou ao local, passou por todas as dificuldades que os pioneiros do local, desde a mobilidade dentro, acesso a água, energia, educação dentre outros, porém nunca desistiu do assentamento, sempre via luz em meio a escuridão, a cada batalha ganha era motivo de comemorar, a mesma relata que antes do Presidente Lula ganha, as coisas no assentamento iam de mal a pior, porém após Lula se torna presidente as coisas no local passou a melhorar. Sua casa fica atualmente próxima à vila, porém depois de quase 10 anos morando dentro do local que a mesma conseguiu que arrumasse a estrada dela e que o ônibus escolar passasse no local, porém foi briga dela com políticos locais, porém pela sua persistência e perseverança a mesma conseguiu e hoje consegue viver sua vida de aposentada tranquila em suas terras, que foram marca de lutas e conquistas para uma mulher do campo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através desta pesquisa foi possível analisar a participação das mulheres camponesas no assentamento Gleba Colorado desde a tomada até as conquistas das terras, e conquista de estrada, água, luz dentro do assentamento. Mulheres estas donas de casa, mães e esposas que não estavam no meio dos tiroteios, porém buscavam formas de proteger sua família, de dar sustento para seus filhos, essas mesmas que plantavam, colhiam, produziam, porém são estas que a história sempre deixa de fora. Não necessariamente precisam estar à frente do tiroteio para fazer parte da historicidade de formação de um local, pois sem o apoio dessas mulheres, sem o almoço e sem a resistências dessas mulheres, este assentamento não seria

o mesmo. Precisamos quebrar os tabus, em que uma mulher do campo só é importante se ela morrer ou fundar uma causa, mas que sim, aquela dona de casa, aquela que ficava em casa com as crianças é muito importante para resistência do assentamento e sua história também é viva.

É possível analisar que ao longo da história das mulheres do campo, as mesmas precisavam fazer grandes coisas ou morrer de forma socialmente esplêndida para que seus nomes pudessem aparecer em registros, não desvalorizando grandes mulheres que são símbolos de resistência e influenciaram muitas gerações ao longo dos anos, porém deve-se destacar a essas mulheres que somam com conquista da terra, porém seus nomes nunca são encontrados em grandes livros, e são elas as principais responsáveis pela luta no campo rural, são elas que perdem filhos, maridos, pais e irmãos, que dão suas vidas pela causa, são essas mulheres que o mundo precisa vê. Mesmo sem estudo, sem qualificação, as mesmas detêm de grandes conhecimentos históricos.

Ao longo das entrevistas com essas mulheres foi possível perceber que algumas ainda se sentem acudadas próximas aos seus esposos na hora de falar, se sentem desconfortáveis e com receio de falar algo que possa estar errado na visão do marido. Foi possível perceber que quando as mulheres eram entrevistadas sobre a presença dos maridos elas se sentiam acudadas, e sempre recorriam ao seu esposo para confirmar o que estavam falando ou até mesmo pediam para o esposo falar, em muitos casos os próprios companheiros falavam que elas não sabiam de nada, pois nem lá estava, uma forma de opressão que acabava deixando as mulheres um pouco constrangidas, porém ao longo das entrevistas sem a presença do marido, elas acabavam falando com mais liberdade, com mais segurança e até se emocionavam lembrando daquela época que segundo essas mulheres, foram tempos difíceis, além de fome, descontentamento, o medo de perder seus companheiros era grande, porém tudo passou e hoje se sentem mais tranquilas.

O assentamento Gleba colorado foi constituído sobe medo, medo de perde a vida, nem todos que estavam desde o início conseguiram permanecer até o final, muitos já não estão mais entre os vivos, porém suas memorias continuam intactas na vida de muitos. Ser um assentado com estrada boa, água, energia, transporte escolar, tudo de forma acessível, não imagina quanto homens e principalmente as mulheres lutaram para que hoje tudo aquilo estivesse ali.

Ao longo da produção dessa dissertação foi possível analisar o contexto que a mulher do campo tem passado ao longo dos anos, de acordo com Maréga (2016, apud NASCIMENTO, 1997) “para os membros do clero, a mulher representava um “perigo carnal e espiritual a ser evitado”. A mulher sempre foi imposta como frágil, pescadores, bruxas, moedas de trocas, dentre tantas coisas.

As mulheres do campo em todas as épocas enfrentavam grandes problemas por serem mulheres, levavam uma culpa religiosa sobre seus ombros que se passava de mãe para filha como uma marca. Suas vidas eram controladas e limitadas no meio social, não apenas na época medieval ou feudal, hoje as mulheres são marcadas e ainda limitadas diante a sociedade atual. O universo feminino era voltado em forma moças obedientes e sujeitos aos seus pais e maridos, uma verdadeira perfeição para o universo masculino, desde a obediência até o bel prazer corporal. Mesmo com tantas resistências as mulheres do campo buscam ser reconhecidas e respeita, ela não está apenas cuidando da casa, ela esta cuidando da família e isso não torna uma pessoa desprezada, mas sim respeitada que luta não com armas, mas com seu corpo e mente, por todos que estão ao seu redor.

Através desta pesquisa podemos observar a importância do papel da mulher do campo como influenciadora na formação do assentamento. Pois, ao longo dos anos as mulheres têm lutado para conseguir um espaço e serem reconhecidas em uma sociedade onde os direitos constituídos das mulheres foram usurpados pelo patriarcado. Essa luta pelo espaço se dá por intermédio de quebrar o tabu das rotulações empregadas as mulheres, onde a lei dá mais valia se empenhava apenas a decisão remetida ao homem, desprezando inteiramente a mulher.

Com essa significativa relevância do empoderamento feminino no campo vemos que essas donas de casas, esposas, filhas passou a ser tema de estudo, buscando assim marcar sua geração através de relatos de suas vidas.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Ronaldo. **O medievalismo no Brasil.** História Unisinos Setembro/Dezembro 2011.
- ANDRADE, Diogo de Calasans Melo. **Historicidade da propriedade privada capitalista e os cercamentos.** Revista História: Debates e Tendências – v. 18, n. 3, p. 408-419. set./dez. 2018.
- ANGELIM, Rosângela. **A “caça às bruxas”: uma interpretação feminista.** Revista Espaço Acadêmico. Disponível em <https://caterinas.info/a-caca-as-bruxas-uma-interpretacao-feminista/> Acesso em 07/04/2021.
- ARAÚJO, Emanuel. PRIORE, Mary Del (org.). **Historias das Mulheres no Brasil.** 6. Ed. – São Paulo: Contexto, 2002.
- ALECAR, Bruna de. GALERA, Vinícios. **Mulheres se impoem no campo, mas ainda enfrentem preconceito.** Disponível em <https://revistagloborural.globo.com/Noticias/noticia/2016/03/mulheres-se-impoem-no-campo-mas-ainda-enfrentam-preconceito.html>. Acesso em 03/04/2021.
- BAIARDI, Amilcar. **MUDANÇAS TÉCNICAS NA AGRICULTURA MEDIEVAL E O PROCESSO DE TRANSIÇÃO PARA O CAPITALISMO.** Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v.14, n.3, p.449-464, 1997.
- BERGAMASCO, Sônia Maria. **O que são assentamentos rurais.** São Paulo: Brasiliense S. A, 1996.
- BRANCO, Mariana. **Mulheres do campo lutam para derrubar barreiras e preconceitos.** Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-05/mulheres-do-campo-lutam-para-derrubar-barreiras-e-preconceito>. Acesso em: 30 nov. 2020.
- BÍBLIA. *Efésios Capítulo 5.* (12, Ed.) Rio de Janeiro: King Cross Publicações, 2010.

CNBB. Conferência Nacional dos Bispos do Brasil/ **A Igreja e a questão agrária brasileira no início do Século XXI**. Sergipe: Edições CNBB, 2014.

CPDOC | FGV • Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, **O QUE É HISTÓRIA ORAL**. Rio de Janeiro – RJ. Disponível em <https://cpdoc.fgv.br/acervo/historiaoral> Acessado em 01/12/20.

CIELO. Patrícia Fortes Lopes Donzele. **O princípio da função social do imóvel rural**. Disponível em <https://jus.com.br/artigos/25824/o-principio-da-funcao-social-do-imovel-rural> Acessado em 19/10/2021.

CIRQUEIRA, Diogo Marçal. **Entre o corpo e a teoria [manuscrito]: a questão étnico-racial na obra e trajetória de Milton Santos**. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós- Graduação do Instituto de Estudos Sócio-Ambientais. Goiânia: UFG. 2010.

CERQUEIRA, Wagner de Cerqueira. **A ocupação da Amazônia**. Mundo educação. Disponível em <https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/a-ocupacao-amazonia.htm> Acessado em 09 de Mai ,2020.

CRUZ, Elizabeth Ferreira. **MULHERES RURAIS: IDENTIDADE E MILITÂNCIA**. Fazendo Gênero 9 Diásporas, Diversidades, Deslocamentos . Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2010.

DABAT, Christine Rufino. **“MAS, ONDE ESTÃO AS NEVES DE OUTRORA?”**

Notas bibliográficas sobre a condição das mulheres no tempo das catedrais Artigo publicado na revista Cadernos de História da UFPE Gênero & História. Ano I, Número 1, 2002.

Dicionário **infopédia** da Língua Portuguesa [em linha]. **Proletarização**. Porto Editora, 2003-2021. Acessado em Disponível na Internet: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/proletarizaçaõ>. Acesso em 12/03/2021.

DOZELE, Patrícia Fortes Lopes. **O princípio da função social do imóvel rural**. Disponível em <https://jus.com.br/artigos/25824/o-principio-da-funcao-social-do-imovel-rural> Acessado em 04 de Abril de 2018.

DUBY, Georges. **Idade Média, Idade dos homens, Do Amor e outros ensaios**. Schwarcz: São Paulo, 1989.

EMBRAPA-Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Mapa, Embrapa e IBGE apresentam os dados sobre mulheres rurais**. Disponível em <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/50779965/mapa-embrapa-e-ibge-apresentam-os-dados-sobre-mulheres-rurais>. Acesso em 12/03/2021.

FERNADES, Otavil. **AS MULHERES DO CAMPO. Edição 11, EDIÇÃO 11, AGOSTO**, 1985, PÁGINAS 33, 34, 35, 36, 37 Editora e Livraria Anita Garibaldi. Disponível em <http://revistaprincipios.com.br/artigos/11/cat/2085/as-mulheres-do-campo-.html>. Acessado em 11/07/2021.

FERREIRA, Claudia. BONAN, Claudia. **Movimentos e Mulheres**. Projeto Caces. Editora Aeroplano: Rio de Janeiro, 2005. Disponível em http://www.mulheresemovimentos.com.br/p_livro_ficha01.html. Acessado em 13/07/2021.

FLICK, U. **Métodos de Pesquisa: introdução à pesquisa qualitativa**. 3ª Ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FORSTER. Germano de Rezende. **A privatização das terras rurais**. Ed. Manela. Disponível em https://www.historiadobrasil.net/resumos/lei_terras.htm Acessado em 19/10/2021.

FREIRE, Emília Augusta Lins. **A MULHER NA IDADE MEDIA: SERVA OU MUSA?** Rev. Dept. de História, Nº 7 Setembro de 1988.

GEVEHR ,Daniel Luciano. SOUSA, Vera Lucia de. **AS MULHERES E A IGREJA NA IDADE M• DIA: misoginia, demonização e caça as bruxa**. Revista Acadêmica Licencia&acturas · Ivoti · v. 2 · n. 1 · p. 113-121 · janeiro/junho · 2014.

HAESBAERT, Rogério. **Território e Multiterritorialidade: Um debate**. Revista GEOgraphia - Ano IX - No 17 Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro - 2007.;

HALL, Stuart. **Quem precisa de Identidade? Tradução de Tomaz Tadeu da Silva**. In: **SILVA**, Tomaz Tadeu da. (Org.); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. Identidade e

diferença. A perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Editora Vozes, p. 103 -133, [1996] 2000.

HALL, Stuart. **A identidade Cultural na pós-mordenidade**. Tradução Tomáz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro – 10. Ed- Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Riachinho (TO)**. 2016. Disponível em In.: <http://cod.ibge.gov.br/459> . Acesso em 03/04/2021.

IBC- Instituto Brasileiro de Coaching. **A mulher no mercado de Trabalho**. Disponível em <https://www.ibccoaching.com.br/portal/mercado-trabalho/mulher-no-mercado-de-trabalho/> Acessado em 13/07/2021.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e reforma agraria. **Assentamentos**. Disponível em: http://www.incra.gov.br/assentamentos_instala. Acesso em 19/10/2021.

História do INCRA. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/historico-do-incra> Acesso em 19/10/2021.

Instalação das famílias no assentamento. Disponível em: http://www.incra.gov.br/assentamentos_instala Acesso em 19/10/2021.

JARA, Carlos Julio. **A sustentabilidade do desenvolvimento local**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA): Recife: Edição Seplan, 1998

JUSBRASIL. **ART. 184 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL**. Disponível em <https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/busca?q=ART.+184+DA+CONSTITUI%C3%87%C3%83O+FEDERAL> Acesso em 19/10/2021.

LACOSTE, Y. **A Geografia** – isto serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. 13. ed. São Paulo: Papirus, 2007.

LEITE, Sergio. HEREDIA, Beatriz. MEDEIROS, Leonilde [et al.]. **Impactos dos Assentamentos**: um estudo sobre o meio brasileiro. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

LOPES, Alberto Pereira. **DEPOIS DA TERRA, O DESAFIO PARA PERMANECER**: O assentamento Muricizal- Muricilândia (TO). Programa de pós-graduação

em geografia área de concentração em análise e planejamento sócio-ambiental. Universidade Federal de Uberlândia Instituto de Geografia, Uberlândia, 2001.

LUSA, Mailiz. MOVIMENTOS SOCIAIS E MULHERES:: identidades e lutas. **Seminário Nacional do Ines**, São Luiz - MA, 2017. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo3/movimentossociaise mulheresidentidadeselutas.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2020.

MARÉGA, Camila. **A mulher na idade Medieval: Existiam senhoras feudais?**. Publicado por TUDOR BRASIL em Fevereiro de 2016. Disponível em <https://tudorbrasil.com/2016/02/20/a-mulher-na-idade-media-existiram-senhoras-feudais/>. Acesso em 03/02/2021.

MEDEIROS. Leonilde Sérvolo de. **SUPERINTENDENCIA DA POLITICA AGRARIA (SUPRA)**. São Paulo: Folha, 2005. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbete-tematico/superintendencia-da-politica-agraria-supra> Acesso 19/10/2021.

MELLO, Maria Conceição D'Incão. *O "Boia-Fria": acumulação e miséria. 6º ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1978.*

MENEZE, Tharles de. **Diferença entre gleba, lote, desmembramento e loteamento**. Disponível em <https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/9231/Diferenca-entre-gleba-lote-desmembramento-e-loteamento#:~:text=Com%20bem%20ensina%20Scavone%20Junior,a%20vig%C3%A2ncia%20da%20nova%20Lei.%E2%80%9D>. Acessado em 26/03/2022.

MORGADO, Belkis, **A marca do gado** :rotulo da mulher. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1987.

MUNIZ, Carla. **Crise do Feudalismo. Toda Matéria**, 2019. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/crise-do-feudalismo/> Acesso em:01/02/2021.

NEVES, Daniel. SOUSA, Rafaela. **Revolução Industrial**. Brasil Escola. Disponível em <https://brasilecola.uol.com.br/historiag/revolucao-industrial.htm#:~:text=A%20Revolu%C3%A7%C3%A3o%20Industrial%20foi%2>

Oiniciada,por%20James%20Watt%2C%20em%201765. Acesso em 09/04/2021.

PINTO, Tales dos Santos. "O que são Cruzadas?"; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/historia/o-que-sao-cruzadas.htm>. Acesso em 01 de fevereiro de 2021.

NOVARRO, Roberto. **O que foi a guerra de canudos?** Mundo estranho. Disponível em <https://mundoestranho.abril.com.br/historia/o-que-foi-a-guerra-de-canudos/> Acessado em 19/10/2021.

PORTELO, Fernando. VESINTINI, José W. **Êxodo Rural e Urbanização**. São Paulo: Editora Ática: 1988.

PENA, Rodolfo F. Alves. **Êxodo Rural no Brasil; Mundo Educação**. Disponível em: <http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/Exodo-rural-no-brasil.htm>. Acessado em: 18/09/2021

PEREIRA, Filipe César; DIAS, Gabriel Max de Oliveira; AGUIAR Lígia Maria Brochado de. **A Agricultura Familiar e os Obstáculos para a Comercialização e Abastecimento: a Feira do Produtor Rural de São João del-Rei/MG. VII Congresso de Brasileiro de Geógrafos**, 2014. Disponível em http://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1404151124_ARQUIVO_CB_Gcorrigidogabrielelamim.pronto.pdf Acessado em 19/10/2021

PORFIRIO, Francisco. **Voltaire. Brasil Escola. Disponível em** <https://mundoeducacao.uol.com.br/filosofia/voltaire.htm#:~:text=Fran%C3%A7ois%20Marie%20Arouet%2C%20mais%20conhecido,principais%20inspira%C3%A7%C3%B5es%20da%20Revolu%C3%A7%C3%A3o%20Francesa>. Acesso em 11/02/2021.

QUIJAMO, Anibal. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina**. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Buenos Aires, 2005.

RIFKIN, Jeremy. **O Fim dos Empregos**: o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho. Tradução Ruth Gabriela Bahr; revisão técnica Luiz Carlos Meregé. Título original: The end of work. São Paulo: Editora Makron Books, 1995.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Tabelionato Vieira Lira. **Ata da fundação da Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Assentamento Cajueiro- Riachinho - TO**. Cartório do 2º ofício Reg. Títulos e Doc. E protesto. Ananás, 1995.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo (SP): Ática, 1993.

RODRIGUES, Lucas de Oliveira. "**Identidade cultural**"; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/identidade-cultural.htm>. Acesso em 30 de novembro de 2020.

SANTOS, Milton. **A natureza do Espaço**; técnica e tempo, razão e emoção. 4ed. 2 reimp. São Paulo: Editora Edusp, 2006.

SANZ-PASTOR, Fernando. **A urgência da reforma agrária**: um enfoque histórico. (tradução Antonio José de Alemida Meirelles). São Paulo: Editora Nerman, 1988.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. – 4 ed.— São Paulo: Outras Expressões, 2007.

SENAR- Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, Rede e-Tec Brasil, (Organizadores). **Curso técnico em agronegócio**: técnicas de produção vegetal. Brasília: Edição SENAR, 2015.

SEILVEL, Ivan. **O direito do Senhor Feudal à primeira noite com a noiva - 'JUS PRIMAE NOCTIS**. Editora Filha Pomerana edição nº 100 Outubro de 2017.

SILVA, Gabriela. **O que é o patriarcado?**. Disponível em <https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/dicas/o-que-e-patriarcado>. Acessado em 26/03/2022.

SILVESTRE, Armando Araújo. **Feudalismo**. Infoescola. Disponível em <https://www.infoescola.com/historia/feudalismo/> Acessado em 13/01/2021.

SILVIA, Federici. **CALIBÃ E A BRUXA**. TRADUÇÃO COLETIVO SYCORAX. São

Paulo: EDITORA ELEFANTE, 2004.

SOUSA, Rainer Gonçalves. **Crise do Feudalismo**; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/historiag/crise-feudalismo.htm>. Acessado em 14/01/2021

SOUSA, Rainer Gonçalves. **Revolução Puritana**; História do Mundo. Disponível em <https://www.historiadomundo.com.br/idade-moderna/revolucao-puritana.htm#:~:text=A%20revolu%C3%A7%C3%A3o%20puritana%20aconteceu%20na,e%20o%20parlamento%20se%20enfrentaram.&text=As%20atitudes%20do%20rei%20come%C3%A7aram,aos%20presbiterianos%20e%20aos%20puritanos>
Acesso em 09/04/2021.

SILVA, Daniel Neves. "**O que foi a Peste Negra?**"; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/o-que-e/historia/o-que-foi-a-peste-negra.htm>. Acesso em 01 de fevereiro de 2021.

TOCANTINS. **Trajetória de luta pela criação do Tocantins**. Portal de informações e serviços do estado de Tocantins. Disponível em: <http://to.gov.br/tocantins/trajetoria-de-luta-pela-criacao-do-tocantins/756>.
Acessado em 08/07/2021.

THYNUS, Vasily. “NOIVAS ERAM OBRIGADAS A PASSAR A PRIMEIRA NOITE COM O SENHOR FEUDAL” - MITO. Blog Divagar. Disponível em <https://divagacoesligeiras.blogs.sapo.pt/356821.html> Acessado em 11/02/2021.